

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Dissertação



Cidade e crianças:
direito ao devir urbano

Carolina Mesquita Clasen

Pelotas, 2018

Carolina Mesquita Clasen

Cidade e crianças:
direito ao devir urbano

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Orientador: Eduardo Rocha

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

C583c Clasen, Carolina Mesquita

Cidade e crianças : direito ao devir urbano / Carolina Mesquita Clasen ; Eduardo Rocha, orientador. — Pelotas, 2018.

231 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

1. Urbanismo contemporâneo. 2. Direito à cidade. 3. Crianças. 4. Devir. I. Rocha, Eduardo, orient. II. Título.

CDD : 720

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Carolina Mesquita Clasen

Cidade e crianças: direito ao devir urbano

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 23 de maio de 2018

Banca examinadora:

Orientador Prof. Dr. Eduardo Rocha (PROGRAU/UFPel)
Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. André de Oliveira Torres Carrasco (PROGRAU/UFPel)
Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Helene Sacco (PPGAV/UFPel)
Doutora em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Paola Zordan (PPGEdu/UFRGS)
Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Para Elena

Resumo

CLASEN, Carolina Mesquita. **Cidade e crianças: direito ao devir urbano**. 2018. 231p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

A intersecção entre cidade e crianças sugere um olhar a partir de outra altura dos olhos. Por isso, escolheu-se trabalhar com crianças de até 12 anos e com o conceito de devir-criança, que auxilia na discussão do direito à cidade como poder coletivo deformador do processo urbanizador. Essa escolha objetiva reelaborar espacialmente a cidade com a gestualidade dos corpos que produzem diferenciação. A condição inventariante como proposta contemporânea à experiência da cidade instala questões acerca da infância, da mobilidade e da acessibilidade dos grupos minoritários, do zoneamento como reiteração do controle e do efeito dos bandos de crianças quando saltam da escola ao cotidiano. Henri Lefebvre, Aldo van Eyck e Hélio Oiticica compõem o ponto de partida do itinerário teórico, que segue com os filósofos Giorgio Agamben, Gilles Deleuze e Félix Guattari, que estabelecem funções e operações a partir da perspectiva da filosofia francesa contemporânea. Também são feitos outros agenciamentos teóricos com a participação das crianças nos espaços públicos. Como procedimento adotado através do método da cartografia, o movimento operatório de criação dos Dispositivos I, II e III deu à análise da experiência composta condições de acirramento da proposta hegemônica inicial a partir de variantes urbanas que são desestabilizadas e ressaltadas na possibilidade de *criança* a cidade. Com as legislações morfológicas e o determinismo da perambulação da vida pública, a pesquisa se justifica na necessidade de enfrentamento e ampliação da abordagem de tais variações, podendo constatar limites e estratégias atrelados ao discurso e a apropriação da experiência na escala da multiplicidade como direito ao devir urbano.

Palavras-chave: urbanismo contemporâneo, direito à cidade, crianças, devir

Abstract

The city and the children suggest, as an intersection of the themes, a look under another eye-level. So, in order of spatialize re-elaborating the city with the gestuality of bodies that produce differentiation, the children age group is up to 12 years old and the concept of becoming-child is to help in the discussion of the right to the city as a collective power deforming the urbanizing process. The inventorial condition as a contemporary proposal to the city's experience installs questions about childhood, mobility and accessibility of minority groups, zoning as a reiteration of control and the effect of these groups when they get out from school to urban life. Henri Lefebvre, Aldo van Eyck and Hélio Oiticica are the starting point of the theoretical itinerary, followed by the philosophers Agamben, Deleuze and Guattari who establish functions and operations from the perspective of contemporary french philosophy, among other theoretical assemblages with the participation of children in public spaces. As a procedure adopted by the cartography method, the operative movement of creation of Devices I, II and III gave to the analysis of the compound experience conditions of the hegemonic stirring proposal from urban variants that are destabilized and emphasized in the possibility of *criançar* the city. Morphological legislations and the determinism of the perambulation of public life, the research is justified in the necessity of confronting and amplifying the approach of such variations, being able to verify limits and strategies linked to the discourse and the appropriation of the experience in the scale of multiplicity as right to become urban.

Keyword: contemporary urbanism, right to the city, children, becoming

Lista de Figuras

Figura 1	Aldo van Eyck - Seventeen Playgrounds.Disponível em < https://issuu.com/lecturis/docs/seventeenplaygroundsissuu >, Acessado em 24 de outubro de 2016	p.25
Figura 2	Aldo van Eyck - Seventeen Playgrounds.Disponível em < https://issuu.com/lecturis/docs/seventeenplaygroundsissuu >, Acessado em 24 de outubro de 2016	p.26
Figura 3	Trecho de um documentário de TV de 1972, intitulado “De Pijp” sobre a situação do trânsito para as crianças em um antigo bairro de Amsterdã. Dado cartográfico fílmico sobre revolução urbana crianciera. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=YY6PQAI4TZE&t=4s >, Acessado em 20 de junho de 2016	p. 27
Figura 4	PARANGOLÉ P15, Capa 11, Incorporo a Revolta. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: < http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra12915/parangole-p15-capa-11-incorporo-a-revolta >. Acesso em: 23 de janeiro. 2018. Verbete da Enciclopédia.	p.28
Figura 5	Deslocamento com Instituto São Benedito, 3ª série Ensino Fundamental. Fotografia da autora, Acervo do Grupo Patafísica, 2016	p. 81
Figura 6	Observação dos fluxos in-fantis. Encontro 23 com Escola Félix da Cunha, recorte bairro Porto, Pelotas. Fotografia Julia Pema, Acervo do Grupo Patafísica, 2017	p.82

Figura 7	Observação dos fluxos in-fantis. Encontro 25 com Escola Estadual Francisco Simões, recorte Centro, Pelotas. Fotografia Julia Pema, Acervo do Grupo Patafísica, 2017	p.83
Figura 8	Observação dos fluxos in-fantis. Fotografia da autora, 2017	p.84
Figura 9	Esgotamento gestológico 36, Produção cartográfica da autora durante observação de espaço público infantil.Playground Centro de Pelotas, 2017	p.136
Figura 10	Esgotamento gestológico 52, Produção cartográfica da autora durante observação de espaço público infantil.Playground Centro de Pelotas, 2017	p.137
Figura 11	Esgotamento gestológico 78, Produção cartográfica da autora durante observação de espaço público infantil.Playground Centro de Pelotas, 2017.	p.138
Figura 12	Esgotamento gestológico 90, Produção cartográfica da autora durante observação de espaço público infantil.Playground Centro de Pelotas, 2017	p.139
Figura 13	Mapa Trajeto Escola Castro Alves, da autora, 2018	p.140
Figura 14	Mapa Trajeto Escola Ens.Fund. Prof. Ondina Cunha, Fonte: da autora, 2018	p.141
Figura 15	Mapa Trajeto Escola Mun. Carlos André Laquintinie, Fonte: da autora, 2018	p.142
Figura 16	Mapa Trajeto Escola Mun. Dr. José Brusque Filho, Fonte: da autora, 2018	p.143
Figura 17	Ilustração Dispositivo I, parte 1. Fonte: da autora, 2018	p.144
Figura 18	Ilustração Dispositivo I, parte 2. Fonte: da autora, 2018	p.145
Figura 19	Ilustração Dispositivo II, parte 1. Fonte: da autora, 2018	p.146

Figura 20	Ilustração Dispositivo II, parte 2. Fonte: da autora, 2018	p.147
Figura 21	Ilustração Dispositivo III, parte 1. Fonte: da autora, 2018	p.148
Figura 22	Ilustração Dispositivo III, parte 2. Fonte: da autora, 2018	p.149
Figura 23	Observação dos fluxos in-fantis. Encontro 23 com Escola Dr. Joaquim Assumpção, recorte bairro Porto, Pelotas. Fotografia Liége Budziarek, Fonte: Acervo do Grupo Patafísica, 2017	p.150
Figura 24	Observação dos fluxos in-fantis. Encontro 23 com Escola Dr. Joaquim Assumpção, recorte bairro Porto, Pelotas. Fotografia Liége Budziarek, Fonte: Acervo do Grupo Patafísica, 2017	p.151
Figura 26	Deslocamento com Escola Castro Alves, 4ª série Ensino Fundamental. Fotografia da autora, Acervo do Grupo Patafísica, 2016	p.152
Figura 27	Deslocamento com Instituto São Benedito, 3ª série Ensino Fundamental. Fotografia da autora, Acervo do Grupo Patafísica, 2016	p.153
Figura 28	TRÁFEGO DIA E NOITE: Enunciações do trajeto percorrido, Dispositivo III com 3ª série . Encontro 30, Colégio São José, Fonte: Acervo Grupo Patafísica, 2016	p.197
Figura 29	RUA COLORIDA: Enunciações do do trajeto percorrido, Dispositivo III com 1ª série. Encontro 34, Colégio Félix da Cunha, Fonte: Acervo Grupo Patafísica, 2016	p.198

Lista de Escolas

Colégio Estadual Félix da Cunha

R. Benjamin Constant, 1459 - Centro, Pelotas - RS, 96010-020

Colégio São José

R. Félix Xavier da Cunha, 400 - Centro, Pelotas - RS, 96010-165

Escola Castro Alves

R. Gen. Osório, 366 - Centro, Pelotas - RS, 96020-000

Escola Estadual de Ensino Fundamental Dr. José Brusque Filho

R. Visc. de Jaguari, 150 - Centro, Pelotas - RS, 96010-300

Escola Estadual de Ensino Fundamental Sagrado Coração de Jesus

R. Padre Anchieta, 812 - Centro, Pelotas - RS, 96015-420

Escola Estadual de Ensino Fundamental Francisco Simões

R. Quinze de Novembro, 263 - Centro, Pelotas - RS, 96015-000

Escola Estadual de Ensino Fundamental Prof. Ondina Cunha

R. Gonçalves Chaves, 712 - Centro, Pelotas - RS, 96015-560

Escola Estadual de Ensino Médio N. Sra. De Lourdes

R. Gen. Osório, 559 - Centro, Pelotas - RS, 96020-000

Escola Municipal de Ensino Médio Dr. Joaquim Assumpção

R. Alm. Barroso, 1679 - Centro, Pelotas - RS, 96010-280

Escola Municipal de Ensino Fundamental Carlos André Laquintine

Praca Domingos Rodrigues 4, Pelotas - RS, 96010-440

Instituto São Benedito

R. Felix da Cunha, 909 - Centro, Pelotas - RS, 96010-000

SUMÁRIO

Introdução	17
1 Da produção da diferença	35
Cidade	50
Crianças	70
Contemporaneidade	85
2 Da operação da diferença	103
Dispositivo I	155
Dispositivo II	160
Dispositivo III	166
3 Considerações e estratégias de diferenciação	199
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	207
Apêndice I	216

Introdução ao problema geral de pesquisa
ou Uma breve apresentação de um lugar *entre*

Foi necessário dar dois passos para trás para poder seguir adiante com alguns passos descompassados. Para enxergar melhor o território da imersão, suas tendências e a substância dos movimentos, são cruciais a apresentação do corpo que enuncia a escrita e o que se pretende a partir dela. Já que há um ponto teórico em comum no vértice da tríade cidade-criança-contemporaneidade, ele será desdobrado nos diferentes planos gestuais expostos.

Nesse ponto que faz o vértice entre cidade-criança-contemporaneidade, mediado pelo espaço público e suas esferas de controle, está diluída a razão moderna. Isso quer dizer que, para a compreensão dessa intersecção, foi necessário dar um passo atrás e resgatar o Movimento Moderno que atualizou um modo de produção, prestando serviço ao seu desenvolvimentismo. Contudo, este movimento é retomado a partir de um marco teórico que surgiu em resposta à cartilha ou acirramento da proposta moderna.

Localizado na rua e no que está disposto entre uma instituição de arte e uma instituição de educação, o corpo que compõe esta escrita está atento às experiências nos lugares de dispersão, no limiar dos seus desvios, enquanto mediador urbano. Foi durante a graduação e a atuação em arte/educação¹ que os gestos docilizados (FOUCAULT, 1975) pelas instituições que se configuram a partir do pós-capitalismo se apresentaram como intercessores de uma problemática do corpo no espaço escolar e suas ressonâncias nas ruas.

Para isso, ainda um passo atrás, o Trabalho de Conclusão de Curso (2014) *A vontade de potência e o corpo-escola: o impulso e o devir da vida no descaminho educativo*² demarcou o trajeto desta pesquisa através da compreensão de um corpo ativado pelo devir e, principalmente, através da atuação no entre da arte. Esse trajeto constituiu o

¹ Termo utilizado pela arte/educadora Ana Mae Barbosa (USP), que aborda a importância mútua dos termos arte e educação, comumente separados por hífen.

² Defendido em dezembro de 2014, sob orientação da Prof. Ms. Carolina Rochefort, como requisito parcial para a obtenção da Licenciatura em Artes Visuais, Instituto de Artes e Design da Universidade Federal de Pelotas. Disponível na Biblioteca do Arte da Escola (Polo Regional Sul, Pelotas)

território de ação da investigação dentro do campo da arte/educação, que é um importante agente dentro da discussão das cidades aqui travada. Isso porque foi durante a atuação como mediadora (transvalorada da monitoria de museus) – profissão que ativa o entre institucional e que media as relações do espaço – que a rua se interpôs... na experiência dos espaços expositivos destituindo os museus e as galerias de serem lugares primordiais da experiência estética. O encontro entre a obra e o espectador começa na expectativa da visita ao local da exposição. Com isso, a experiência urbana se faz potente intermediária de uma construção emancipatória da análise da arte.

Através da criação de um serviço educativo permanente em 1880, no Louvre (Paris, FR), consolida-se um tipo de experiência nos museus que tem em conta aspectos que excedem as obras. Dito isso, foram os passos anteriores à pesquisa que estabeleceram que o vértice criança-cidade-contemporaneidade é mediado diretamente pela vida urbana. Sendo assim, a experimentação como mediadora patafísica³ nos quarteirões que circundam a Galeria A Sala do Centro de Artes UFPel (Bairro Porto, Pelotas/RS) ajudou a delinear as primeiras questões de pesquisa. Acompanhando grupos escolares em visitas a esse espaço expositivo, insurgiram questionamentos atrelados à gestologia da criança em uma relação e espacialização transgressora da vida pública. Quando tomado por corpos com proporções adversas às hegemônicas, o território está por vir porque a criança sugere estados de devir.

Com respeito ao panorama das pesquisas sobre infância, apesar de citadas em diferentes áreas do conhecimento, as crianças estão enunciadas quase exclusivamente como

³ Caracterização de membros do Projeto de Pesquisa, Ensino e Extensão em Mediação Artística “Grupo Patafísica”. Esse grupo atua em espaços expositivos e discute os atritos a que a experiência estética expõe, principalmente, no que toca às questões do corpo e da apropriação discursiva.

recorte etário. Da escala macro à micro, podem ser exemplificados três referenciais como síntese bibliográfica. A produção da área do urbanismo para as crianças se faz verticalmente com imposições romantizadas ao uso do espaço, como se a resposta para experiências acolhedoras fosse a adição de maior variedade de cores. Isso é percebido em reflexões desenvolvidas por pesquisadores pertencentes a grupos como o CICE⁴ e The City at Eye Level⁵, que atuam no Brasil e no mundo. No âmbito da pesquisa arquitetônica, Mayumi Lima⁶ (1934-1994) desenvolveu trabalho, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), questionando os espaçamentos medidos pelo tráfego automobilístico. Por ser adultocêntrico, a pesquisadora se debruçou sobre esse modelo de espaçamento que apartou as experiências com as crianças da cidade. Dentro do campo da arte/educação, o tema do espaço e da criança é, muitas vezes, cedido aos estudos da área da psicologia e tomado

⁴ Esse grupo ganhou força e notoriedade através do conceito de Cidades Educadoras, que surgiu no I Congresso Internacional de Cidades Educadoras, realizado em Barcelona, na Espanha. Neste encontro, um grupo de cidades pactuou um conjunto de princípios centrados no desenvolvimento dos seus habitantes, direcionados às crianças, que orientariam a administração pública. Disponível em <http://cidadeseeducadoras.org.br>, acessado no dia 15 de março de 2018.

⁵ É um programa, conhecido como uma rede de aprendizagem de código aberto, para melhorar cidades, ruas e lugares em todo o mundo, com ênfase na escala da criança como propulsora do projeto. Um livro do grupo auxilia a criação de grandes ruas, interação e processo projetual em escala 1:1 entre prédios e ruas, além de discutir conceitos de *placemaking* e *good plinths* (piso térreo ativo) com uma abordagem centrada na experiência do usuário. Disponível em : <https://thecityateyelevel.com/>, acessado dia 15 de março de 2018.

⁶ Fez sua graduação em Arquitetura (FAU-USP) e mestrado em História e Filosofia da Educação. Essa formação teve influência direta em sua obra arquitetônica. Mayumi elaborou uma série de projetos de escolas públicas para o país e publicou o livro “A cidade e a criança” (1989). Disponível em: < <https://www.arquitetasinvisiveis.com/mayumi-souza-lima> >; Acessado em 15 de março de 2018.

por um sem fim de interpretações e reafirmações do psicólogo e filósofo suíço Piaget. São estudos pautados nas teorias de aprendizagens do autor com desenvolvimentismo cognitivo, cedendo de maneira incisiva à potência da arte/educação pelo seu viés tácticorrelacional tanto no âmbito escolar quanto comunitário.

Essas perspectivas fazem com que a discussão sobre a criança e suas práticas urbanas se limitem a reafirmar a importância de um espaço público demarcado que seja receptor da infância. Com isso, apartam não só a criança da vida pública, mas também a experiência *crianceira*, impregnada no modo de vida do senso comum.

Percebendo a necessidade de um tratamento justaposto, a escrita destituiu subtítulos e assumiu uma transição entre os três capítulos que realocam a diferença primeiramente a partir de sua produção, depois da operação e ao final a partir de possíveis estratégias diferenciadoras. Com isso, a formatação da pesquisa é implicada também em sua forma por certa destituição da apresentação e delimitação convencional das partes que a compõem. A escrita se faz e é dividida enquanto pesquisa debruçada sobre um bloco de anotações, composto quicá como bloco de sensações, defendendo uma leitura que se faça como coisa que conserva em si um composto de perceptos e afectos (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 193) com o auxílio da discussão da própria filosofia e da produção em arte. Isto posto, os parágrafos foram delineados pelo intento de alteração de escala da experiência da criança, partindo das condições urbanas para as articulações corporais em devir apresentando apontamentos visuais e delírios, identificados com outra tipografia e diagramação. **A atenção à descrição desse movimento tentou tornar a experiência menos caótica para o leitor, ainda que os colapsos teóricos e os ritmos de escrita que enunciam os movimentos não sejam neutralizados ou destituídos em prol de uma experiência amistosa.**

No primeiro capítulo, foram escolhidas três principais linhas dessa trama, as quais foram enunciadas por teorias e práticas urbanas associadas às rupturas do ordenamento espacial que tangenciam o eixo econômico. Essas três linhas estão circunstanciadas através dos discursos consolidados na obra do sociólogo Henri Lefebvre, do arquiteto co-fundador do Team X, Aldo van Eyck, e do artista neoconcreto Hélio Oiticica. O vértice formado por estas três caóides (DELEUZE; GUATTARI, 1995)⁷ é reiterado na tríade **cidade-criança-contemporaneidade**. Isso porque a reprodução do espaço explorada por Lefebvre dá as condições da cidade por direito, esse direito ao espaço foi fortemente discutido no período em que o arquiteto holandês van Eyck trabalhou junto ao governo (1947-1978) construindo centenas de espaços de jogos na cidade e o artista neoconcreto reafirma esse jogo como um devir urbano, produzindo experiências que questionaram o espaço delimitado para ser experienciado. Assim como a tríade lefebvriana, as sugestões aqui postas em três são produtoras e impulsionadas pelo cotidiano percebido, vivido e concebido (LEFEBVRE, 2001).

Assim como o sistema **árvore-radícula-rizoma**, a tríade acompanha o texto como condição diferenciante da tessitura, retirando a possibilidade de romper com uma produção de pensamento dentro da lógica binária, que não se faça em oposição ao modelo vigente, mas que encontre suas transversalidades transgressoras. Neste passo inicial da trajetória teórica, a produção da diferença encontrada nos autores citados orienta o plano de imanência (DELEUZE; GUATTARI, 1995) e os territórios da diferença (DELEUZE, 1978) dispostos em outro movimento tríplice – traçar, inventar e

⁷ “(...) chamam-se de caóides as realidades produzidas em planos que recortam o caos” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 267). Como, por exemplo, a Arte. “Há uma possibilidade pictural que nada tem a ver com a possibilidade física, e que dá às posturas mais acrobáticas a força da verticalidade. Em contrapartida, tantas obras que aspiram à arte não se mantêm de pé um só instante” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 214).

criar (DELEUZE, 1978, p.93) – desenvolvendo os capítulos da pesquisa. Tal proposta de trindade filosófica implica que cada elemento responde aos outros dois, embora deva ser considerado em si; correspondendo à totalidade como noção metafilosófica e meta-analítica. Tais noções foram construídas sob matriz nietzschiana e, embora o tratamento dialético-materialista que Lefebvre se deteve seja contraditório se aproximado das leituras da filosofia francesa contemporânea, o contraste será justaposto no avanço das potências e perspectivas trabalhada pelos autores.

A invenção está relacionada com a intersecção da importância para a cidade, para a criança e para contemporaneidade assumindo seu amontoamento desde o planejamento e projeto do espaço até seu uso, a diferenciação é mote de uma, necessariamente contraditória, multiplicidade urbanizadora.

Foi indispensável adentrar o debate dos arquitetos e urbanistas como planejadores da vida pública para a compreensão do funcionalismo das cidades, dando atenção merecida e fazendo uma crítica aos seus zoneamentos, que acabam por instituir e reiterar práticas adultocêntricas da modernização do espaço. Os lugares reservados às crianças dentro dessa área são importante interseção na discussão porque têm sua formação balizada pelo exclusivo entretenimento infantil além do formalismo arquitetônico tomado pelo adultocentrismo, o que é importante cruzamento na discussão do gesto.

Nesse ponto, a atuação direta da criança na cidade é negada, tendo seu espaço preenchido pela certificação de uma experiência que assegura a brincadeira na rua. As referências visitadas para o percurso teórico demonstram a importância da constituição da criança em sua relação direta com a rua, mas, contraditoriamente, orientam dados para a docilização do corpo em escala menor. Além disso, esses dados serviram para

destacar a importância da rua que acolhe a criança através de um planejamento de cidade para a multiplicidade (DELEUZE, 1995).

A contribuição da pesquisa está no fato de tomar os territórios do corpo da criança a partir da arte e da educação e reterritorializar as contradições do espaço e seus desdobramentos na contemporaneidade como uma condição *crianceira*. O que o debate do urbanismo contemporâneo deixa a desejar para o próprio campo da sociologia urbana está relacionado com a própria contradição do termo. O questionamento é, se cabe às regulamentações a escala da experiência contemporânea, **onde e como se instala o devir-criança na ciência das cidades?** A palavra “onde” não se refere aqui a uma topologia dos limites que a prática hegemônica impõe, mas a uma caminhada pela própria linha limítrofe, em que a experiência do corpo é colocada na borda. Interessa saber ainda *como* o urbanismo se faz contemporâneo através de modos de vida que se instalam no desvio limitante, em seu gesto errante das bordas do cartesianismo recheado de devir.

A temporalidade contemporânea é discutida no plano do devir-criança e desdobrada através de atravessamentos de uma *criançação* urbana. **Pode o urbanismo ser criançaado?** Neste movimento, o que se aprofunda especialmente é um direito à cidade que se consolida numa experiência do devir-criança potencializada pela vivência de crianças de até 12 anos expostas ao devir urbano. Cá estarão desdobradas as fricções estabelecidas pelas contradições entre condições estruturais e de ordem menor como questão de produzir um *continuum* de intensidades.

A análise do espaço através das corporalidades infantis autoriza a compor operações que orientam um plano de diferenciações, numa constante ratificação das condições contra-hegemônicas da contemporaneidade.



Figura 1

Território anterior à construção do playground, período pós-guerra. Aldo van Eyck - Seventeen Playgrounds.

Disponível em <<https://issuu.com/lectijis/docs/seventeenplayground-sissuu>>, Acessado em 24 de outubro de 2016



Figura 2

Aldo van Eyck - Seventeen
Playgrounds.

Disponível em <<https://issuu.com/-lecturis/docs/seventeenplayground-sissuu>>, Acessado em 24 de outubro de 2016

ACTIE STOP KINDERMOORD IN DE PIJP



Figura 3

Trecho de um documentário de TV de 1972, intitulado "De Pip" sobre a situação do trânsito para as crianças em um antigo bairro de Amsterdã. Dado cartográfico, filme sobre revolução urbana, crianças. < <https://www.youtube.com/watch?v=Y6PQ4ATZE84> >. Acessado em 20 de junho de 2016

De Amsterdamse actie-groep Stop de Kindermoord uit De Rijp tijdens het spitsuur het drukke kruispunt Ferdinand Bolstraat—Albert Cuypstraat bezet. Het verkeer raakte helemaal in de knoop. De bedoeling van de groep: de aandacht van de automobilisten vestigen op het grote gevaar dat zij vormen voor spelende en overstekende kinderen. De leuzen laten aan duidelijkheid niets te wensen over.

V
D

DE
forma
bekij
voore
der I
te bre
Uyl
alij in
zijn
vauv

De een v
der g
lang
De al
volge
edica
Of
he ble
tja
drie
stem
dat
slecht
prate
singe
knori
Andr
ven i
mae
gerin
De
kabr
ren i
geen
hebb
name
Neu



Prêmio
Palácio PIS, p. 11. Incorporo
a Revolta. São Paulo: Itaú
Cultural de Arte e Cultura Brasileiras.
São Paulo, 2015. 11 p.
Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/publicacoes/revista-arte-e-cultura-brasileira/2015/01/15-capitulo-1-incorporo-a-revolta>.
Acesso em: 18/08/2018.

Depois de arranjadas as teorias e explorados os seus desdobramentos, o agenciamento opera na alteração do eixo desta investigação teórica que não se faz árvore fundamentada na verticalidade, mas considera a potência das alianças horizontalmente, na difusão do rizoma. Para tanto, no segundo capítulo intitulado *Da operação da diferença*, é apresentada a diferença em ação, onde o conteúdo, sempre universal, necessário ou verdadeiro (DELEUZE, 2001), é enfrentado pelo corpo.

Para essa operação, foram desenvolvidos três dispositivos de captura que auxiliaram o confisco das trajetórias em diferenciação na sobreposição e acirramento das limitações dos dados gerais do tema, trazendo à tona a qualificação do devir manifesto em detrimento da regulamentação anatômica para a reprodução do espaço. Buscou-se devolver, para a contextualização do tema, possíveis estratégias de uma cidade que se produza a partir de experiências diferenciadas para além da escala.

Ainda no segundo capítulo, onde estão apresentadas as aventuras metodológicas para o desenvolvimento da pesquisa, são tratadas as linhas de fuga, diferenças e repetições urbanas. Quando a cidade, imbricada de teoria e vida, dá a ver as inquietudes, atualiza contraturas urbanas e distensões territoriais, trazendo as ações criadoras e criativas em suas potências de fuga. Essas fugas se compõem no intervalo do movimento engrenado cotidianamente na cidade.

É a partir dos devires, nas condições minoritárias, que se remonta o mapa dos desejos na insistência da consolidação dos afetos minorizados. Identifica-se corporalidades em resistência, entendendo que mesmo que o corpo escape às opressões em alguma medida, ainda é produzido por elas. Para isso, a cartografia é parte do equipamento metodológico como enunciado e enunciação. De certa maneira, são produzidas repetições que se compõem como quem espera. A cartografia é lampejo!

Importante tratar, logo de antemão, conceitos que são primários para o agenciamento teórico proposto. Em suma, enunciados dos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari serviram como alinhavo da práxis. Foi na obra *As três ecologias*⁸ que a potência das proposições teóricas dos autores se consolidou em encontro com conceitos que delineiam um campo de ação que afronta o poder do Capitalismo Mundial Integrado (GUATTARI, 1990), daqui para frente CMI, no sentido de colocá-lo a prova a partir do que está sendo produzido irregularmente, o que salienta novas práticas de vida que não negam o sistema que oprime o corpo, mas rasgam a pele do corpo opressor. Além disso, na filosofia da diferença⁹, os axiomas adversários são substituídos por anomalias sistêmicas. Parece que a contemporaneidade tem necessidade de envolver características opostas que se inserem criticamente no plano majoritário em vez de gerar uma resposta a um sistema esgotado em si. Um exemplo é a distinção entre cultura popular e cultura erudita, que é considerada equivocada por Guattari. Isso porque, segundo ele, o que existe de fato é “uma cultura capitalística que permeia todos os campos de expressão semiótica” (GUATTARI; ROLNIK, 1999, p. 23).

Com isso, a discussão delira através de/em um plano imanente com o escopo da perambulação heterogênea em devir. O objetivo da empreitada é reelaborar os referenciais teóricos para espacialidades múltiplas a partir das apreensões gestuais dos corpos de crianças escolarizados em deslocamento. A referência comportamental para

⁸ Livro que registra as três ecologias: a do meio ambiente, a das relações sociais e a da subjetividade humana, por Guattari (1990).

⁹ Eixo teórico que faz referência às produções bibliográficas de Deleuze e Guattari, que para alguns teóricos também estão encaixadas as produções de Hume, Nietzsche, Spinoza, Foucault, entre outros.

os agenciamentos foram corporalidades de crianças com até 12 anos em deslocamentos no eixo base de discussão do direito à cidade: poder coletivo como deformador do processo urbanizador.

A gravidade da produção de apontamentos teóricos que não escapem às hierarquizações discursivas está acoplada com a dupla opressão que o CMI desenvolve. Segundo o filósofo francês Guattari, ela é ligada à coerção material externa na produção de conteúdos de significação e na própria produção de subjetividade: uma imensa máquina produtiva de uma subjetividade industrializada e nivelada em escala mundial tornou-se dado de base na formação da força coletiva de trabalho e da força de controle social coletivo (GUATTARI, 1992, p. 39). Partindo desse entendimento, há o delineamento de uma definição de subjetividade: “O conjunto de condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como território existencial auto-referencial” (GUATTARI, 1992, p. 19).

Portanto, o perigo da produção capitalística consolidada no cenário contemporâneo é notado pela “fabricação dos modos de relação do homem com o mundo e consigo mesmo” (GUATTARI; ROLNIK, 1999, p. 42) em um ciclo produtivo tão difícil de ser interrompido quanto cristalizado. Diante dessa dificuldade imposta pelo modo de produção, ainda que num tempo-espço sobrepostos, retifica-se a justificativa do trabalho no acirramento desses limiares sob análises de dados gerados a partir do próprio limite do modo de produção, onde o corpo e a abstração do capitalismo se esquivam, escapam, se desterritorializam.

Com a potência da produção desejante, as categorias das significações são postas a prova em sua capacidade de abrangência e universalidade, justamente onde se fundam enquanto produção científica. Esta potência é a diferença, e é por meio dela que o corpo da criança está absorvido pelo plano imanente.

Os apontamentos iniciais da dissertação introduzem esse percurso por uma gênese. A importância da gênese nas pesquisas que constituem seus territórios através de agenciamentos com a filosofia da diferença se dá por uma ciência que trata da coisa vaga, “no sentido de vagabunda: nem inexata como as coisas sensíveis, nem exata como as essências ideais, porém anexata e contudo rigorosa (inexata por essência e não por acaso)” (DELEUZE; GUATTARI, 1995). É pertinente apresentar a epiderme vagante, a fim de desmerecer os acasos e declarar os desvios que se encarregam de disparar o rumo deste corpo.

“Imanência, insistência, consistência(...)” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 93)

Da produção de diferença

O percurso teórico assume o controle do corpo para expurgar sua gestualidade e produzir cartografias do espaço da criança na cidade como um vetor de diferenciação urbana. Partimos de uma incerteza que, expressada em forma de pergunta, materializou a problemática que instaurou o processo de pensamento: quantas crianças cabem na cidade? Indefinido, diferente. Não há número exato, mas o protótipo que a cidade comporta já é sabido de antemão.

Além desta, a pergunta “O que pode um corpo?”, do filósofo Baruch Spinoza (1632-1677), é retomada em vários momentos deste trabalho para entender a ambivalência da potência na produção originária das cidades e da incorporação dos espaços públicos. Esta proposição investigativa adentra a carne e, embora não se proponha a uma ontologia da corporeidade, requer profundo estudo epidérmico. Dito isso, pretende-se aqui a excreção do suor de uma cidade *crianceira*.

Está aqui uma perambulação pelos territórios da arte e da contemporaneidade que fazem parte da paisagem da cidade. Como intenção dissertativa, tais territórios foram explorados através do urbanismo e da educação, instituições que permeiam a formação do corpo da criança e que, por conseguinte, enunciam a maneira como esse corpo deve se apropriar dos espaços. Na produção da diferença, esse percurso é colocado em segundo plano, dando a ver as preocupações acerca do tema. A intenção é mover-se em diferentes escalas para discutir as dissonâncias latentes no gesto da criança. Como já introduzido, o primeiro capítulo adentra as cidades através de rupturas históricas direcionadas para as teorias do urbanismo, indagando a potência de diferenciação em cada um dos rebentos. Seja na história da arte ou na construção de lugares para crianças, o espaço suplicou uma ética corpórea.

Sobre novo tratamento para a genealogia da moral, Nietzsche (1844-1900) instala, nas questões da normatividade epistêmica, uma matriz que se produz a partir da vontade de poder. A vontade de poder está sobreposta à vontade de verdade e, sendo assim, a vontade de poder é vontade de pensamento. Essa ideia está aliada às questões

desenvolvidas por Spinoza; ambos são grandes eixos teóricos para o vértice de diferenciação estudados à luz do tema. Aspirando um fazer filosófico, a reflexão sobre a criança e o direito à cidade é operada na criação de conceitos na segunda parte desta pesquisa. No terceiro momento, a construção de táticas para a apropriação de um devir citadino, tenciona as ideias e argumentações que foram percorridas durante os dois anos, cumprindo o papel perguntador da ciência diferenciante.

A compreensão dos conceitos foi o primeiro movimento dos agenciamentos propostos como operação da diferença para o alargamento das brechas criadas pelo corpo e a ética *crianceira* na cidade. Essa compreensão não aparece aqui de forma explicativa porque o recorte teórico não é explicado, mas sim interrogado e transbordado na tentativa de dissertar sobre o tema e desvendar alguns limites da produção teórica.

Deleuze e Guattari falam de uma filosofia que é realizada por meio de alquimia de experiências, o que ocorre em andanças nos territórios que se fazem subjetivos como criação e não produto da contemplação do pensamento. Para tanto, a filosofia dá nome aos nós experimentados, criando conceitos para reconfigurar o plano imanente e propor movimentos de pensamento a partir dele. É nesse sentido que a pesquisa deve fazer-se: como expurgação de planos de imanência e projeção dos movimentos de pensamento. O plano de imanência fabrica e é fabricado através da perambulação, de uma condição de experiência imposta pelo corpo menorizado. É através da produção dos filósofos da diferença e seus tangentes que estão orientados os passos dessa corporificação, na compreensão de um plano imanente que se aproxima de um horizonte de pensamento

onde os conceitos e as experimentações agenciados estarão submersos. Ou ainda, o plano instaurado é “como um corte do caos e age como um crivo” (DELEUZE & GUATTARI, 1992, p. 53).

É sugerido o deslocamento do contraditório plano de imanência imposto na produção teórica do vértice proposto, cidade-criança-contemporaneidade, que “procura dar referências ao caos, sob a condição de renunciar aos movimentos e velocidades infinitos, e de operar, desde o início, uma limitação de velocidade” (DELEUZE & GUATTARI, 1992, p. 53). Arcar com a filosofia como processo criativo é pressupor o perigo das consequências da própria criação, pois “a imanência pura suscita, na opinião, uma forte reprovação instintiva, e a natureza dos conceitos criados ainda vem redobrar a reprovação” (DELEUZE & GUATTARI, 1992, p. 53); permitindo que os referenciais críticos da cidade deem lugar aos delírios urbanos, reelaborando a objetividade cívica, traindo a sua identidade cidadã.

É a produção de multiplicidades com base em territorializações para outras possibilidades urbanas, quando transmuta as brechas cotidianas e as reterritorializa como artefato sociológico, que demonstra a necessidade de articulação com as teorias da diferença. Essa articulação leva a uma produção de multiplicidade (DELEUZE; GUATTARI, 1992) que é potencializada em devires (delírios) urbanos.

A diferença está em conflito com a identidade. Enquanto a diferença toma os movimentos como instáveis, quase descaracterizados, a identidade constrói um recorte estável, afastando as contradições estruturantes de diferenciação (DELEUZE, 2006).

Esse conflito põe em evidência o lugar de privilégio ocupado pela construção da identidade, já que esta constitui uma acomodação dos idênticos e uma dada segurança discursiva. Para destacar a instabilidade e a descaracterização dos movimentos, a filosofia da diferença configura um plano imanente que tende a propor ações de pensamento entre a diferença e a repetição, no sentido de alargar, rasgar, contrapor e expurgar as convenções através dos próprios movimentos.

Na obra intitulada *Diferença e Repetição*¹⁰, Gilles Deleuze se preocupa em discorrer sobre o espaço entre um acontecimento e outro. Esse percurso teórico é trazido como vetor para a busca do devir, pois é na diferença que o dado é dado. Ou seja, “a diferença não é o diverso. O diverso é dado.” (DELEUZE, 2006, p. 361). Isso significa que a proposição cartográfica *crianceira* está na intensidade e na possibilidade de diferenciação capturada do ser. Deleuze afirma que “dessa profundidade intensiva, desse *spatium*, saem ao mesmo tempo, a *extensia* e o *extensum*, a *qualitas* e o *quale*.” (DELEUZE, 2006, p. 375) como infortúnio teórico para a criatividade tática. Isso ocorre na propulsão inicial da produção de outra escala, quando não se acredita chegar à topologia do fenômeno em devir-criança, mas ao número mais próximo do fenômeno.

Na captura do gesto da diferenciação, a filosofia da diferença afirma:

¹⁰ Diferença e repetição. Tradução de Luiz Orlandi, Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2ª ed., 2006

Toda a diversidade e toda a mudança remetem para uma diferença que é a sua razão suficiente. Tudo o que se passa e aparece é correlativo de ordens e diferenças: diferença de nível, de temperatura, de pressão, de tensão, de potencial, diferença de intensidade. (DELEUZE, 2006, p. 361)

Dessa forma, o desejo de mergulhar na dessemelhança *crianceira* que se produz no espaço público torna imprescindível uma gestologia, ou seja, um momento antes do movimento cartográfico que constitua regras. O plano de imanência e os conceitos que estão pautados pela diferença, assim como afirma Deleuze, são princípio constitutivo da natureza dissolvendo a determinação. Esse é o primeiro impulso da produção teórica.

Abandonam-se os aspectos universais para *criançar* deslocamentos entre instituições de arte e de educação com recorte bibliográfico das rupturas consolidadas em discursos de Lefebvre, van Eyck e Oiticica. Esse abandono de um paradigma generalizante para o apontamento dos intercessores da diferença baseia-se em Michel Foucault, quem distingue diferença e alteridade. Este filósofo resgata a noção de diferença em Saussure para a compreensão de uma “loucura alienada” (FOUCAULT, 1978) que não retoma o modelo dualista, no qual está retida uma concepção exclusivamente negativa da razão. Esta operação será aprofundada na descrição e discussão dos três dispositivos que estão na segunda parte da proposição teórica, enunciados como operadores.

A apreensão do embate proposto no vértice da cidade com as crianças – composto com cidade e contemporaneidade – sugere uma caminhada sem trégua contra o

conhecimento tradicional do espaço que esteja na incoerência, na perpétua diferenciação, na incessante fruição de perspectivas para habitar e construir as cidades. Há um marco teórico na ruptura do empobrecimento da experiência, da forma bruta como a metrópole moderna atua física e psicologicamente para uma experiência da imagem publicitária contemporânea, onde fica ressaltado o apaziguamento das relações mediadas no espaço público.

Teóricos como Charles Baudelaire (1821-1867), Michel de Certeau (1925-1986) e Guy Debord (1931-1994) estudaram o tempo da virada da modernidade, quando se constituiu o marco da discussão da expropriação da experiência e uma incapacidade, da agora contemporaneidade, de transmitir a vivência corporificada (JACQUES, 2012). São estes três teóricos que defenderam o tema da experiência moderna, por trazer um momento tão latente em que o mundo presenciou a transição de um tecido organizado por uma vida mercantil para a cidade empreendida por George-Eugène Haussmann em Paris, que colocava a cidade como principal vigilante da regulação da vida.

A reforma modernizadora (JACQUES, 2012) perpassa cuidadosamente pelo corpo e o olha de longe mesmo quando atua intrinsecamente a ele. Através do plano percorrido aqui, confronta-se essa situação de domínio do corpo e adentra-se a carne da pesquisa sobre urbanismo contemporâneo pela sua pele, examinando seu suor. Esse suor é o que se extrai da cidade quando acarretada pelos seus desvios. Por exemplo, quando a produção hegemônica das cidades em sua práxis está sob abrigo dos argumentos da modernidade, o corpo da criança intenta narrativas do jogo do corpo que se faz na

ruptura do discurso público. Sugere-se que é na desorientação do tempo e da experiência *kairós*¹¹ que se impõe uma cidade criança.

Antes disso, num primeiro momento, foi estudado o deslocamento nas cidades, tomado como propulsor da questão de pesquisa. Na crença do entre-lugar, a passagem entre intraurbano e infraordinário deu vazão a uma transição restauradora da pergunta investigada. Numa possível visita às flanâncias, o que se instala como proposição teórica é o desejo de rua observado nos corpos infantis não só pelo fluxo estabelecido, mas pela construção do bando como corporação ética. Foram levantadas suposições conceituais de relações contraespaciais¹² e antirrelacionais¹³ que se configuraram quando as turmas de crianças saíam às ruas. Porém, pela potencialidade teórica, ganharam sentido secundário.

O afunilamento do conjunto de questões práticas e conceituais revezadas é, sem dúvida, fortalecido pela produção de pensamento errática, *crianceira*, inventiva e, por isso,

¹¹ Na mitologia grega, é o deus do tempo oportuno, um aspecto qualitativo do tempo.

¹² A contraespacialidade é a experiência dos corpos escolarizados, docilizados (FOUCAULT, 1989), que enfrenta e potencializa novas abordagens para o espaço público.

¹³ A antirrelação configura-se então como atravessamento para relações instantâneas, como pulsões de desordenamento temporal a fim de constituir experiência de alteridade. O prefixo deforma a relação no sentido de desobedecer a urbanidade interposta nos deslocamentos.

compõe igualmente o plano imanente. Este plano foi estruturado a partir de dois conceitos principais – contemporaneidade e devir-criança – que estreitaram os desdobramentos da ciência reguladora das cidades. Esta ciência é reguladora porque se propõe a controlar as ocupações e as formas de utilização do espaço. Reafirma-se como ciência porque se faz no erro. Por isso, prestamos atenção aos erros, aos deslizos, aos exageros.

É válido afirmar que uma certa errância cívica constitui as cidades. Walkscapes, importante obra da área do urbanismo, apropriada desenfreadamente pela arte, estimula a vivência à margem das mais elementares regras civis e urbanas (CARERI, 2002) como uma prática contemporânea emergente, a fim de romper os ciclos da historiografia citadina. Através de intervenções que estão fundamentadas na prática espacial, as experiências exploratórias do Coletivo Stalker¹⁴, apresentadas no livro, constituem um

¹⁴ O nome *Stalker* faz referência direta ao filme homônimo de Andrei Tarkovski, de 1979, que se desenrola numa zona mutante, num território em que a natureza ganhou uma evolução autônoma após a aterrissagem dos extraterrestres. A região está interdita e cercada, e os *Stalkers* são os *passeurs*, os guias que conhecem as suas portas e os modos de acessá-las, que possuem uma estratégia para caminhar. Através do Laboratório de Ar Cívico (LAC), o Coletivo Stalker realizou sua primeira deriva suburbana em Roma, em outubro de 1995, com o título *Stalker através dos Territórios Atuais*. Retomando o conceito surrealista de “território inconsciente” e o situacionista de “terreno passional objetivo”, o Stalker realizou os seus percursos erráticos com o acréscimo do conceito de “território atual” de Robert Smithson, lido na chave de Foucault, para quem o atual “não é aquilo que somos, mas antes aquilo que nos tornamos, aquilo que nos estamos tornando, ou seja, o Outro, o nosso devir-outro”. (FOUCAULT, 1994, p. 53)

observatório do nomadismo e suas reverberações da escala da cidade, principalmente, na prática cívica.

Na obra em questão, o urbanista italiano propõe uma metodologia de caminhada que evidencia as proposições filosóficas balizadoras desta pesquisa. Essa metodologia foi experienciada por esta autora em 2017 no Laboratório de Ar Cívico (LAC). O atravessamento dessa experiência rasgou uma fresta e interpenetrou a cartografia de seus afetos, compondo experimentações cruciais às enunciações filosóficas deste trabalho.

Através do LAC, o Stalker reúne-se anualmente como grupo transitório que se forma na linha de borda da malha urbana e busca interações no corpo a corpo da contemporaneidade. Uma dessas intervenções se baseou na epopeia de Eneas, personagem ligado à hospitalidade no mito fundador de Roma que foi retratado por Virgílio. Na condição corpórea da constituição dos territórios teóricos, a tomada da carne de enunciação aconteceu no ponto fundador do Ocidente, o Lago Neme. Durante quatro dias, as categorias interpretativas que a pesquisa exploratória exigiu, bagunçaram com afetos, atualizando o tempo passado da queda de Troia. Ser parte dessa experiência afundou o corpo desta pesquisadora na narrativa de Virgílio em um tempo não-linear e impulsionou devires na brincadeira de recontar um fato histórico pelo labirinto mítico. Experimentar tais territórios históricos e porvires junto ao LAC devolveu pulsões à caça de delírios.

O fato de as narrativas dos participantes da intervenção habitarem a arquitetura da perda, entre o passado e o futuro, pressupôs que elas fossem atiradas na dança da travessia e se constituíssem bússolas contemporâneas. A viagem foi realizada a pé, nos primeiros dias da primavera romana. O trajeto foi o mesmo percorrido pelos pés de Eneas durante perseguição às marcas do fauno. Com isso, a época em que Roma foi fundada por refugiados troianos e latinos, sabinos, gregos e etruscos foi atualizada em seus devires. O bando narrador que se formou no LAC configurava gestos que indicavam uma abordagem poética da paisagem e da sociedade do Ocidente, a partir de elementos nelas ausentes. Os vazios urbanos foram performados em resíduos da invenção que se instauraram nos confins da propriedade privada e da cidade apartada de vida. A espontaneidade do deslocamento em bando abrange a psicogeografia como investigação. Como a atualização, mas sem a pretensão neo-situ, o Coletivo Stalker entende a cidade em seu surrealismo-situacionismo, organismo vívido que, em alguns espaços, escapa do projeto moderno. A compreensão dos “conceitos de psicogeografia, deriva e urbanismo unitário, uma vez ajustados aos valores do universo nômade, tinham produzido a cidade em trânsito permanente de Constant” (CARERI, 2002), colocando o bando em oposição ao modo de vida moderno.

Depois de entender como Careri trata a ciência reguladora das cidades, notou-se a necessidade de retomar o plano imanente e desenvolver melhor os conceitos de contemporaneidade e devir-criança. A partir da filosofia da diferença, entende-se que contemporaneidade é “a relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo” (AGAMBEM, 2009, p. 59) e que devir-criança é a “ruptura propositiva, condição inventariante da ordem do desejo que se produz para ativar a coexistência dos tempos” (DELEUZE, 1997, p. 11).

Agambem e Deleuze retomam reflexões de Nietzsche (1844-1900) para reiterar uma questão que não é do tempo cronológico, que não quer dizer voltar a ser criança ou posicionar-se contemporaneamente na ordem histórica, mas tangenciar a produção corpórea infantil que potencializa a desordem temporal e assim estar atento para o que está sendo produzido fora da luz. Esse agenciamento se configura como um alargamento do tempo como acontecimento de diferenciação, indiscernibilidade contemporânea *crianceira*, que não possa se distinguir da paisagem. Em Nietzsche, a condição de devir-criança é definida a partir de Zaratustra como sendo a terceira condição, a afirmação do vir-a-ser, a recusa do que foi, do que é e do que será. O filósofo alemão assinala que “a criança é a inocência, e o esquecimento, um novo começar, um brinquedo, uma roda que gira sobre si, um movimento, um sagrado dizer sim” (NIETZSCHE, 2016, p. 39). O esquecimento, nesse caso, não está em oposição à memória, mas serve de acesso às vontades primeiras.

O mesmo conceito de devir, tratado em Deleuze, se produz como experiência marginal, sempre minorizada, afastada do centro, como um rompante que entra e sai do discurso hegemônico rasgando os estratos. Lembremos que Spinoza perguntava: “o que pode um corpo? De que afectos ele é capaz?” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 83) na projeção de que tudo acontece no encontro, na relação direta entre a cidade e o corpo, que é “uma confiança sem interlocutor possível” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 11). Essa questão talvez possa ser sobreposta ao ponto de Giorgio Agamben que dá uma segunda pista sobre a definição da contemporaneidade: é quando fixamos nosso olhar para o escuro (AGAMBEN, 2009, p. 62). Assim, o devir-criança é o processo, a transição e a permanência, o encontro com o escuro e no escuro.

A própria condição de devir, que é retomada como o mergulho no caos em Deleuze, está assimilada à intempestividade contemporânea. O autor Jorge Larrosa Bondía convoca o devir às suas escritas (LARROSA, 2002) sobre a experiência e a educação como o alargamento da brecha do novo em que a criança não cumpre nada, não realiza nada, não se antecipa, nem se projeta, nem se determina, ela é um limite, um intervalo (LARROSA, 2002, p. 116). E acrescenta: “A criança abre um devir que não é senão o espaço de uma liberdade sem garantias, de uma liberdade que não se sustenta mais sobre nada” (LARROSA, 2002, p. 117). Este preâmbulo talvez seja a maior justificativa do recorte etário desta pesquisa: resumir os imprevistos da infância.

A experiência em devir está e dá ordem de aliança, não só quando articula os meios, mas também quando questiona e incorpora a cidade. É dessa maneira que se configuram

cartograficamente os trajetos das crianças. Cabe aqui a noção de que “Se a evolução comporta verdadeiros devires, é no vasto domínio das simbioses que coloca em jogo seres de escalas e reinos inteiramente diferentes, sem qualquer filiação possível” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 19). Sendo assim, a pergunta “o que pode um corpo?” se apresenta em dois sentidos, o que quer dizer que a experiência *crianceira* faz perguntas para a cidade e é também perguntada por ela. Estado de corpo incorpóreo, a cidade é “lançada num devir-criança que não é eu, mas cosmos, explosão de mundo: uma infância que não é minha, que não é uma recordação, mas um bloco, um fragmento anônimo infinito, um devir sempre contemporâneo” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 129). Ao orientar o plano de escrita sobre os conceitos de contemporaneidade e devir criança, há um convite a uma brincadeira urbana.

O devir é conceituado pelos franceses Deleuze e Guattari a partir de Kafka e está na ordem do desejo (máquinas desejantes ou agenciamentos). É através do Cristianismo, no capítulo três - intitulado *Selvagens, bárbaros e civilizados* – do livro *O Anti-Édipo* que se dá um dos exemplos dessa produção desejante:

São os dois aspectos de um devir do Estado: a sua interiorização num campo de forças sociais cada vez mais descodificadas que constitui um sistema físico; e a sua espiritualização num campo supraterrrestre cada vez mais sobre codificante, que constitui um sistema metafísico. (DELEUZE; GUATTARI, 1972, p. 153)

Quando agitações de pensamento do percurso imanente retomam o desejo, o que está sendo ponderado, através da filosofia da diferença, são vestígios, sedimentos, acúmulos, coágulos, dobras que compõem o corpo estratificando-o com as forças maquinicas.

São emprestadas novas noções da área da geografia para entender tal estratificação desejante, em versões molares e moleculares, em seus três grandes grupos: físico-químico, orgânico e antropomórfico. A necessidade desse engajamento teórico se dá como numa constante articulação reformulada dos signos, códigos, de capturação. E, muito embora a filosofia proponha tal gesto reflexivo como legitimação de uma novidade a seu campo teórico, os conceitos aqui agenciados estão agregando novidades às produções de pensamento. No caso dos estratos, é acertada a análise da dupla articulação antropomórfica de fala e gesto. Essa arqueologia gestual dos desvires a que vai se configurando a cartografia adentrada reafirma a predominância do conteúdo, da linguagem, na produção dos discursos da contemporaneidade. Intentamos uma ordem nessa perambulação: devir, gesto, narrativa.

Ao jogo:

CABRA-CEGA

A interseção das duas áreas, urbanismo e filosofia, se faz na intenção errante e reafirma a sobrevivência da experiência urbana *crianceira* como espectro que ronda a apropriação pública, que está por vir. A pergunta “como pôr ordem na confusão caótica?” é substituída por “como é o caos?”; transcendendo a desordem malsã do racionalismo de organização (LEFEBVRE, 1968) e possibilitando, com isso, a constituição da paisagem subentendida nesse caos e a ordem de afecções e percepções do pensamento.

A constituição dos espaços está muito enfaticamente tratada a partir das condições do regime Modernista arquitetônico, suas formas e o legado possível dessa escola. Nesse sentido, Lefebvre é importante suporte teórico, quando trata:

Toda a realidade urbana perceptível (legível) desapareceu: ruas, praças, monumentos, espaços para encontros. Foi preciso que fossem até o fim de sua destruição da realidade urbana sensível para que surgisse a exigência de uma restituição. Então, viu-se reaparecer timidamente, lentamente, o café, o bar, o centro comercial, a rua, os equipamentos ditos culturais, em suma uns poucos elementos de realidade urbana. (LEFEBVRE, 2001, p. 27)

Mesmo que vinculado ao materialismo dialético, os livros de Lefebvre discutem a reprodução do espaço urbano, o que possibilita um cruzamento com a constituição de uma gestologia dos espaços. Assim, a partir de Foucault, é possível compreender a constituição do Estado moderno como gênese e desenvolvimento das novas relações de produção capitalistas. O filósofo nos leva à anátomo-política disciplinar e da biopolítica

normativa enquanto procedimentos institucionais de modelagem do indivíduo e de gestão da coletividade. Em outras palavras, os pensamentos de Lefebvre e Foucault constatarem que o Estado moderno se encarrega da formatação do indivíduo e da administração da população. Na tentativa de verificar essa formatação, apresentam-se espacialidades que se concretizam com as relações que ocorrem no espaço urbano como sugestão de receptáculo do qual o corpo é parte.

O objeto de pensamento está localizado na produção de uma ordem provisória. Instantaneamente nos diferenciamos e nos repetimos para romper a ordem da representatividade que se faz permanente e imutável em sua estrutura absolutamente lógica. O que se pretende como pulsão de um tratado das cidades a partir da *differancè* (DERRIDA,1991) é o que Foucault (1978) caracteriza como “uma ontologia crítica de nós mesmos”, apresentando a diferença como acontecimento já que o acúmulo de conhecimento historiográfico não nos constitui por si, mas é um permanente experimento do rompimento de um dado presente, refletindo sobre “*hoje* como diferença na história” (FOUCAULT, 1978). Nesse vértice que intersecciona três áreas diferentes, é a infância contemporânea, que está na dimensão do inefável, do irrelato e do inconexo (AGAMBEN, 2005), que dá condições à produção de uma descontinuidade histórica e diferença tática:

Tudo no traçado da diferença é estratégico e aventureiro. Estratégico porque nenhuma verdade transcendente e presente fora do campo da escrita pode comandar teologicamente a totalidade do campo. Aventureiro porque essa estratégia não é uma simples estratégia no

sentido em que se diz que a estratégia orienta a tática a partir de um desígnio final, um telos ou um tema de uma dominação, de um controle ou de uma reapropriação última do movimento ou do campo. [...] Se há uma certa errância no traçado da diferença, ela não segue mais a linha do discurso filosófico-lógico [...]. (DERRIDA, 1991, p. 38)

Tratando desta forma, que as condições diferenciadoras sejam vetores do plano imanente instaurado inicialmente, forças moleculares (DELEUZE, 1995) dão a ver o menor - com seu forte coeficiente de desterritorialização (DELEUZE; GUATTARI, 2014). Isso ocorre porque o pensamento filosófico é criação e se dá através de retratos mentais noéticos maquínicos (DELEUZE, 1995, p. 68), o que desfaz o limite histórico e produz um esboço de dimensão ético-estética (GUATTARI, 1999). A filosofia em detrimento da história da filosofia. Está aqui o acontecimento historiográfico que se busca na cidade contemporânea: o intervalo, o descontínuo, o devir urbano.

Assim, a pesquisa se faz sobre a constituição das relações do corpo pautadas no pensamento positivista moderno e as rupturas inventariantes, em devir-criança, seguindo três principais linhas: a criança em sua inventividade, as relações do espaço urbano e o processo de criação da contemporaneidade. Com composições imagéticas do gesto, que constituíram o plano imanente dos Dispositivos I, II e III, a operação do processo artístico e o estudo exploratório reverberaram uma disfunção do espaço público atrelada à produção do gesto infantil, do corpo menorizado. Essas composições

do corpo são vistas aqui em seus processos de afastamento das linhas limites, auxiliando uma ciência social que não se aplica na cidade, mas se faz da carne dela.

No destrinchamento do objetivo, foram continuamente propostas a inversão e a transformação do enunciado de uma experiência urbana que participa da formação da criança, para que ela faça parte do que é público, em um paradoxo niilista heterotópico. Não há uma destruição infantil em questão. Compreenderam-se deslizos teóricos na produção bibliográfica sobre o tema. Ela deforma o corpo da criança, reforma os espaços da cidade que estão atrelados, predominantemente, a uma escamoteação da vida urbana e, sobretudo, da vida pública e sua multiplicidade. No intento *n-1*¹⁵, cabe a diferença no devir?

Para a captura do devir diferenciante, a vida urbana traz à tona a destruição da experiência a partir do *in-fanti* (AGAMBEN, 2005), que não é um simples recorte cronológico, mas uma reflexão filosófica sobre a voz humana (ou sobre a sua ausência). A infância encontra seu lugar lógico na relação entre experiência e linguagem, pois constitui o vazio entre semiótica e semântica. Isso significa que a gestologia está no acontecimento e em sua impossibilidade narrativa, que é fruto de uma experiência

¹⁵ “É preciso fazer o múltiplo, não acrescentando sempre uma dimensão superior, mas ao contrário, de maneira simples, com força de sobriedade, no nível das dimensões que se dispõe, sempre *n-1*. (...) Há rizoma quando os ratos deslizam uns sobre os outros. Há o melhor e o pior no rizoma: a batata e a grama, e a erva daninha. (...) Qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo.” (DELEUZE, 2010, p. 15)

destruída cuja necessidade destrutiva não está numa catástrofe. Agamben sugere que a “pacífica existência cotidiana em uma grande cidade é, para esse fim, perfeitamente suficiente” (AGAMBEN, 2005, p. 24).

Essa destruição é impulsionada pela reação de um corpo que não tem lugar na *pólis*, o corpo da criança. Este corpo é o que a cidade mais precisa e, ao mesmo tempo, o que o urbano não pode suportar. Isso porque uma rua que é preparada para receber crianças é projetada em sua multiplicidade de acontecimentos. Porém, essa multiplicidade instaurada dá suporte para a desestabilidade. A criança questiona, interpela, a faz lembrar do que ela pretende ter deixado atrás e não quer recordar. Então, a condição criancieira tratada aqui é a pergunta como linha primeira de construção discursiva, onde e quando a constituição *civitas* tira da criança o hábito perguntador e a possibilidade de que ela crie novas perguntas que alarguem sua condição cidadã.

O pensamento talvez tenha mais infância disponível entre os de 35 anos que entre os de 18, e fora do curso de estudos mais do que dentro. Nova tarefa para o pensamento didático: buscar sua infância em qualquer parte, inclusive e fora da infância. (LYOTARD, 2005, p. 89)

Há a necessidade de reafirmar os sentidos denominados para a infância. Em estudo e aproximação da infância e da filosofia, Walter Kohan (2015) sugere que sejam dois os

sentidos dessa construção *infanti*. Uma proposição interessante é que a infância pode estar fora da idade cronológica que geralmente lhe é atribuída. Isso significa que, como começo, interrupção e estrangeiridade do pensamento, a infância instaura um processo de pensamento filosófico que só seria possível a partir desse estado infantil. É através desse estado que se deseja percorrer urbanidades em busca do devir-criança como propulsor do devir urbano.

Portanto, a condição alternada à criança que se funda cidadã está na ordem da ética fundamentada em Spinoza (2009) quando nos diz que a liberdade se forma na potência interna de agir, na efetividade do corpo político, quando o fortalecimento desta potência está em sua instigação, motivação, mobilização corporal – para o mundo e com o mundo. A criança que perambula pelas calçadas não circula por estatutos e legislações do corpo cidadão apenas, mas transita pelo conflito imanente do seu controle enquanto ser menorizado e insuficiente de faculdades.

A vigília e a punição da criança tornam-se desvantagem por duas vias: a) a normatização do corpo; b) a visão de sua incapacidade semântica. Dessas vias surgem as narrativas entre a experiência e a linguagem. É na possibilidade infável que as corporalidades infantis evidenciam a realização autônoma da enunciação dos espaços públicos. Essa anotação não é feita em oposição às experiências dos adultos, mas na produção de diferença possível para a reprodução de uma cidade que se faça mais comunitária. Esse devir, essa infância não cronológica, nos ocupa. Avizinhar-se desse devir é assumir o controle pelo qual o corpo passa cotidianamente. Na impossibilidade

do relato, a experiência é potencializada em suas afecções. O um corpo pode expurgar em seus intervalos desejantes ?

Essa potência se produz quando a infância ocupa o lugar da diferença entre o que pode e o que não pode ser feito, entre o que pode e o que não pode ser dito. A experiência primeira do indizível é algo perdido que habita o imperceptível, que está antes da verbalização do ato e é condição do acontecimento da experiência primeira.

A criança está latejante das condições impostas pelo desejo no corpo, como se estivesse na fresta das deformações da linguagem e livre das formas adultocêntricas. Lyotard (1989) via essa criança tanto sob delinação não cronológica como cronológica. A partir disso, nota-se uma necessidade de buscar o tempo, de desdobrar o relógio da produção, para buscar a experiência *crianceira* que percorre essa linha extensiva, sucessiva, irreversível de movimentos cronológicos que constituem as passagens do uso do espaço. A criança assume a contradição e deixa o tempo se perder em percursos não lineares, polimorfos, intensivos, repetitivos, de forma complexa. Ela anda distraída em busca do tempo perdido, especialmente daquele instante remoto da indeterminação, abandonada num movimento em que o passado nem sempre antecede o presente e o futuro pode não o suceder. Nesse processo, a criança se desprende do corpo da infância para adentrar ela própria. Dessa forma, ela consegue superar uma ideia de infância que foi inaugurada pela modernidade, a partir das novas formas de organização da sociedade e das relações de trabalho, e que corresponde ao paradoxo existente entre apelo político e indiferença ética.

A experiência da criança não surpreende quando se retoma se faz circular, quando aponta o futuro próximo a destruição do instante presente, através da presença, destitui um futuro e aposta no próximo movimento. É uma experiência de eterno retorno, cíclica, como quando caminhamos pela calçada: o passado está na nossa frente e o futuro, atrás. A necessidade de incorporar a escala da criança às cidades está na proposição de um tempo que é minorizado porque escapa às narrativas hegemônicas. Para Lyotard, essa incorporação se faz necessária na esfera cívica, pois:

(...) que mais resta de “político” que não seja a resistência a este inumano? E que mais resta, para opor resistência, que a dívida que toda a alma contraiu com a indeterminação miserável da sua origem, da qual não cessa de nascer? Ou seja, com o outro inumano? Esta é a dívida que temos para com a infância e que não é saldada. Mas basta não esquecer para resistir e, talvez, para não ser injusto. Esta é a tarefa da escrita, do pensamento, da literatura, das artes, aventurar-se a prestar testemunho. (LYOTARD, 1989, p. 27)

Finalmente, a infância é uma forma de tempo sensível que está presente na capacidade de sensibilização do espaço através da ruptura do instante, numa disputa pela criança urbana.

Logo, as relações estabelecidas pelas crianças, habitam o urbano sugerindo a cláusula da diferença. Os vetores criança x criança, criança x espaço institucional, criança x adultos se confrontaram e alternaram seus potenciais de diferenciação durante a pesquisa. É importante dizer que a infância se reafirma como modo de vida, não como ordenamento

cronológico. É na urgência de reinvenção do uso da instituição que a infância se configura como pública e que se abandonam perspectivas que a tratam como recorte etário ou visibilidade social. Nesta pesquisa, não há presunção de dar voz a criança. As convenções corpóreas e cognitivas dão lugar ao entendimento da infância em seu lugar oportuno entre experiência e linguagem (AGAMBEN, 2005). Já que, assim como o devir, a infância contemporânea é uma experiência do mundo mais nítida sob a esfera ética do que sob a esfera moral, embora ainda seja predominantemente discutida através da segunda.

Na atenção às diferenças, a configuração dos espaços se faz na busca do devir como estudo do gesto *crianceiro*. O intuito não é interpretar esse devir ou esse gesto, mas “detectar sua trajetória para ver se pode servir de indicador de novos universos de referência suscetível de adquirir uma consistência suficiente para revirar uma situação” (GUATTARI apud DELEUZE 1997, p. 77-78). O devir como excreção experimental da cidade é sobretudo destrutivo porque sua condição não está submetida às regras da identidade e da semelhança. A característica inconsistente do devir requer cuidado para que não se pretenda como representação da diferença, mas como potência subversiva. Isso é possível através da incorporação da diferença que se espera demonstrar com o traçado imanente. Como a diferença tem sua ordem de acontecimento, de relação e de incorporal, ela é agenciada como propulsora do plano imanente de modo que “se encarne e se efetue nos corpos” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 29).

As corporificações produzidas e produtoras das cidades são compreendidas por meio de intercessores materializados através de marcos teóricos modernistas da década de sessenta, que trouxeram à tona rupturas consolidadas – ainda que no âmbito teórico.

Sob o escudo do contexto de modernização do espaço, que abarca as discussões para a docilização de um corpo infantil no âmbito escolar além de urbano, o primeiro enunciado da interlocução está no aporte teórico da sociologia urbana quando a discussão da cidade se faz na compreensão de estratégias de apropriação e reinvenção do lugar. Lefebvre (1901-1991) traça um plano das diferentes enunciações do materialismo, deslocamentos se fazem na parangoleização da urbanidade em seu valor de troca e valor de uso. O direito à cidade, conceito vértice desta pesquisa, é discutido por Lefebvre em fins da década de 1960 e está presente na literatura internacional, sendo atualmente ainda mote de debate para muitos autores, como Don Mitchell (2003), Marcelo Lopes Souza (2010), David Harvey (2008) e Mark Purcell (2003). Essa atualidade se deve a que a produção do espaço em que a “cidade a fim de projetá-la na prática, não sem manifestar e significar assim a sociedade para a qual fornece uma ideologia prática” (LEFEBVRE, 1968, p. 24) pode ser caracterizada como contemporânea quando essa elaboração é estrutural e abstrata.

A discussão em torno do direito à cidade envolve também o direito de efetivar o corpo no espaço para que se individue através de processos singulares de inserção coletiva-social como forma de apontar as lacunas a serem ocupadas na esfera pública. Importante para a constituição da vida urbana, o corpo dá a ver em que medida esse

direito à cidade, com amparo constitucional, se efetiva na instituição pública. Nesse sentido, esse direito é subversivo. Quais as brechas abertas pelo e para uma cidade que se faça de direito dos corpos em outra escala? Os dois conceitos [devir e direito] compartilham o dorso desse plano conceitual e se influenciam mutuamente. É inevitável discutir o direito ao devir sem o devir por direito.

O direito ao devir, termo do campo da sociologia com densa contribuição filosófica, extravasa a dimensão política e legal que lhe é subjacente. Na tentativa de agenciamento da política do espaço e do corpo, retoma-se a experiência cívica realizada pelo LAC (IT) a partir do roteiro de Virgílio. Nela, a perambulação do espaço hostil dimensionou, através da ética contemporânea, os territórios instaurados séculos anteriores pela Epopeia entre Ocidente e Oriente. Parece que a condição contemporânea para a cidadania pressupõe uma passagem pelo devir, pelo desejo de estratificação e encontra meandros à sua ocorrência.

A identificação desses intercessores interessa ao plano imanente constituído como variável topográfica, por onde a cidade está *criança* e é encontrada na pesquisa de mestrado de Eduardo Giroto (2010), intitulada *Do direito à educação ao direito à cidade: limites e possibilidades no interior da escola pública*, que tem como aporte teórico *Educação e Emancipação*, de Theodor Adorno (2006). A questão também está presente no livro *Cidade contra escola* (2008), organizado por Luiz Ribeiro e Ruben Kaztman. Mas, nesse caso, é abordada de fora para dentro, enfatizando as consequências das segregações para a desigualdade educacional.

No entanto, a produção teórica acerca do direito à cidade e das instituições de educação e cidadãs como entendimento da infância urbana, de uma cidade que se faça *crianceira*, não é suficiente. O aprofundamento do estudo do direito à cidade tange o conceito de gestão democrática, de uma proposta e atuação corpórea cívica. Para a dimensão referida, são retomados princípios teóricos do debate, procurando ter em conta as práticas educadoras que interseccionam o urbano.

Por gestão da educação,

Entende-se que se trata de um processo político coletivo, que envolve princípios de democracia, de direitos humanos e, prioritariamente, o conceito de participação, abrangendo as políticas educativas, os sistemas ou redes educacionais e as instituições de ensino – básica e superior. (IUNES, 2014, pg. 56)

Em diálogos com Boaventura de Sousa Santos (2003, 2005) para o entendimento das atividades democráticas e emancipatórias possíveis na contemporaneidade através da educação, são motivadas atividades políticas como intenção criadora de uma nova ordem urbana. Esta é sobretudo uma questão ética: o que pode um corpo?

Em Lefebvre e em Boaventura Santos, ficam latentes as contradições do processo de modernização do modo de vida onde, na busca da regulamentação, a instituição maquínica (DELEUZE, 1995) desconsidera que a cidade e o corpo são dois organismos em constante movimento. O espaço é regido de maneira totalitária. Há um sentido de colonização, organização, estruturação e integração da vida da rua. São necessárias

experiências entre um e outro ponto regente como pulsão limítrofe desconstrutiva da homogeneização encontrada na urbanidade.

O conflito do urbanismo contemporâneo enuncia em si mesmo a contradição desses movimentos, sendo uma rachadura para a produção capitalista, que se mantém em sua instabilidade invisível. Com intervenções planejadas para o urbanismo que não tocam este espaço-tempo contemporâneo, a cidade está centralizada através de gestões atreladas a interesses financeiros que esmagam as relações e seus desdobramentos heterogêneos, no experimento de desfazer seu sentido de espacialidade múltipla.

A vida urbana está no meio do caminho da própria constituição de vida e, nesse contexto, o corpo deve ser enxergado a partir das dimensões biológicas e sociais, intimamente imbricadas, aberto para o desvio produzido materialmente, no ato criativo que dá chances para a intervenção no cotidiano como forma de apropriar-se da rua como lugar público. “O lugar guarda uma dimensão prático-sensível, real e concreta que a análise, aos poucos, vai revelando” (CARLOS, 2007, p. 15) como forma de resistir à homogeneização do espaço. Constituem-se lugares em devir, no sentido de que a urgência da vida pública na contemporaneidade seja esse devir urbano. Isso porque é o movimento de apropriação do espaço que dá forma ao lugar. Porém, o plano de constituição deste lugar não se faz no contato imediato com a vida. Na verdade, ele se

desenha a partir de seus afastamentos em relação a ela. O que pode um lugar? É a intenção de afastar também que se constituem as identidades de lugar. Um exemplo disso é a delimitação da manifestação de rua carnavalesca a sambódromos (CARLOS, 2007, p. 25).

A retomada do espaço público se revela na dimensão da multiplicidade porque envolve questão tratada por Marc Augé em *Não lugares* (1994)¹⁶. O autor questiona a apropriação pelo corpo em que “o lugar se completa pela fala, a troca alusiva a algumas senhas, na convivência e na intimidade cúmplice dos locutores”; quando o espaço é desenhado para ser um lugar especializado para um público, ele facilmente se torna um lugar de passagem e não de apropriação nem mesmo por parte do próprio público a que foi destinado, quando os contornos sociais e representações estão cada vez mais diluídos no tempo-espaço.

Na contemporaneidade, é possível pensar no devir como lugar da multiplicidade? Tratado em sua noção de despersonalização no massacre da cultura homogênea, o lugar pode, na sua ressignificação ética efêmera contemporânea, ganhar dimensões de comunicação da realidade, mas não de representação dela. Daí permite-se a aproximação do devir com a experiência do espaço.

¹⁶ Marc Augé. *Não lugares*, Campinas: Papirus, 1994, p. 73.

Para elucidar essa questão do contato corpo-espço na ativação de lugares, a prática arquitetônica de van Eyck auxilia posteriormente esse desdobramento teórico. Por enquanto, ainda na escala da vida urbana, é pertinente realçar o lugar como base da reprodução da vida que pode ser analisado pela *triade habitante-identidade-lugar* (CARLOS, 2007, grifo da autora) entendendo o perigo da constituição representativa do pilar identitário que reforça questões da diferença, já que este pilar está enunciado por um modo de produção que trata de homogeneizar as relações e é revelado como vigilante da vida pública.

Como já dito, a relação direta da infância com a rua e a constituição das narrativas do espaço percorrido não coloca a criança em nenhum dos três pilares da triade, cidade-criança-contemporaneidade. Sendo assim, como romper a representação da urbanidade adultocêntrica? É na incapacidade dada à criança que o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo acarreta na experiência expressa em seu modo de uso do que é público fora do plano dos devires. O aniquilamento dos gestos primeiros impera no plano do vivido infantil e retira o *in-fanti* da vida pública, contornando porções espaciais apropriáveis já narradas, que representam uma faixa etária em condição minorizada.

O corpo dá acesso à cidade, estabelece o contato do uno com o múltiplo ou, como se busca através deste percurso, da multiplicidade com a multiplicidade. A relação estabelecida no plano dos devires faz emergir modos de uso concebidos sem uma ordem

representativa e, sobretudo, sem uma receita de utilização. Faz-se no contato e dá acesso à gestologia do encontro, do que se faz no espaço com o corpo errante.

Se a produção do espaço se faz a partir da errância cívica, talvez seja esta a condição de apropriação do lugar. Pois estas condições minorizadas norteiam novas espacialidades nas contradições que se notam em resistências realizadas por meio de pequenas formas de apropriação. Essa condição histórica foi construída em função do território e suas relações de poder. Ainda contemporaneamente, essas miudezas continuam constituindo a lógica do espaço. A atenção está voltada para análises que se preocupam com essas condições diferenciadas, e não em identificar a experiência da criança como minoritária; o que não exime sua condição de oprimida, mas também questiona a posição do maior.

Por isso, pensar o cotidiano e o lugar do lugar abre brecha para que a base teórica no urbanismo seja reformulada e se faça contemporânea. Lefebvre (2000) pensa o cotidiano onde se realizam valor de troca e valor de uso, deixando à lógica do capital uma questão latente da constituição da cidade e da prática de seus espaços. Isso é feito quando o autor trata o espaço público em sua totalidade conceitual, propondo três abordagens: (a) vivência humana com a noção de lugar; (b) representação com o projeto; (c) percepção com as práticas sociais. Nesta última abordagem, os contra-espacos serão trazidos a partir da participação da criança e suas percepções com as práticas sociais.

Toda a realidade urbana perceptível (legível) desapareceu: ruas, praças, monumentos, espaços para encontros. Nem mesmo o bar, o café (o bistrot), deixaram de suscitar o ressentimento dos "conjuntistas", o seu gosto pelo ascetismo, sua redução do habitar para o habitat. Foi preciso que fossem até o fim de sua destruição da realidade urbana sensível para que surgisse a exigência de uma restituição. Então, viu-se reaparecer timidamente, lentamente, o café, o bar, o centro comercial, a rua, os equipamentos ditos culturais, em suma uns poucos elementos de realidade urbana. (LEFEBVRE, 2001, p. 27)

A cidade é tecida “pelas maneiras de ser, conjunto de afetos, as modalidades do vivido, próprios a cada habitante produzindo uma multiplicidade de sentidos” (CARLOS, 1997, p. 20). Ela exige uma lógica própria de análise, que inclua o ato de vagar por suas ruas, por seus becos e, principalmente, pela vida. Essa miudeza analítica se consolidou na sociologia urbana no marco lefebvriano; tendo sido desdobrada no campo da geografia por Milton Santos, que escreveu sobre a hibridização dos espaços (2010), e por Ana Fani Carlos, que discutiu a *Crise Urbana* (2015) de forma aprofundada. Também houve incrementos à questão na própria sociologia – por exemplo, no trabalho desenvolvido por José de Souza Martins. Neste campo, o contato direto do corpo com o espaço expande análises a partir de perspectiva histórica:

a história local é a história da particularidade embora ela se determine pelos componentes universais da história. Isto é, embora na escala local raramente sejam visíveis as formas e conteúdos dos grandes processos históricos, ele ganha sentido por meio deles quase sempre

ocultos e invisíveis (...) é no âmbito do local que a história é vivida e é onde pois tem sentido. (MARTINS, apud CARLOS, 2007, p. 20)

Para a operação cartográfica do gesto *crianceiro* das cidades, aqui abordamos a escala da experiência cotidiana repetindo a ampliação do olhar sobre o corpo e seus questionamentos históricos. Essa experiência se encontra amparada pela dimensão social que adentra a pele urbana permitindo suar essas realidades em seus devires menores. Esse movimento se faz na tentativa de convocar a vida pública à *criançação*, na importância das mediações espaciais onde o ato de caminhar abarca a constituição dessa história do lugar, mas também da apropriação dessa narrativa histórica.

Quando a discussão do lugar da infância na cidade transcende a forma e passa a ser tomada pela perspectiva da apropriação do espaço, estamos tratando de calçadas que chamam a temporalidade dos passos escorregadios da criança, da *flanância*¹⁷ à *errância*¹⁸, em seus planos possíveis no tratamento como atributo do traçado urbano. A contemporaneidade assume a pluralidade, o obscuro é justo essa multiplicidade que obsidia as formas universais, na discussão de gênero, de cor e de narrativa. Com isso,

¹⁷ O significado direto da palavra é “falta de coisas com as quais se preocupar” e é através do Flâneur que as *flanâncias* urbanas são procedimento de investigação e *errâncias* no espaço urbano.

¹⁸ É constituída de movimentos de recusa e denúncia direta do controle dos planejamentos urbanos, este conceito abrange *deambulações*, *flanâncias*, *derivas*, etc.

novas formas urbanas enunciam novos modos de apropriação, que estão no interstício do cálculo $n-1$.

Os passos das pernas em escalas menores são afoitos, assimilam o escorregamento do tempo que aniquila o espaço e buscam paridade rítmica às pernas que sustentam corpos modulares numa dada temporalidade. São os pequenos membros inferiores que apaziguam o passo predominante porque pedem tempo de atenção em seu deslocamento, deslocam o tempo-espaço. A problemática contemporânea aborrece os esforços de compreendê-la quando apresenta para cada trecho uma nova temporalidade sobreposta ao espaço.

Tem uma rua que é um túnel verde, eu não sei que cor de verde porque são muitos verdes, mas é verde. É verde folha de árvores! Depois do túnel dobra a esquina é a rua da minha tia, da casa amarela da minha tia. O amarelo esse é cor de lápis, mesmo!

Os agenciamentos teóricos para a captura da experiência contemporânea esbarram na modernidade continuamente porque buscam um padrão para o empobrecimento da experiência quando ela está justamente em não narrar-se, a experiência cotidiana está mas não é. O banal não cabe na representação do ser, ele reivindica o estado de devir. Essa temporalidade da infância em sua experiência urbana não inova brincadeiras de rua, mas joga a cada quadra com o que lhe apresenta a vitalidade do acaso. Isso porque,

na ausência da narrativa e da representação, a criança resiste em dizer-se e inventar-se como lugar, e isso ocorre ininterruptamente.

Nessa invenção contínua, instalaram-se perguntas acerca da composição dos grupos sob tutela da instituição escolar e enquanto bandos nas ruas, já que nesta formação a ausência da representação homogeneizante abriu uma investida para o invento e reconhecimento de si. Uma das táticas é, então, alojar essa desterritorialização *crianceira* ao invés de ampliar espaços infantis na cidade. Seria este o vértice da contemporaneidade como ciência reguladora? O urbanismo contemporâneo não se narra, mas se faz lugar?

O corpo ordenado pelas estruturas sociais instituídas através do que é público, embora docilizado (FOUCAULT, 2010), ainda está predisposto à criação como forma de ressignificação da materialidade em contato. A docilidade da conduta corporal é a gênese de sua escolarização. Vetorizado pela cotidianidade corpórea que não se limita às crianças, o corpo concentra o objetivo de compreender como as estruturas territoriais urbanas são absorvidas por elas.

O agenciamento de multiplicidades, também o artístico como discussão ético-estética e como forma de entender diferentes subjetivações para a espacialização do corpo, grifam as rupturas do discurso urbanista. Esses movimentos teóricos foram reterritorializados ao longo desta pesquisa por vários lugares da criança que possibilitaram reafirmar a

necessidade de gerar conteúdo para o urbanismo contemporâneo, além de servir de base para as discussões acerca da apropriação da experiência com a *urbe*.

A relação entre o habitante e a cidade é atravessada por modos de apropriação e usos que envolvem uma multiplicidade de possibilidades. A esfera da vida cotidiana potencializa entrecruzamentos de escalas e tempos que ocorrem no âmbito do processo de trabalho e fora dele – na produção de relações mais amplas que envolve também o que se passa no lugar de moradia, nas horas de lazer e na vida privada –, guardando o sentido do dinamismo das relações entre necessidades e desejos, que fogem ao “poder estabelecido” ou se rebelam contra ele e contra tendências hegemônicas (e que se encontram latentes na vida urbana).

Para o entendimento dessa ética do porvir que se instala em uma caminhada transurbante, o acontecimento deleuziano (DELEUZE, 2000) não deixa de ser um disparador para experiência, já na categoria de um processo de diferenciação que se faça na disfunção do sentido espaço-temporal e uma proposição quase que antirrelacional com a territorialização do devir (menor, mulher, animal, criança). Aqui explode o agora, o acaso, a experiência pela experiência. Depois dessa explosão, a linguagem, o significante, a linearidade entre causa e efeito e as projeções de tempo e espaço sofrem contínuas alternâncias.

Adentremos o devir para instaurar o direito a.

Dentro da sociologia urbana, existe a hipótese da produção do espaço como elemento central para a compreensão do mundo moderno, que faz parte desse desejo corpóreo maquínico, dos seguintes pontos de vista: da realização do processo acumulativo do capital, da ação do Estado no sentido de criar os fundamentos para a reprodução das relações sociais capitalistas e da realização da vida urbana. É por isso que os conflitos que eclodem nas cidades realizam-se como luta pelo espaço, como exercício de cidadania, revelando uma prática cidadina, e não um discurso. Eles não se estabelecem como simples forma empírica. Entre bordas, meandros e linhas difusas, existem mil platôs interpostos, aglutinados, sobre-projetados.

Portanto, o corpo abre-se para o vivido no seio de uma prática socioespacial, sugerindo uma análise que caminha na direção oposta à apologia que essa prática faz à exposição da mercadoria, como enunciado muito bem no percurso ético-estético fundado por Hélio Oiticica.

Ontem brinquei até cansar. É bom porque na cidade tem obra! Ali na frente da minha casa, que é aqui perto, tem areia espalhada. Fica um morro alto. Eu e o Alan, dia de chuva vira barro e dá pra brincar igual. Vem o vizinho e nos corre dali! Mas ninguém briga com a gente, a gente faz isso todo dia. Porque, tia, no morrinho dá pra brincar de bike e de luta. Mas sabe que quando eu vou pro centro com a minha mãe, ou até lá no meu primo, eu não subo em tudo que é morro de areia. Também tem morro de pedrinha. Mas no vizinho é como se fosse nosso, no centro não.

Manifestam-se parangolés através do movimento diferenciante de Oiticica que, em *deliriums ambulatoriums*¹⁹, assume a participação do corpo na cidade como obra de arte e dá assim a sugestão de manifestações ambientais que se fazem ativadas pela desmistificação da experiência. Aqui isso é relacionado diretamente com o processo projetual de van Eyck, importante nome na construção de espaços *crianceiros*, que acreditava a arquitetura intercessora de um processo que despertasse no usuário a experimentação do desejo de conhecer o mundo através do movimento próprio do seu corpo. Essa produção reforça a dilatação dos processos cartográficos como possibilidade de um corpo demasiado urbano que se faz e desfaz de outras camadas, entrelaçando demorados espaços e gestos capturados que catalisam a diluição das fronteiras antropocêntricas positivistas, manifestando as inquietudes urbanas.

Não se trata do corpo como suporte da obra; pelo contrário, é a total *in(corpo)ração*. É a incorporação do corpo na obra e da obra no corpo. E passo de “incorporação”. [...] Primeira coisa: a meu ver Parangolé é a descoberta do corpo. Parangolé para mim é um programa. Parangolé são as capas que eram feitas para vestir, elas são extensões o corpo, elas mudam, elas estabelecem uma relação do corpo com ele mesmo e da estrutura da capa com o corpo e com ela mesma. Mas parangolé para mim é um programa... (OITICICA apud CARDOSO, 1985)

¹⁹ Termo usado por Oiticica que intitula obra homônima, cuja proposição é o embate direto e imediato com o mundo.

A conexão entre elementos por relações mais do que pela ordenação do espaço estabelece não só a necessidade de contato com o *intermezzo*, mas também a necessidade do suporte de brincadeira como dispositivo de criação que se ativa com a chegada do devir-criança. É isso que aproxima Oitica de van Eyck, que pode ser considerado um arquiteto da diferença, estimulando, sobretudo os princípios de conexão e heterogeneidade que “colocam em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estatutos de estados das coisas.” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p.15)

É pela importância dos CIAM²⁰ e das intervenções arquitetônicas feitas pelo arquiteto holandês van Eyck na perspectiva da cidade e da criança que serão discutidas algumas estruturas do brincar aqui e seus movimentos de resistência para o contexto urbano do pós-guerra e do funcionalismo moderno. O arquiteto em questão marcou a discussão dos lugares destinados à criança nas cidades desde 1947, quando construiu o primeiro playground como arquiteto do governo de Amsterdã. Depois disso foram mais de 700 experimentos espaciais que marcaram a construção de espaços dotados de imaginação.²¹

²⁰ Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (Congrès Internationaux d'Architecture Moderne), fundado em 1928 na Suíça, aconteceu como principal proponente e difusor das discussões e inovações urbanas; sendo responsável pela assinatura da Carta de Atenas. Esta carta é um indispensável documento histórico para o urbanismo moderno que estrutura uma urbanidade racional e funcional na pretensão do bem-estar social.

²¹ Aldo van Eyck “The city as playground” Disponível em: <https://merijnoudenampsen.org/>, acessado em 3 de fevereiro de 2018.

No dorso das questões do arquiteto está o playground como congruência de lugar e ocasião, dando prioridade às formas de uso que estão nesse *intermezzo* (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 37). Essa é, sem dúvida, uma premissa do espaço da multiplicidade; sendo a multiplicidade o terceiro princípio rizomático e correspondendo ao múltiplo efetivamente tratado como substantivo, quando ele não tem mais nenhuma relação com o uno como sujeito ou como objeto (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 16). Os projetos que enfrentam a hierarquização, o pensamento árvore, estão constituindo essa matemática contra-hegemônica deleuze-guattariana do *n-1*, produzindo um encadeamento quebradiço de afetos com velocidades variáveis, precipitações e correlações e denunciando as pseudomultiplicidades em sua potência de agir. As falsas proposições enunciadas para o múltiplo acabam por cair na ordem representativa e criam múltiplas identidades, em vez de multiplicidades.

Entretanto, mesmo que esta pesquisa reelabore a *criançação* urbana, seu território limite talvez seja a compreensão da circunscrição do espaço destinado ao uso do corpo em liberdade. Isso porque os departamentos de desenvolvimento urbanístico, por meio dos juízes da maquinaria estatal, investem em identificar espaços possibilitando deslocar a rua da criança. Essa investida não é para reinventar a rua, mas para reinventar a criança: mais dócil e com liberdade provisória e demarcada.

Van Eyck toca nesse ponto quando possibilita afetar tanto os espaços privados com a expressão da rua quanto aos espaços públicos com a escala da casa. É através dessa

proposta de interceder os espaços mutuamente com a linguagem intrínseca a eles que o arquiteto holandês critica o modo de produzir arquitetura difundido após a vanguarda modernista, contrapondo-se ao que Le Corbusier transmitiu sobre a apropriação pública da cidade se dar por toda sua superfície, indiscriminadamente (BARONE, 2002). Se tudo é, nada é.

Impregnado de criança em seu processo projetual, van Eyck colocou janelas dentro de armários, aberturas de vidro de um pavimento ao outro, “possibilitando uma comunicação tão desejada na fantasia infantil quanto impossível na lógica adulta” (BARONE, 2002, p. 124). Por acreditar numa forma de projetar que se manifesta no corpo e se modifica, ele destituiu o movimento de um ângulo estrutural e o devolveu às articulações do usuário.

Eyck declarou para a Revista Forum que “o funcionalismo matou a criatividade” (EYCK apud OUDENAMPSEN, 2011), pois, quando desencadeia a técnica, ele nos coloca sobre dados a serem analisados acerca do fluxo do espaço e, em detrimento, estão os mais intrínsecos fatos humanos relacionados à concepção do lugar. Muito embora as quantidades que nela perambulam também sejam parte da cidade, esta não é feita só de quantificação.

Outra contribuição do arquiteto para as práticas e experimentações em arquitetura foi o desenvolvimento e aplicação do conceito de relatividade (BARONE, 2002). A prática

refere-se à conexão entre elementos que se estabelecem mais por relações que pela ordenação do espaço. Dessa forma, estabelece não só a necessidade de contato no *intermezzo*, mas também de suporte de brincadeira como dispositivo de criação que se ativa com a chegada do devir-criança. van Eyck se torna um arquiteto da diferença, estimulando sobretudo os princípios de conexão e heterogeneidade que “colocam em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estatutos de estados das coisas” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 17).

A filosofia dá suporte para a criação arquitetônica e urbana quando coloca essas questões como interrogações desde seus momentos processuais. O que pode um corpo? Afectada por liberdades institucionalizadas e punições subjetivas, a arquitetura do Team X, grupo do qual van Eyck fazia parte, em geral, deixava as interpretações em aberto. Como exemplo disso, um aspecto importante na produção do arquiteto *crianceiro* são os elementos básicos organizados, mesclados, em diferentes composições, de acordo com cada contexto. A construção do espaço era feita sempre como algo *intermezzo*, intermediário entre a sua concepção e a constituição de uma prática urbana. O playground projetado pelo arquiteto é ativado pela brincadeira e não só pela infantilização da paisagem, mas requisitando a interação do tecido urbano em seu tempo do jogo também. Como pode o corpo se sentir parte da cidade moderna, essa máquina de racionalização massiva? O playground, espaço intermediário entre o público e o privado, era “lugar” e “ocasião” combinados. (OUDENAMPSEN, 2011).

O lampejo urbano da produção dos playgrounds do Grupo Cobra se dá em função de suas proposições não se fazerem como intervenções urbanas apartadas do contexto. Os espaços servem como condensação. O suor *criançado* é o intervalo da liberdade no uso da rua pública como única possibilidade de fazê-la. E isso só foi possível por conta da experiência da criança. O Grupo Cobra trabalhava com uma apreensão de sentido que vinha do convívio com a atuação em uma vida pública controversa e latente. Desperta por desenhos infantis (MAYORAL CAMPA, 2014), essa apreensão de sentido dá a experiência estética que testemunha a criação a partir de ordem ética e controversa, retrucando a reprodução moral do espaço.

É suficiente apenas uma fresta no percurso de van Eyck para perceber a importância das crianças em seu trabalho. Além das inúmeras intervenções concebidas por e para os mais jovens, as referências e alusões ao tema também são abundantes em seus textos. Em cada um de seus projetos, o arquiteto holandês tenta, por todos os meios, abordar as características especiais de seus usuários, fazendo com que a resposta final à tarefa não só seja capaz de satisfazer necessidades corporais imediatas, mas também necessidades ligadas à individuação: escala, jogo, destruição, vitalidade e criação.

Por sua parte, a visão relativista de van Eyck é explicada quase pelo significado estrito (ou científico) do termo. De forma coerente com a teoria da relatividade de Einstein,

segundo a qual a percepção do espaço e do tempo depende do estado de movimento do observador, van Eyck considera que a unidade espaço-tempo é um fator determinante na formação da identidade de coisas. Assim, embora qualquer elemento do nosso ambiente tenha sua própria identidade, não deve ser entendido como algo estático, mas sim como algo dinâmico. Em suas próprias palavras, é necessário distinguir entre “o que é constante em todas as coisas e que está em constante mutação” daquilo que é “culturalmente irrelevante e espiritualmente falido” (EYCK apud LIGTELIJN; STRAUVEN, 2008, p. 23). Ou seja, a verdadeira identidade das coisas é definida pelo “o que é constante e está em constante mudança”. Por conseguinte, no contexto da dimensão humana de arquitetura, van Eyck confia a esta observação sensível processo para descobrir e construir os componentes capazes de formar uma “nova realidade” em devir. Impondo questionamentos constantemente, o arquiteto aposta em uma co-operação desde o partido do projeto entre espaço e corpo. Em seu manifesto *Spatial Colorism*²², ele defende que a cor não seja concebida como elemento decorativo, mas sim como componente da paisagem, sendo geratriz da ação direta do corpo no contexto de instalação

Uma chance para uma nova narrativa, na qual o espaço público e as pessoas não eram considerados problemas de engenharia a serem resolvidos, mas organismos interdependentes a serem cultivados. Sua narrativa no contexto do pós-guerra

²² Manifesto escrito em colaboração com Constant Nieuwenhuis, em 1953. (LIGTELIJN VICENT; STRAUVEN, FRANCIS, 2008, p. 96– 97).

transformou centenas de espaços em lugares ativados por modos de vida reconfigurados a partir de vazios urbanos, podendo então tocar, transitar a epiderme da cidade, perambular entre um vazio e outro.

A gente sempre tem a solução. A solução de hoje é tentar entender o que tá acontecendo no nosso carro. Porque bateram no carro da minha mãe e eu não tava vindo pra escola. Aí agora eu tô vindo, mas eu tô vindo com a minha tia. Eu não acho que vir com ela é uma solução porque eu não escolho o caminho e a minha mãe vinha lá pelo trem. Quando o trem tá passando o carro fica esperando e eu fico olhando pro trem. Eu queria andar de trem... Eu queria vir pra escola de trem! A solução é se todo mundo vir de trem tem menos carro ou menos gentes, assim ninguém bate na minha mãe e acabou os problema!

É pertinente apontar que, reiterando o agenciamento filosófico-urbanístico em questão, não se requisita aqui uma arquitetura superior ao regime moderno. É diante disso que se faz tão importante a produção do arquiteto holandês, já que sua produção não envolve uma apelação em relação à arquitetura dogmática do CIAM, mas produz diferenciação, dando consistência ao que se busca enquanto devir urbano.

A corporificação da substância do desejo ganha espaço estratégico na discussão urbana com ressonâncias mundiais através dos jogos situacionistas.

Uma proposta de situação citadina se desenvolveu alinhando devires na dupla potência criativa. À medida que as experiências foram se afinando aos encontros teóricos, procedimentos e práticas urbanas foram reinventando o fazer coletivo e sua multiplicidade formadora, possibilitando a apropriação de tais experimentações no âmbito do urbanismo como ciência reguladora das cidades. Quando a forma pré-definida das cidades foi questionada por atender exclusivamente às regulamentações, os situacionistas propuseram exatamente o contrário dos arquitetos modernos: “estavam convictos de que a própria sociedade deveria mudar a arquitetura e o urbanismo” (JACQUES, 2003, p. 20). Foi através desse pensamento, desenvolvido num período bastante próximo do que Lefebvre propôs as teorias do cotidiano, que a vida pública transbordou situações de observação nômade e, ainda no plano das ideias, acabou satisfazendo a proposta coletivo de enfrentamento dos situacionistas. As ressonâncias de grupos que se instalavam no limite da hegemonia atravessaram, de diferentes maneiras, este plano e pautaram questões que, apesar de óbvias para o tema em questão, eram pouco tocadas.

É importante que se reitere a necessidade de ampliação do debate e do acirramento da nova escala de experiência urbana presente nesses discursos consolidados de ruptura, revisitando suas atividades, encarnando suas propostas e adicionando a escala da criança

ao jogo situacionista, surrealista, às propostas éticas neoconcretas. Esse movimento, que pode ser chamado de exploração desurbana, mantém os gestos de desurbanização encontrados historicamente, realinhando-os com a contemporaneidade. Para isso, esta pesquisa propõe coreografias bibliográficas na ordem do acontecimento; não desenvolve uma proposição conceitual aprofundada, nem pretende uma inovação teórica.

O conceito de urbanismo para os situacionistas envolvia questões relacionadas ao limite das construções e do funcionalismo das cidades. Dessa forma, a *criança* urbana emerge da relação direta com a cidade, à deriva, coincidindo com a subversão do tempo urbano. Para a *criança*, há um meio urbano que funciona como terreno de um jogo do qual se participa, semelhante ao que ocorria no Urbanismo Unitário, proposto pelo grupo do qual Constant e Debord faziam parte. Essa urbanização deve “tanto explorar cenários atuais, pela afirmação de um serviço urbano lúdico tal como a deriva o reconhece, quanto construir outros, totalmente inéditos” (IS apud JACQUES, 2003, p. 103) num constante manejo do desvio arquitetônico-temporal. Esse jogo do espaço com o tempo projeta o porvir cívico como regra da multiplicidade *crianceira*.

Sugere-se, nesta pesquisa, a permissão do trabalho do corpo através da cidade, na descoberta e constituição de signos concretos e imagéticos. Como se os elementos presentes na paisagem fossem reconfigurados possibilitando um novo uso. Essa

reconfiguração afirma explicitamente o devir, confrontando o Movimento Moderno na ordem ético-estética e possibilitando, assim, que arte estabeleça transcendências práticas para o espaço construído. Em diferentes épocas, o Movimento Moderno teve congruência nos circuitos de arte e de arquitetura. Isso se reflete nas situações contemporâneas, que incorporaram e exageraram ao extremo a imagem modernista na tentativa de aguçar sua proposta e ir além dela. Isso pode ser percebido na obra de Oiticica. Como a proposta cartográfica citada, o termo *delirium ambulatorium*, que aparece no texto-*realease* publicado em jornal paulista convidando para um evento do qual Oiticica participaria na Rua Augusta (1978), desdobra-se em explorações urbanas no limiar não apenas geográfico, mas simbólico.

Há, no fazer artístico de Oiticica, uma desregulação corpórea que inclui perímetros que escapam do funcionamento usual e que acirram proposições funcionalistas corbusianas. A obra do artista brasileiro traz, para o contexto de modernização nacional (que acontece na Semana de 22 e tem importante marco com a inauguração de Brasília em 1960), a discussão feita na Europa, em 1952, com a Internacional Situacionista, liderada por Debord. As repercussões das propostas de Debord e Oiticica foram similares porque as doutrinas espaciais do Movimento Moderno foram estopim para a manifestação direta do corpo no confronto com a cidade. As dilatações urbanas provocadas por Oiticica retomaram, no cenário brasileiro da época, a ruptura histórica semelhante àquela levada a cabo na Europa.

Elementos correntes no trabalho do artista brasileiro destituem a cidade de suas imposições para impor a ela a celebração da sua incoerência. A autorreferência do ambiente, como característica predominante no Programa²³, leva a trajetória neoconcreta erigida por Oiticica a criações conceituais como o Suprassensorial (1967), Crelazer (1969); que fortalecem o embate do espaço no corpo-a-corpo. Em Suprassensorial,

a tentativa de criar, por proposições cada vez mais abertas, exercícios criativos (...) dirigidos aos sentidos, para através deles, da ‘percepção total’, levar o indivíduo a uma ‘suprassensação’, ao dilatamento de suas capacidades sensoriais habituais, para a descoberta do seu centro criativo interior, da sua espontaneidade expressiva adormecida, condicionada ao cotidiano. (OITICICA apud OITICICA FILHO, 2011, p. 106)

Através disso, o nó dos afectos e perceptos são estendidos em *deliriums ambulatiriums*, já que esta proposição se funda sobre reelaboração constante da subjetividade, impondo ao corpo um estado de devir. A desmedida é a regra do lugar. Desmensuram-se os passos em busca da poética-urbana que, deslocada temporalmente, ativa o fazer coletivo da rua.

²³ No Programa Ambiental (1969), a definição da postura social marginal e a posição ética do artista convergem na sua formulação da antiarte.

Oiticica está o tempo todo operando através da autorreferência; não como balizadora da proposição ao público, mas como elaboração de estruturas que estão encadeadas com a atuação das pessoas.

Quando eu ando ou proponho que as pessoas andem dentro de um Penetrável com areia e pedrinhas... eu estou sintetizando a minha experiência da descoberta da rua através do andar... do espaço urbano através do detalhe, do andar... do detalhe síntese do andar ... (OITICICA, 1979, p. 231)

É assim que Oiticica insiste em acontecimentos inventivos, abrindo o corpo para o desejo de areia no decreto ao delírio urbano. Como a proposta Corpo Sem Órgãos²⁴ dos filósofos da diferença. Neste caso, “as máquinas se engancham como outros tantos pontos de disjunção entre os quais se tece toda uma rede de sínteses novas que quadriculam a superfície” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 25); ou seja, a cada acontecimento, um novo plano se configura numa síntese disjuntiva como fórmula da produção de diferença.

Reiteram-se relações com a rua, com a coletividade da rua, entre os singulares do urbano. Através disso, no Corpo Sem Órgãos, “duas coisas ou duas determinações são afirmadas por diferença” (DELEUZE & GUATTARI, 1980, p.23). Foi devido a

²⁴ "não é uma noção, um conceito, mas antes uma prática, um conjunto de práticas" (DELEUZE & GUATTARI, 1980, p.9)

consonâncias ambientais como essas, propostas pelas crianças numa quase parangoleização dos deslocamentos entre a galeria e a escola, que a produção da diferença latente na obra do artista participou deste percurso teórico, contaminando o urbanismo contemporâneo de corpo *crianceiro* e desvario.

O que pode um corpo? Um, dois, vinte e três. O que podem os corpos perambulando a cidade? O que pode o corpo ao revolver a cidade que o envolve? Esse envolvimento em sua potência ambivalente pode fazer-se cerceamento. Numa atenção neoconcreta e não menos cartográfica, a composição de narrativas cotidianas traz à tona a incongruência e dá a ver as infecções. A sensação é o acontecimento:

[...] na luz quente crianças adolescentes short bola praça jornal pernas sentadas à porta em quem confiar? Por que essa luz de pintura metafísica e surreal: tuiutital mangue mangueira São Cristóvão GRANDE SANTO até onde vai teu poder luz lampejo cortejo de nuvens raio sol no copo bebe bebo espero pergunto subo e desço aqui ali nem sei onde estou talvez caixa d'aguando momento marienbadescente descida sem fim – “quem é esse pinta que nos segue?” – raite? Apanhou papel pôs no bolso vamos nosmandá! Ele é forte e tô na mão – 635 número mágio onde está? Que invocação São Cristóvão meia três cinco ou inteiro direto certo que trajete noite dia luz trespassando obstáculos vividos memori-imemoriais sífides ladeiras umbrais crisantemais mato matais matagais sem tempo Iudus Canudus [...]. (OITICICA apud JACQUES, 1969, p. 165)

Os delírios concretos de Oticica retomam a linguagem crua da rua, transcendem a narração em direção a uma não-narrativa que concretize o *delirium ambulatorium*.

Considerando esses excertos escritos pelo artista, toma-se a experiência corporal atrelada às questões urbanas, como síntese relacional, sensação. Isso significa que é mais importante abrir a cidade que interpretá-la, fundando um movimento criador em relação à paisagem. É estimulante, dessa forma, pensar que o mergulho no caos cívico é um “encontro mítico já desmitificado” (OITICICA apud JACQUES, 2012, p. 169), vinculando essa ideia aos Mitos Vadios, nos quais mitificar “são mitos por fazer” e vadios “evocam de outro modo o vazio pleno” (OITICICA apud JACQUES, 2012, p. 169) sendo importante elemento para o devir urbano e a experiência contemporânea, quando: “há elementos aí que não podem ser consumidos por essa voracidade burguesa: o elemento vivencial direto, que vai além do problema da imagem.” (OITICICA, 1968, p.45).

A relação direta entre os *deliriums ambulatoriums* e as não-narrativas da criança é o hiato urbano que está entre a apropriação e a instituição do que é público. Por isso, esse hiato está parangoleizado. Em um primeiro momento da produção dos parangolés, a denominação era sobre o conjunto que abarcava “Estandartes”, “Tendas” e “Capas” (1963). Compostos de tecido, deixavam de ser coloridos costurados quando o corpo lhes impunha situações, acordo, enunciação. Incorporação mútua. Quanto da cidade se faz parangolé no limite da apropriação do corpo?

Na “incorporação do corpo na obra e da obra no corpo” (OITICICA, 1979), o transurbante ativa estratégias para descondicionar um contexto social de alienação. O devir-criança contribui e favorece esse processo como elemento insubordinado aos

códigos de disciplina. Através da proposta do Parangolé, difundem-se as fronteiras entre criação e significante, já que a obra passa a ser ativada pela sua totalidade corpórea; não pela sua exposição ou apenas pela íris do espectador. O Parangolé foi um conceito desenvolvido na obra que inaugura, quando vista como acontecimento da história da arte, a mutação do espaço expositivo para a noção de ambiente. É a recusa ativa do produto que, enquanto enunciado estético, assume a densidade dos processos em arte. Então, é nesse momento, que é tido como transição da arte moderna para a contemporânea no Brasil, que a obra do artista, junto com Lygia Clark e Lygia Pape, estabelece uma outra ordem da/para experiência ética-estética. O público assume seu papel participador no espaço expositivo, interagindo o tempo todo com a obra. Essa interação pergunta “o que pode um corpo”, não sendo esse corpo suporte da obra, mas sua “total ‘in(corpo)ração” (OITICIA apud JACQUES, 2012, p. 170).

A experiência do artista dilata o agenciamento teórico proposto porque, além de articular a cidade e transpirar seus movimentos, retira da ordem representativa qualquer formalismo simplista de uma nova ordem para o uso do espaço. O que se faz é relacionar diretamente a “própria temporalidade (precariedade/efemeridade/fugacidade) desses espaços urbanos e a experiência corporal” (JACQUES, 2012, p. 181) com quem as vivenciou. Com isso, discute-se, em alguma medida, a ressonância da diferença na experiência urbana – como quando os parangolés se instituem como um programa porque atuam em diferentes esferas: corporais, urbanas, afetivas, relacionais. Essa

discussão desvenda não só o efeito *crianceiro*, mas também a experiência criança no perímetro urbano deslocado.

De forma geral, a potência neoconcreta para a história da arte e a experiência contemporânea são o tratamento de um conteúdo que não está “significado nem a expressão de um significante, mas ambos são variáveis do agenciamento.” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 35).

O urbanismo, como técnica que racionaliza os espaços, se torna delirante, , sendo expurgado de si em fragmentos nos quais Oiticica alimenta uma objetividade através da experiência em caminhadas noturnas, favelas cariocas, terrenos baldios e, principalmente, na apropriação do corpo como território. Denominadas também “arte ambiental”, as totalidades são procuradas em dadas situações que suplicam a participação: “Essas ordens não são estabelecidas a priori, mas se criam segundo uma necessidade criativa nascente” (OITICICA, 1992, p. 87).

Isso tudo se produz no movimento da diferença, transbordando a representação do espaço, o observador tradicional e o uso do território. Retomo o artista: “Quem figura, figura algo sobre algo, sendo que a expressão linear e caligráfica geralmente necessita de um suporte passivo, e pouco o supera ou o transforma em sua estrutura.” (OITICICA, 1992, p. 108). Está aqui um pressuposto para a experiência neoconcreta na história da arte brasileira e a reafirmação de uma nova ordem para o vértice que se faz na experiência estética e no espaço, trazendo o direito à corporalidade espacial como estandarte de uma galeria e, sobretudo, de uma cidade, que se fazem através do corpo

atirado nelas. “Quem figura sobre algo, melhor figura através de algo.” (OITICICA, 1992, p. 59). A experiência neoconcreta é o primeiro apontamento topográfico para uma cidade crianciera, já que o parangolé, um dos principais elementos associados à trajetória de Oiticica, estabelece relações “perceptivo-estruturais” ou “imaginativo-estruturais” (OITICICA, 1992) como fundamento ético da presença no ambiente. Essa experiência não pretende um retorno metafórico à natureza nem visa estabelecer novas relações entre o homem e seu habitat natural. Ambiente para o artista é carregado de forte teor antropológico, é uma entidade que nasce na cidade.

Hoje não temos um grande inimigo unificado, mas pequenos inimigos diários. Não lutamos contra a ditadura que censura o pensamento e a expressão, mas contra as violências, a vulgaridade, a indiferença, a apatia e outros inimigos distribuídos pelo mundo, que estão inseridos em comunidades locais e lugares específicos. Mas as ideias que norteavam a arte ativista brasileira nas décadas de 1960/70 resistem ao tempo: o artista como catalisador para a criatividade e a transformação do outro; o exercício de descondicionamento psicogeográfico dos passos situacionistas e do olhar na cidade; o Parangolé como metáfora da intervenção no corpo urbano visando a sua redescoberta e, por fim, a ideia instalada de que os signos da utopia se materializam nos lugares de transgressão cotidiana. Essa resistência ao tempo se dá como um plano que se faz no que corrompe, transformando as afecções:

O labirinto mudou de feição: já não é um círculo nem uma espiral, porém um fio, pura linha reta, tanto mais misteriosa quanto é simples,

inexorável, terrível – ‘ o labirinto que se compõe de uma púnica linha reta e que é indivisível, incessante. (DELEUZE, 1997, p. 37)

Essa plano de rupturas é uma invocação da nova ordem urbana:

Contudo, o indefinido não carece de nada, sobretudo de determinação. Ele é a determinação do devir, sua potência própria, a potência de um impessoal que não é uma generalidade, mas uma singularidade no mais alto grau: por exemplo, ninguém imita o cavalo, assim como não se imita tal cavalo, mas tornamo-nos um cavalo, atingindo uma zona de vizinhança em que já não podemos distinguir-nos daquilo que nos tornamos. (DELEUZE, 1997, p. 77)

A máxima nietzschiana que intitula uma importante obra sua: *Humano, demasiado humano* (1878) é transvalorada para um urbanismo que se faça demasiadamente urbano. Urbano, demasiado urbano. A tomada do pensamento filosófico socorre o que se pretendeu como uma perambulação entre a moralização do corpo e sua escolarização na produção antirrelacional de grupos de crianças na cidade. A antirrelação é um atributo em que o gesto da criança participa como contribuição para outra escala da cidade, que não se faça como esfera dicotômica envelhecimento-infância, mas que perambule seus meandros e transpire sua potência.

No delírio não é possível uma visão geral, generalizante. Cá, onde era antes vivência, por exemplo, existe a possibilidade de transitar pelas brechas do território e trazer esse movimento de apreensão corpórea para a ordem dos saberes. Hoje, sabe-se, é mais

provável conhecer teoricamente a cidade que vivê-la na rua. Não se vive a cidade em sua plenitude, apenas se usufrui as ofertas de serviços que estão mais próximas dos deslocamentos intraurbanos. A aposta na condição da infância para que a cidade possa ser plenamente vivida é de uma reinvenção das capacidades do corpo, da apropriação desejante para o espaço público.

De maneira imperativa, repetiu-se a incapacidade narrativa produzida pela modernidade, reflexo de uma geografia das cidades em que a comunidade instalada no seu habitat não descreve o ambiente em que está circunscrita, não toma para si ou sequer reconhece os serviços oferecidos, demarca poucos percursos e demonstra ressonâncias ínfimas, mesmo nos territórios do simbólico. Esses dados foram trazidos efetivando a tese de Agamben acerca da destruição da experiência e, ainda, a de Careri sobre a disjunção do corpo a corpo com o território, propiciando novas abordagens de olhar para essa circunscrição para, daí, dar a ver seus apontamentos. Com isso, a fruição narrativa da criança durante a operação dos dispositivos ganhou caráter de constituição cívica porque deu a ver os vazios linguísticos e, em contrapartida, a entrelinha do concreto.

A atenção dada à narrativa se deve ao importante lugar que a linguagem assume na discussão da criança e, sobretudo, na produção da contemporaneidade. A cidade é criada e recriada pelos homens e pelos sentidos estabelecidos na cultura. Considerando que há, na relação das pessoas com a cidade, um forte sentimento de insegurança e que a disparidade social diminui o sentido de comunidade, algumas perguntas cercaram esta

pesquisa: qual e como tem sido o contato dos sujeitos com a cidade? Como tem sido formada a subjetividade e a noção de pertencimento dos indivíduos? É preciso ponderar que não se teve intenção de reinventar uma narrativa cidadina, mas sim de efetivar seus vazios e reelaborá-los com referenciais na impermanência do devir.

Através de agenciamento com a produção do homem da modernidade de Baudelaire, tentou-se, mais uma vez, compreender em que medida a descrição do espaço público compõe a proposta de acirramento do seu uso. Essa tentativa envolveu a busca pelo fantástico, ou mesmo a possibilidade de narrar o real, permitindo alargar a brecha do uso institucionalizado. Não menos moral que a experiência generalizante, essa brecha ocorre sob outra ordem, esgotando o senso comum e ativando suas possibilidades tangentes.

A necessidade do corpo atirado no espaço, quase como movimento de emancipação do apelo político, se justifica muito pela construção da esfera cidadã do sujeito em estado de devir, quando os modos de subjetivação são interpelados pelo dispositivo de um dado modo de produção predominante concede ao corpo contemporaneidade múltipla. A forma como esse dispositivo atua no corpo se assemelha ao “(...) conceito de devir-criança de G. Deleuze e F. Guattari, que afirma a tendência inventiva que resta presente enquanto virtualidade em toda formação cognitiva, adulta ou infantil, e caracteriza a cognição contemporânea” (KASTRUP, 2000, p. 373).

O que se altera aqui é a conduta de normatização da vida. Nesse sentido, não se trata de confrontar o corpo que se desloca com objetivo, com tempo pré-determinado, que

funciona sob a matriz da produtividade; mas de sacudi-lo para dar a ver suas inquietudes. Ao longo da pesquisa, os questionamentos acerca das corporalidades infantis como resistência ao consumo, dispositivos decisivos nas práticas cotidianas que operam na urbanidade, serão aprofundados com os objetos criados, anunciando pretensiosamente uma reforma projetual. Entende-se que não apenas a criança, mas também a condição de devir-criança em sua resistência inventariante e criativa do espaço deforma o corpo anestesiado em deslocamento. As análises de resistência do espaço se tornam mais latentes quando o corpo em devir retorna ao espaço público. Mayumi Lima (1989) descreve, a partir da arquitetura, o espaço escolar que acirra o confronto entre controle, disciplina e devir:

A organização e a distribuição dos espaços, a limitação dos movimentos, a nebulosidade das informações visuais e até mesmo a falta de conforto ambiental estavam e estão voltadas par a produção de adultos domesticados, obedientes e disciplinados – se possível limpos -, destituídos de vontade própria e temerosos de indagações. (LIMA, 1989, p. 10)

Cabe aqui retomar a denominação que Cury (2007) dá à gestão democrática. Para ele, trata-se de uma “forma dialogal, participativa com que a comunidade educacional se capacita para levar a termo um projeto político pedagógico de qualidade” (apud IUNES, 2010, p. 333), experiência formadora de cidadãos ativos. A maneira como essa denominação é retomada se aproxima do tratamento dado ao conceito de direito à cidade, que, na perspectiva de Lefebvre ([1968]2008), se trata de uma plataforma política a ser construída contra a lógica capitalista que produz a cidade. Essas

proposições de atuação estão voltadas para uma perspectiva de ruptura com a ordem do modo de produção predominante e, em consequência disso, com o próprio modelo de organização social inerente a esse modo de produção.

Então, a partir do tema das práticas democráticas na esfera da educação, transbordadas para a arquitetura e vice-versa, foram focados gestos criadores que participam de uma constituição da cidade contemporânea. O que pode um corpo como interveniente à cidade contemporânea?

São percebidas contradições na produção do espaço urbano que se explicitam na sua falta de abrangência de modos de vida que saltem os ordenamentos. Isso se soma às instituições de educação, primeira representação do poder hegemônico que logo se consolida num corpo enrijecido.

A necessidade da discussão do urbanismo por outras proporções corpóreas reitera o modelo mais democrático que se consolida com a abrangência das políticas públicas. No contexto internacional, a Carta das Cidades Educadoras – proposta no 1º Congresso das Cidades Educadoras (1990) e reformulada em 2004 – manifesta a importância do tema consonante por diferentes cidades do mundo (Barcelona, Genova, Porto Alegre, por exemplo). O primeiro encontro, realizado em Barcelona em 1990, discutiu os princípios essenciais ao impulso educador da cidade, confrontando o desenvolvimento da população com sua formação crítica e autonomia cidadã. A Cidade Educadora foi denominada conceitualmente no momento em que se legitimaram territórios de

discussão que intensificassem e construíssem espaços para o desenvolvimento de emancipação que são fundamentais para a cidadania, principalmente das crianças. Trata-se então de uma cidade que dispõe de possibilidades educadoras, tais como: oferta de espaços, equipamentos e serviços adequados ao desenvolvimento social, moral e cultural, a serem partilhados com outras gerações (GADOTTI, 2004).

Há que pensar que a cidade se faz educadora também quando escolhe não atentar para tais equipamentos e programa de necessidades para corpos que brincam e inventam, já que se compromete com o desenvolvimentismo e o discurso de metrópole (ARANTES, 2000). A prática cidadina constitui o ser social que constrói parâmetros de respeito, convivendo com lugares com infância, e narra seus espaços culturais abertos de convivência. É como se a cidade, espontânea e intempestiva, fosse caminhante de si mesma, cidadã da sua própria infância e velhice, pois, além de funções econômicas, sociais e políticas, a urbanidade atua como mediadora de relações, desenvolvendo importante operação ética na composição cidadã.

Mesmo ocupando notável posição nas discussões para políticas públicas e educacionais, a ação e a presença da criança e do adolescente são invisibilizados nos processos de gestão. Ou seja, não há participação direta deles na constituição de suas próprias demandas. Retoma-se a Carta as Cidades Educadoras para atentar para a construção da autonomia cidadã:

O ordenamento do espaço físico urbano dever estar atento às necessidades de acessibilidade, encontro, relação jogo e lazer e duma

capacidade maior aproximá-lo a natureza. A cidade educadora deve conceder um cuidado especial às necessidades das pessoas com dependência no planejamento urbanístico de equipamentos e serviços, a fim de lhes garantir um enquadramento respeitador das limitações que podem apresentar sem que tenham que renunciar à maior autonomia possível. (1ºCICE, 2004)

Assumindo a heterogenia dos usuários porque ela é fundamentada em sua diversidade, de fato, através de uma gestão democrática, a experiência no espaço público com as crianças apresenta intervalos espaciais que mediam as relações instituídas *com e para* a infância; que é da ordem da multiplicidade. Em uma análise espacial, e sobretudo gestológica, forma-se o mapeamento do instante suspenso, o entre, o meio que se compõe com os corpos da infância enquanto ativadores dos lugares públicos, da rua e sua ética cotidiana. Os entre-lugares se configuram através de espaços indefinidos catalisadores de práticas contemporâneas (GUATTELLI, 2012), abertos às significações. Nessa configuração, insurgem os contraespaços, na ausência de pressignificação.

A cidadania não se reduz aos direitos de um segmento legislativo, condição *civitas*. Boaventura Souza dos Santos reforça a urgência da atualidade de retomada da “luta civilizacional por padrões alternativos de sociabilidade e de transformação social” (SANTOS, 2011, p. 342) ao se referir a necessidade de um pensamento heterotópico. É essa a perspectiva adotada para compreensão da atividade do sujeito social na gestão democrática dos espaços.

Há um discurso, um pensamento materializado. O pensamento – único – das cidades é importado do Planejamento Estratégico Urbano, transpondo para a urbanização os conceitos e metodologias do planejamento estratégico empresarial, elaborados originalmente na Harvard Business School (ARANTES, 2000), onde não cabem tantas vozes quantas vivenciam o projeto planejado. O projeto de cidade trazido por Otília Arantes é articulado por três diferentes analogias: a cidade é uma mercadoria; é uma empresa; é uma pátria – enfim, há uma busca de identidade para este cidadão. Quanto mais forte essa representação de identidade, mais aprisiona e resiste a interpretação de outra ordem cidadã, e isso nos diz muito sobre para qual cidadania as cidades são controladas.

da operação da diferença

Durante os percursos teóricos, que se revezaram com encontros e devires, apresentaram-se produtos diferentes ou mesmo processos que em algum atributo geraram rupturas na linearidade hegemônica. A pergunta “O que é ter uma ideia em alguma coisa?” – que fez parte da palestra intitulada *O ato da criação*, proferida por Deleuze em março de 1987 – reforça o papel da produção teórica produzida na operação dos limites de um sistema que se mantém na sua invisibilidade.

Isso posto, a importância de uma proposição que deforme o poder e a hierarquização do espaço está na potência da criação de uma dada escala alternativa nesse urbano visitado. Essa brecha é uma entranha do corpo tangenciada por um lampejo subversivo, o que a faz menor e estabelecida em certa contraconduta.

O que os bandos que fizeram parte dessa perambulação cartográfica sensível demonstraram durante suas junções – e que será apresentado aqui – foram blocos de movimentos/durações fabricados no alargamento do percurso histórico-mítico. Muito embora estejam atrelados à recusa da hierarquização do espaço, os grupos de crianças, durante a saída das instituições de ensino em direção à galeria, recontavam perímetros em blocos de sensações que não se opuseram aos levantamentos morfológicos. Sua importância está na ressignificação desses dados.

O movimento, sempre imprevisível gerado pelo bando, fundou a criação no contato e nas condições inventivas do afeto, e não na informação imposta pelo meio. Nesse caso, o inefável da infância é justamente o potencial de deformação na vida pública: não se trata de combater a narração de um dado poder, mas a propagação dele.

Daí a importância do confronto enunciado por Deleuze em sua palestra, da criação e da comunicação, tratando das questões do cinema e da partilha da ideia como processo criativo. A questão abordada é como a enunciação de tais processos convoca uma trama

de criações ou de que maneira impõe a seguinte ideia: “Não é nada complicado, todos o sabem: uma informação é um conjunto de palavras de ordem. (...) Em outros termos, informar é fazer circular uma palavra de ordem.” (DELEUZE, 1987, p. 5). As variadas maneiras com que se apresentam os gestos *criançadores* da *urbe* são tentativas de partilha de um campo de ação micro que reivindicou a si mesmo continuamente e não cessou suas tensões, capturas, forças.

Nesta segunda parte da pesquisa, uma das tarefas da filosofia da diferença é operar essa diferença. Quiçá essa operação seja uma criação diferenciante.

Além de inserir o plano de imanência, ou mesmo fazê-lo emergir acreditando ser um problema inerente aos desdobramentos da contemporaneidade, a operação ocorreu como movimento combativo do problema. Reivindicando o controle do corpo, no sentido de estimular seu suor, a operação é uma insistência política que inflama, cria e expurga o problema, proliferando devires gestuais no campo de pesquisa.

A cidade *criançada* entra em combate com a própria criança que a produz. Não está em contraponto às instituições e ao discurso produtor dos universais. O que é aguçado é a imposição da problemática através da perspectiva da criança, operando outras alturas, desvendando a docilização das estratégias e o dorso corpóreo no seu próprio aparato de

movimentação. Está proposto na operação da diferença, sobretudo, o transbordamento da contemplação, da reflexão e da comunicação da diferenciação.

Retomamos a noção tríade entre os conceitos de imanência, insistência e consistência para insistir na condição submissa do gesto às regulamentações da condição pública no que diz respeito ao limite da contenção de expressão. Errar no limiar. Enquanto o ser é adotado como estático, permanente, o devir é a mudança, o movimento.

No traçado filosófico-inventivo, há que se insistir numa micropolítica como reverberação da cidade *crianceira*. O devir-criança assume o papel de conceito e de personagem filosóficos no plano instaurado, porque é o ponto que insiste na *criançação* em multiplicidades e retoma gestos crianceiros dando consistência aos percursos da cidade. Se imanência, insistência e consistência (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 93) são uma tríade gestual do pensamento, são os devires que dão anuência coreográfica para a caça da potência dessa criança que dança a rua.

A cartografia não gera dados, não olha para a criança, não lhe traz ao centro nem lhe dá voz. A cartografia transforma as pessoas em crianças. Isso quer dizer que ela acolhe uma multiplicidade qualquer da infância do pensamento, desobstruindo o consenso

d i s s e r t a t i v o d a c i ê n c i a .

O método cartográfico, que privilegia a singularidade e se dispõe aos acontecimentos, ativa o devir como movimento decisório na pesquisa e não faz o percurso arbitrário de demonstração e prova dos acontecimentos, forçosamente aprovando a hipótese. Por

certo, os pontos cardeais em devir perambulam conexões que não estão preestabelecidas, mas operadas e imantadas pela própria decisão de pesquisa.

Muito em função dessa enunciação, Eduardo Passos e Virgínia Kastrup assinam o livro *Pistas do método da cartografia*²⁵, que apresenta a etimologia da palavra como assertiva da reversão dos modos cartográficos de funcionamento, quando *metá-hódos*, coloca um caminho (*hódos*) que está assentado nas metas (*metá*) da pesquisa. Inversamente a isso, de acordo com os autores, “a cartografia propõe uma reversão metodológica: transformar o méta-hódos em hódos-méta” (2009, p. 11). A reversão assume a precisão dos movimentos da vida e não preestabelece a sua aplicação.

Como proposição ética-estética o método experimentado é, por via das dúvidas, rizomático também. Como proliferação desenfreada dos estudos de Deleuze e Guattari, a formulação do método publicado em 1980²⁶ vem se consolidando dentro das ciências humanas, constituindo-se principalmente no cenário científico brasileiro e com maior relevância e expressividade que no próprio país de origem. Portanto, durante o

²⁵ Eduardo Passos; Virgínia Kastrup; Liliana da Escóssia. (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. 1a ed. Porto Alegre: Sulina, 2009

²⁶ Publicado originalmente em obra *Mille Plateaux* em único volume, em 1980. A tradução brasileira é dividida em cinco volumes. Nesse trabalho, que segue *L'Anti-Édipo*, publicado em 1972, Deleuze e Guattari questionam não apenas os fundamentos do estruturalismo analítico e marxista, mas também teorias de comunicação ou informação que reivindicam uma dada sistematização.

desenrolar dos versos, a esquizoanálise compunha-se de um *estado de pesquisa*. A premissa do método está no estado do pesquisador como parte da pesquisação (THIOLLANT, 1985), desconfigurando a polaridade analítica e estabelecendo uma ação prática micropolítica.

Na partilha com uma multidão de vozes minorizadas, os desenhos que buscam o esgotamento do gesto contornam as produções do recorte etário na visão assumidamente adultocêntrica da pesquisa urbanística, quando cuidadosamente os planos se *criançam* sem um apelo utópico a uma “cidade ideal” ou aos direitos de uma cidadania universal.

A potência de agir da criança se atualiza em gestos contemporâneos e deforma o discurso do urbanismo. Ela escapa da representação e de uma linearidade histórica, abraçando os desvios produzidos por uma corporalidade *crianceira* em sua escala menor. Isso ocorre porque essa potência não dá tanta importância às delimitações do campo de ação, como a aplicação projetual, mas se preocupa em revelar o suor da cidade. O trajeto percorrido pela criança assume os mecanismos de controle, normatização e legislação de um recorte molar (DELEUZE; GUATTARI, 1992) da contemporaneidade que se apropria da ruptura molecular da modernidade. Isso para dizer que a transposição de escalas não está na altura dos olhos à que estamos atentos, mas na compreensão da estratificação da experiência em devir.

Então, o que a filosofia faz é adentrar nas condições dos fatos: o que há por trás deles, sua aparição, seus efeitos sobre a experiência da cidade. A filosofia não é abstrata em seus conteúdos, mas precisa da abstração para contar e descrever o cerne dos conceitos

da experiência dos fatos (NETTO, 2013), retomando a produção da diferença através da repetição, ordenada pelo impulso diferenciante. Isso justifica a orientação desta pesquisa em buscar um fundamento do limite, não do limite em si, derivando as bordas *c r i a n c e i r a s*.

A operação ocorre como consolidação do acontecimento anterior à ruptura da linearidade histórica. Deleuze sugere que a demonstração é um problema, apontando de que forma “a diferença e a repetição podem legitimamente contestar a legitimidade do fundamento” (DELEUZE, 2006, p. 349). Essa contestação ocorreria a partir da destituição da representação, gerando assim uma ruptura. Cá está um problema operatório urgente na cartografia como método: partir da multiplicidade heterogênea também em suas condições narrativas e não da homogeneidade histórica que corresponde ao poder discursivo do modo de produção capitalista.

Sendo os princípios da experiência encontrados e gerados pelo modo de subjetivação sob a égide do modernismo, entende-se que não basta, para a divergência da reprodução do espaço, operar sob uma contraproposta produtiva, a partir de diretrizes versáteis de mapeamento da cidade. Por esse motivo, esta proposição teórica se compromete em reconfigurar a matriz do gesto como componente discursivo que desmonte a lógica em vigor; porque não parte dela, mas de seu limiar.

A premissa não é a determinação dos impasses da reprodução das cidades, mas a crítica da relação direta do corpo com seus mecanismos de impasse.

Desse modo, foram necessárias travessias, tropeços e, sobretudo, estadias alongadas no território urbano em devir. Como se a operação fosse um lenço que enxuga o suor do pescoço. Para *criançar* a cidade, suá-la, foram indispensáveis gestos de contato e improvisação. Assim que delimitado o tema e seus possíveis recortes, os problemas de pesquisa se apresentaram oscilando entre queda livre e voo – e isso diz mais sobre a posição do corpo do que sobre o céu em questão.

A disponibilidade para a dança cartográfica faz toda a diferença. Como em um exercício de contato e improvisação, quando um termo pressupõe o outro, o método de dança nos deu pistas de encaixe territorial, já que, quanto mais contatamos, mais se apresentaram imprecisões. Foi a disposição à cidade que *criançou* o corpo, arrebatando o pensamento. A criação dos dispositivos foi um gesto posterior a um movimento anti-gravitacional de asseguramento do acaso do outro. Uma imersão, um submarino que adentra modos subjetivados.

A aposta da contemporaneidade como reivindicação de seu tempo-espço porvir, que projeta colapsos e acolhe no caos, ainda que esteja ancorada no capital, não denota docilização irrestrita a esse modo de produção. Cidade-criança-contemporaneidade estão aglutinadas como um vértice da diferenciação potencializada pelos três eixos na

configuração da subjetivação que desestabiliza a regra, pois “esse desenvolvimento da subjetividade capitalística traz imensas possibilidades de desvio e singularização” (GUATTARI; ROLNIK, 1999, p. 34).

Há que apostar na permanente possibilidade de atrevimento da criança, na possibilidade de singularizar (DELEUZE, 1997; GUATTARI; ROLNIK, 1999).

A essa máquina de produção de subjetividade eu oporia a idéia de que é possível desenvolver modos de subjetivação singulares, aquilo que poderíamos chamar de ‘processos de singularização’, uma maneira de recusar esses modos de encodificação preestabelecidos, todos esses modos de manipulação e tele comando, recusá-los para construir, de certa forma, modos de sensibilidade, modos de relação com o outro, modos de produção, modos de criatividade que produzam uma subjetividade singular. Uma singularização existencial que coincida com um desejo, com um gosto de viver, com uma vontade de construir o mundo no qual nos encontramos, com a instauração de dispositivos para mudar os tipos de sociedade, os tipos de valores que não são os nossos. (GUATTARI; ROLNIK, 1999, p.16-17, grifo do autor)

Para ilustração recorrente na obra dos filósofos, a pulsão inicial esquizofrênica vista na obra o *Anti-Édipo*²⁷ nos deixa sem a referência da família burguesa. Assim, damos atenção à flexibilização do triângulo da representação dessa família que foi construído pelas formas de vida do capitalismo moderno e assume outros sujeitos, para a

manutenção da máquina (DELEUZE; GUATTARI, 1997). O primeiro dispositivo da filosofia deleuze-guattariana talvez seja justamente operar a natureza do desejo em seus fluxos molares e moleculares. Esses fluxos se deslocam entre planos continuamente cativados pela máquina, e as relações de produção capitalista desestruturam os vínculos entre moeda e mercadoria e entre produção e trabalho, desdobrando a dialética edipiana. Deleuze e Guattari chamaram este movimento de desterritorialização, que é parte do devir, como sequências de desvios de energia despendida para a regulamentação da produção.

A desterritorialização implica a reterritorialização. Esse movimento em ritornelo ocorre através da lucidez de que o capitalismo não se faz como instrumento repressor preciso, mas como instrumentalização da captura dos devires. Em vista disso é válido perceber que, operando materialmente, se faz essa análise através de uma criança que extravasa o movimento repressor. Tratamos corpo-a-corpo da atuação política de uma cidade *crianceira* ponderando o gesto docilizado, o gesto subjetivado e o gesto tático. Foram praticados três dispositivos para detectar brechas onde a cidade está *criançada*.

Além de inserir o plano de imanência, ou mesmo fazê-lo emergir acreditando ser um problema inerente aos desdobramentos da contemporaneidade, a operação se faz como movimento combativo do problema. Insiste-se no controle do corpo como dispositivo, no sentido de estimular o suor que enxugamos. A operação é uma insistência política

que inflama, cria e expurga o problema, proliferando devires gestuais no campo de pesquisa.

Também, o método da cartografia, compondo-se de afectos e perceptos abre brechas, à experiência direta da pesquisa, essa transpiração. A exemplo disso, a criação de instrumentos de análise que operacionalizaram as condições corporais, além de obterem objetivos e vetores de ação diferentes dos tradicionais científicos, são fruto do próprio desenvolvimento metodológico *crianceiro*. Os dispositivos foram *hódos* mais que *méta*. Mesmo assim, seu desenvolvimento, sua aplicabilidade e sua descrição foram meandros percorridos, justamente porque desempenharam intervenções, sobretudo em seu papel subjetivo. Esse papel ocorre como fruto de subjetivação motivada pelo desterritório.

Ficou estabelecido um campo de pesquisa como um espaço de diferentes forças promotoras de contradições que, através da *criançação*, foram tensionadas mais do que dispostas em oposição. Foi assim compreendido o papel da diferença, na operação do tempo anterior à proposição gestual correspondente ao espaço.

Na intimidação da experiência do gesto nas cidades, um inventário da diferenciação do uso do espaço recaiu sobre movimentos corporais, analisados a partir da dilatação das descontinuidades temporais, narrativas e, sobretudo, corpóreas. Retomou-se o gesto como discurso que ultrapassa a língua e, diante disso, foram compostos estratos a partir do devir-criança, da experiência *crianceira* urbana. Durante os deslocamentos dos

bandos, foram percebidas experiências potentes de transvaloração tanto do tempo quanto da linguagem, através de dadas corporalidades, emergindo a narrativa do espaço como um dos resultados dessa operação filosófica na escala da diferença.

A cartografia foi a experiência metodológica porque, dentro dos procedimentos escolhidos, as mediações do Grupo Patafísica destacaram e alinhavaram o papel das experiências que não requerem representações e não compõem dados históricos. Dão-se como acontecimentos de diferenciação e, retomando Giorgio Agamben “(...) não pode ser *historicizada*, porque é ela mesma *historicizante*, é ela mesma a fundar a possibilidade de que exista algo como uma ‘história’” (AGAMBEN, 2005, p. 61, grifo do autor). **Ou seja, é mesmo o acontecimento como proposição disfuncional, como ruptura, que agencia o limite de uma produção em larga escala corporal; onde a experiência não é a causa a ser analisada, mas a emergência do instante gestual transcendente na imanência. Não compete à cartografia indagar se os trajetos pelos quais percorre a experiência *crianceira* são reais ou imaginários, concretos ou oníricos, objetivos ou subjetivos. A questão não reside nessas dicotomias, mas é um enigma atrelado a um jogo de palavras em oposição. Notoriamente, o gesto desconfigura esse binarismo e é heterogênese do devir.**

O delírio da experiência neoconcreta do artista Oitica aproximado da *criançação* inaugura um movimento não só para outra altura do corpo, mas para novas abrangências espaciais. Na diretriz da infância do homem como uma forma de dizer que a

“experiência é a simples diferença entre humano e linguístico. Que o homem não seja sempre já falante, que ele tenha sido e seja ainda *in-fanti*, isto é a experiência” (AGAMBEN, 2005, p. 62).

Quando da exposição dos gestos, entre o dizível e o indizível, apuram-se imagens diluídas no movimento da rua e sua engrenagem moderna. Não há narrativa, é desnecessário representar e, por isso, para Agamben (2008, p. 38), “[...] toda compreensão está fundada no incompreensível”. Esse instante da interrogação, como composição de um possível plano da infância, arranca o imperativo controle dos corpos e assume a imanência cartográfica, reivindicando a paisagem *crianceira* na ação direta do corpo da criança.

O começo estava no impulso de fuga instaurado, o devir. Depois vem todo o resto. O impulso estava à espreita do grupo de crianças para as quais a cidade salta como complemento à educação e seus procedimentos. O desejo de visitar as galerias de arte estava também na força do percurso – de acordo com o relato da professora Lucia da Escola Estadual Nossa Sra. de Lourdes (Pelotas/RS). A ação educativa remonta às ações efêmeras da vida na rua que contrapõem a educação unitarista e assimila este tempo-espço do *intermezzo* como catalisador do encontro.

Para fugir do isolamento do objeto, de uma amostragem quantitativa, e não aplicar regras sobre corporalidades, os procedimentos da pesquisa partiram das experiências

Patafísicas, dadas suas proximidades com a cartografia. Este método proposto por Deleuze e Guattari consiste em se colocar em movimento e apreender a gestologia, gestando múltiplas aproximações e distanciamentos com o corpo, com o urbano e a caminhada.

Os momentos escolhidos para o encontro com as crianças foram chegadas e saídas da instituição escolar, bem como as partilhas das invenções através dos dispositivos. Por isso, parece pertinente a apresentação da abordagem da operação diferenciante. Pois, um dos avanços desta pesquisa, como reelaboração referente, tem essa característica. No alvo da operação, está a abordagem patafísica. O grupo de mediadores foi importante no tratamento dos dispositivos e no desdobramento das experimentações, onde se ponderaram pontos diferenciantes com o que se reapresenta o *intermezzo*.

A Patafísica é a ciência utilizada para estudo complementar ao comum, para as exceções. Não está excluída da produção hegemônica, senão inexplicada. Transversal às ações educativas e mesmo aos produtos de educação informativos, aqui o encontro foi construído a partir das práticas de Alfred Jerry, dando lugar a outras “formas de pensamento, a outros modos de pensar” (DELEUZE, 1964, p. 103). O *intermezzo* não pretende ser um novo método pedagógico (DELEUZE; GUATTARI, 1995), mas é o alargamento dessa espacialidade subjetiva como vetor do discurso que se reinventa a potência da arte. É por isso que o Patafísica realiza como potência de resistência,

abraçando uma espécie de investida do encontro, do que acontece entre, do que se dá no choque dos corpos, no habitar dos espaços, na resistência criadora.

O grupo, caracterizado como projeto de pesquisa, extensão e ensino, é o setor educativo residente da Galeria A Sala (Centro de Artes/UFPel) e responsável por atividades de visitas nesse espaço. Desde suas proposições até territórios complementares da arte contemporânea – como, por exemplo, a discussão recorrente da intersecção da criação em poética com uma educação artística – foi fundamental para a pesquisa não apenas por sua abordagem, mas também pela atuação nos espaços intrainstitucionais – nos bastidores do agendamento das visitas das escolas para galerias.

Composto por estudantes das artes e utilizando linguagem filosófica, urbanística, antropológica, pedagógica e audiovisual, o grupo desenvolve ações vetorizadas pela mediação artística (PUPO, 2010), gerando conteúdo para discussão de possíveis abordagens do campo da arte entre a formação do bacharelado e da licenciatura, na confluência do ato da criação como emancipação estética. Suas ações também trazem à tona uma visita propositiva que tem como objetivo, mais que propor ou informar os aspectos poéticos da obra, produzir processos de subjetivação.

As proposições enunciadas pelos mediadores mantêm-se na retomada da ação do indivíduo, afirmando a ordem rizomática dos saberes. Não é árvore, é ramificação horizontal com proliferação desenfreada. Não interessa saber onde vai chegar, não há metas a serem atingidas no relatório de visitas da galeria, menos ainda aprendizado histórico-artísticos roteirizados e promoção do artista expositor.

Para além do plano intensivo (DELEUZE, 2010) e da construção habitada pela arte contemporânea, há o Acolhimento Patafísico. Importante procedimento metodológico *patafísico*, os enunciados de chegada no espaço expositivo, que se configura historicamente elitista, operam uma postura do mediador que recria esse espaço quando decompõe a postura e refaz a corporeidade, resultando em nós de nós mesmos. Um mediador descalço ou deitado no chão, por exemplo, acaba trazendo a estranheza como forma de acolhimento, mudando o ponto de partida de encontro ético e estético. Esse ponto é tocado e discutido pelos mediadores artísticos como desconstrução do enunciado discursivo através da contravenção, não no seu sentido de embate, mas de colapso subjetivo.

Assim, o *modus operandi* da pesquisa descarta as análises explicativas para acessar o campo exploratório a fim de construir corporalmente disfunções heterogêneas. Rosto coberto, contramovimentação e direções antagônicas tentam trazer a criação à materialidade, compor-se com algo que instigue os espectadores emancipados, espectadores heterogêneos, múltiplos, de acordo com as conversas dos processos artísticos vigentes na exposição. Essas são algumas características das mediações artísticas e desestruturações no acolhimento da/na/com a Galeria A Sala que foram utilizadas nesta pesquisa como procedimentos em deslocamentos no espaço urbano entre a escola e a exposição.

Dessa forma, mantiveram-se perspectivas que se afastam de uma dialética pormenorizante da pluralidade dos olhares, pois é na multiplicidade que está deformada e reinventada a obra de arte. Isso foi feito no mesmo sentido em que Spinoza (2009) propôs atravessamentos de naturezas diversas dialogando do ponto de partida de uma ética do encontro. Essa ética (SPINOZA, 2009), constantemente ressignificada, experimenta enunciados corpóreos numa relação adversa à transmissão de conhecimento hierárquica, polarizada e informativa, potencializando o corpo em devir para a apropriação crítica da partilha estética sensível.

Reafirma-se, com essa perspectiva, “[...] o *mystérion* que todo homem institui pelo fato de ter uma infância” (AGAMBEN, 2005, p. 63), propondo uma configuração de novos paradigmas de uma infância contemporânea, sem intenção de dar voz aos caminantes de até doze anos de idade, ajuizando sua linguagem. A operação da diferença, da multiplicidade para a multiplicidade, ratifica os contornos da experiência contemporânea, mas não pretende desvendar novas formas de apropriação pública. A reelaboração dos referenciais enfrenta a regra, esta é a compreensão de um objetivo investigativo que buscou se fazer no limiar.

Durante essa composição cartográfica, trazer os acontecimentos nem aquém nem além, mas justamente em sua ordem disfuncional, foi um grande passo na produção teórica da tríade que inaugura esse percurso: cidade-criança-contemporaneidade. A própria ideia de exterioridade foi repensada à luz das “reconfigurações contemporâneas, sem insistir

nas formas caducas, por um lado, nem deliciar-se na delícia niilista, por outro” (PELBART, 2000, p. 58).

A partir do controle gestual, do suor do movimento, desenhou-se e delineou-se uma condição *crianceira*. Em suma, os dispositivos operaram invenção nos vaivéns do brincar e do narrar. O devir-criança autorizou regras *crianceiras*, e a determinação do dispositivo como técnica cartográfica se deu pela possibilidade de captura da operação das funções estabelecidas pelas condições dadas através do gesto e da escala da experiência da criança.

O desafio de captura foi emprestado a dispositivos fotográficos, esferográficos e de gestologias narradas para que o devir fosse tratado em sua heterogênese. Isso para falar de um movimento que precisa ser capaz de “substituir o sujeito privado da castração [...] por agentes colectivos, que remetem a agenciamentos maquínicos. Reverter o teatro da representação na ordem da produção desejante: a tarefa por excelência da esquizoanálise” (DELEUZE; GUATTARI, 1973, p. 324).

Portanto, pode-se dizer que os dispositivos foram capazes de reinventar as relações estabelecidas na tríade através de incontáveis elementos heterogêneos; onde instituições, regras, leis urbanas, medidas construtivas, foram, em certa dimensão, sobrepostas por gestos, devires, rituais, sínopes. Com isso, inauguraram um plano consistente em relação ao modo de concepção do poder, já que as relações imediatas da hierarquia

urbana não foram destituídas, mas reuniram-se a outros gestos para que o devir urbano coincidissem.

Isso designa que não existe estrutura a ser percorrida nem metas a serem alcançadas. O que existe é o contato com a investigação, sem a necessidade de isenção na composição da pesquisa. Pressupõe-se que o método de indução é tão generalizante quanto procedimentos que, em busca de uma eficiência funcional universal, concluem quase exatamente o que tinha sido estabelecido nas premissas da investigação. Por um lado, a funcionalidade científica universalizante está potencialmente apropriada para a resolução das problemáticas. Por outro, existem organizações sociais e subjetivações que não têm capacidade de apropriação desses meios, tornando a funcionalidade científica universalizante inoperante em sua ambivalência. É o que Guattari reforça em importante reflexão sobre essa base metodológica, já que as oposições dualistas tradicionais que guiaram o pensamento social e as cartografias geopolíticas se esgotaram:

Em tais condições, não é de se espantar que as ciências humanas e as ciências sociais tenham se condenado por si mesmas a deixar escapar as dimensões intrinsecamente evolutivas, criativas e autopoicionantes dos processos de subjetivação. O que quer que seja, parece-me urgente desfazer-se de todas as referências e metáforas cientistas para forjar novos paradigmas que serão, de preferência, de inspiração ético-estéticas. (GUATTARI, [1989] 2012, p. 17)

A inspiração ético-estética sugerida pelo filósofo, psicanalista e militante francês como novo paradigma se trata da invenção viável pelo encontro de quem pesquisa com o que se propõe a pesquisar. Assim, o ponto chave é que o material investigado está em constante produção, não sendo fruto de coleta induzida, mas sim enunciado direto do lugar e modo determinados que o pesquisador enxerga. É, antes de tudo, um processo de condições cognitivas, de atenção para os desvios apresentados a partir do ponto de partida, que implicam a pesquisa cartográfica. A cartografia, diferentemente do mapa, é a inteligibilidade dos acidentes e das mutações da paisagem, explica Suely Rolnik (1989).

Na cartografia, existem aproximações diretas com as dimensões inventivas-intuitivas da cognição abordadas por Henri Bergson para encontrar as verdadeiras diferenças, resolvendo os problemas mais em função do tempo que em função do espaço (DELEUZE, 1999). Como forma de resistir ao CMI, abrir brechas para acontecimentos suscetíveis a atrapalhar e perturbar a opinião única, através de dados infrapessoais de que seria possível considerar "os sintomas e incidentes fora das normas como índices de trabalho e potencial de subjetivação" (GUATTARI, [1989] 2012).

Nas relações em deslocamento tratadas aqui, a interrupção é o espaço de reafirmação e recomposição do pensamento. Desterritorializações das

desterritorializações²⁸. Alternâncias que geram sentido sendo elas mesmas invenção. Diferente do que acontece nos corpos escolarizados (com determinâncias estruturais intrínsecas) durante a transurbância (CARERI, 2010), a reinvenção espacial está na constituição do contraespaço e é onde a mediação artística também quer estar. Com isso, recria-se sentido para a partilha tão sugerida na arte contemporânea que acaba por ordenar tantas distâncias com saberes hierárquicos e elitizados historicamente no campo da arte.

Os operadores materiais do poder, denominados de diferentes formas aqui nesta pesquisa, compõem as escolarizações corpóreas. O assujeitamento (FOUCAULT, 1979) que avança ano após ano sobre nossas formas de vida direcionou este estudo para concepções econômicas e seus conjuntos operacionais na busca do instante anterior ao devir-criança, cuja subjetivação está imbricada com a materialidade – estes polos podem ser conectados ciclicamente *ad infinitum*. Como tentativa de composição de uma genealogia do poder, a leitura da obra *A Microfísica do Poder*²⁹, que apresenta uma

²⁸ "A função de desterritorialização: é o movimento pelo qual se deixa o território." (DELEUZE, 1997, p. 36). "O território não é primeiro em relação à marca qualitativa, e a marca que faz o território. As funções num território não são primeiras; elas supõem, antes de tudo, uma expressividade que faz território. É de fato nesse sentido que o território, e as funções que aí se exercem, são produtos da territorialização. A territorialização é o ato do ritmo tornado expressivo, ou componentes de meios tornados qualitativos." (DELEUZE, 1997, p. 122).

²⁹ *Microfísica do Poder* é uma coletânea de escritas de Michel Foucault, organizada por Roberto Machado, filósofo brasileiro, que aborda as diversas formas de poder no início da obra

receita metodológica, foi importante geratriz. A proposição teórica foucaultiana conduziu, principalmente com as seguintes perguntas, fontes potentes de movimentos que conduziram a escrita deste trabalho:

o que é o poder, poder cuja irrupção, força, dimensão e absurdo apareceram concretamente nestes últimos quarenta anos, com o desmoronamento do nazismo e o recuo do estalinismo? O que é o poder, ou melhor – pois a questão o que é o poder seria uma questão teórica que coroaria o conjunto, o que eu não quero – quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, os diversos dispositivos de poder que se exercem a níveis diferentes da sociedade, em domínios e com extensões tão variados? Creio que a questão poderia ser formulada assim: a análise do poder ou dos poderes pode ser, de uma maneira ou de outra, deduzida da economia? (FOUCAULT, 1979 p. 50)

Partindo da apropriação como medida estratégica para a cartografia sensível e possíveis inventividades estruturadas, as pulsões da criação de dispositivos operacionais foram incentivadas para assumir a dominância sobre os deslocamentos. Isso sem o comando de um dado objetivo que pudesse captar os mecanismos de dominação a partir do seu antagônico, ou seja, das corporalidades em órbita ou do devir corpo *crianceiro*. A

de Foucault, tomando tópicos importantes atrelados ao corpo como a medicina, a psiquiatria e as prisões.

insistência perguntadora *crianceira*, atrelada à função metodológica do dispositivo, se instala como biopolítica. Por definição, o dispositivo é:

(...) um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (...) entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. (FOUCAULT, 1979, p. 138)

Com isso, a operação diferenciante culminou na criação dos dispositivos para o auxílio de uma teoria do gesto frente aos devires urbanos. Esses dispositivos foram prerrogativas para os desdobramentos que se deram na importância do que pudesse ser o inverso da biopolítica. Dito isso, entendamos o que se considera como biopolítico e por que se decidiu por seu inverso. Basicamente, as orientações de pensamento para o desenvolvimento das funções e das operações da metodologia deleuze-guattariana surgiram de leituras de trabalhos do Foucault. Enquanto historicamente os dados são tratados como funções de uma dada civilização contemporânea, este autor alia História e Filosofia, operacionalizando esses dados como uma nova possibilidade desse vir a ser contemporâneo.

Essas duas ações se pautaram no corpo biológico. A normatização do gesto ganhou frente nas discussões da microfísica do poder com a intenção de assinalar “formas

dísparos, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente” (MACHADO, 1979, p. 38). Foi na busca de tais heterogeneidades, no sentido de dar as devidas condições de desconstrução engendradas no fato opressor, que os dispositivos aqui descritos foram operados,.

A microfísica está como um acontecimento que não pressupõe propriedade do poder, afirmando estratégias corporais correspondentes e reativas à dominação. Por isso, o poder que consta nas genealogias recompostas por Foucault não é uma coisa, não opõe dominante e dominado e, talvez, nem exista. As práticas ou relações de poder foram realçadas de diversas maneiras, tendo seu funcionamento diluído em uma trama, entranhado à carne, escorrendo junto ao suor. Com isso, o biopoder deve ser captado:

Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e o delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos. (FOUCAULT, 1979, p. 182)

A atuação do dispositivo se dá como efeito do biopoder, por isso se impõe como reverso dele. Entende-se que quando o biopoder delineia atuações e tendências de modificação do final do século XIX e início do século XX, o ciclo modernizador de disciplina e punições para uma forma de vida abrange uma biopolítica – prática de biopoderes localizados – instrumentalizando o gesto da população. Nessa virada, os limites estão

diluídos “e a vida irrompe diretamente nos mecanismos e dispositivos do governo dos homens” onde o filósofo reconfigura essa *bios* na “matéria-prima” das lutas políticas e das afirmações de direitos da modernidade (ESPOSITO, 2010, p. 50).

Com isso, os dispositivos estiveram nos meandros gestuais inacessíveis à abrangência sensível. Utilizá-los justamente em sua função mantenedora da biopolítica era uma forma de “um poder produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las” (FOUCAULT, 2012, p. 148). Mas inversamente ao gerenciamento do campo de poder, os dispositivos produziram um sistema de comportamentos, docilizações e afetos direto do seu campo de forças. Há que entender também que, potencialmente, a biopolítica é a emergência de instalação de tais referências para levantamento do meio que as produzem. Reafirma-se a intenção do aparato cartográfico:

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2009, p. 244)

Sem dúvida, o apoio dos dispositivos contribuiu para a manutenção de uma proposição *criançada* que, vez ou outra, sucumbiu às engrenagens academicistas. Entretanto, não foram apenas os dispositivos que atenderam às composições sociais que transitam entre afectos e perceptos. Toda a imersão cartográfica esteve engajada nisso.

Ainda que de ordem altamente intrínseca ao corpo que gesticula, a caça às partituras *crianceiras* exerceu força de suspensão ao corpo, no esforço em descrever as experiências. As formas de vida que se impuseram às enunciações da galeria de arte foram responsáveis por instituir uma elasticidade na insistência pressuposta ao plano de imanência inicial, como movimento tríade de ordem cartográfica, sugerindo que orientavam-se aproximações consistentes.

De dentro de uma intuição cartográfica, pulsaram suspiros revolucionários de ação quando uma malha composta de enunciados tanto governistas quanto situacionistas adentrou às patafisicações, sussurrando o que se institucionaliza através do devir-criança. Isto é, gestos se dispuseram a *criançar* a cidade, ocasionando uma escala experimentadora ao pensamento urbano.

A existência em sua contínua variação abriga uma infinidade de gestos que caracterizam a sua condição de eterno movimento, sem princípio nem fim. Um gesto é uma partícula da existência que se manifesta e, ao mesmo tempo, um conceito, imagem, estrato histórico, agenciamento coletivo de enunciação e maquínico, ou seja, uma individuação sem sujeito. Encontra-se sempre no meio, no entre, no *Intermezzo* de coisas e pressupõe multiplicidade e heterogeneidade de conexões. Um gesto é ao mesmo tempo conceito filosófico, função científica e percepção e afeto artístico, portanto se aproxima de uma heterogênese das três formas de pensar e criar: Filosofia, Ciência e Arte. Um gesto participa da macropolítica da objetivação e da micropolítica da subjetivação e insere-se no Plano de imanência do pensamento rizomático e define seus componentes conceituais, a exemplo, dos seguintes pares conceituais: diferença e repetição, virtual e atual e os conceitos rostidade, ritornello, máquina abstrata, aparelho de Estado, entre outros. Um gesto também se caracteriza pela sua modelagem nas 'Sociedades disciplinares', e por sua modulação permanente nas atuais 'Sociedades de controle' e onde a sua virtualidade passou a ser dominante. Um gesto consegue se desterritorializar no Desejo, corpo desejante enquanto corpo sem órgãos. Um gesto é criação, acontecimento, hecceidade no devir-outro da própria existência. Pois, ela gesticula sempre em sua variação contínua, abrigando os gestos humanos. Estes, por sua vez, em sua condição existencial, são produzidos e reproduzidos continuamente sem princípio nem fim na eternidade do tempo.

Anônimo do século XXI

Num dado momento, esta pesquisa se interessou pela coreografia, não pelo gesto coreografado. Esta postura foi se modificando ao longo da pesquisa. Depois de algumas perambulações, notou-se que o gesto coreografado enunciava materialidades discursivas; paradoxais à sua incorporalidade.

Entender o gesto além da coreografia requer imersão subjetiva na micropolítica gestual.

Isso significa adentrar a subjetivação para subtrair a objetivação predominante na partitura de movimentos da lógica do sentido moderno espacial. A malha conceitual imanente ao gesto, orientada sobretudo pelo conceito de rizoma, ganha lugar específico na lógica da diferença e da multiplicidade como acontecimento filosófico, constituindo não só a ressignificação dos espaços públicos, mas também uma virtualidade, a partir do corpo da criança. No instante presente, quando a presença se faz corpo, microderme, quando o corpo é encarnado pelo devir-urbano.

A condição do corpo da criança não é definida por ser minoritária, “mas pela sua natureza de massa” (DELEUZE; GUATTARI; 1996, p. 92), como uma possibilidade de menor quantidade possível que cause consequências, colapsos, alterações, em uma condição majoritária em relação à “política micro”. Há que se entender o momento de diferenciação da hegemonia como uma micropolítica, ou mesmo como a microfísica foucaultiana, que ainda que componha operações pontuais, tangencia um “diagrama abstrato, coextensivo a todo o campo social” (FOUCAULT apud DELEUZE;

GUATTARI, 1992, p. 94). A micropolítica não fala de um conjunto de pormenores cotidianos, mas de uma transgressão que já ocorre no âmbito social como um campo de intensidades e descompassos legislativos.

A micropolítica pôde ser compreendida quando um terrorismo infantil perpassou a moralidade dos pedestres e motoristas da cidade, no descontrole imanente ao bando, que vem atrelado às formatações que a criança recebe na constituição de seus limites sociais etários. Neste ponto, o que está, de fato, limitado é a ruptura do uso social comum, do senso. Esses desvios subjetivados foram rematados por diálogos pontuais com agentes de educação que se davam no encontro com os bandos, as educadoras que regiam as turmas, onde palavras de ordenamento e insegurança eram predominantes.

Retomam-se aqui os seis princípios rizomáticos, que são base para a análise do gesto: conexão, heterogeneidade, multiplicidade, ruptura a-significante, cartografia e decalcomania (DELEUZE; GUATTARI, 1995). A conexão não cessa de ligar condicionantes das vibrações em suas organizações de poder e ocorrências sensíveis e resistentes, sendo heterogêneo o gesto por sua própria concepção e por seu movimento de proliferação, como hastes e fluxos subcutâneos quando assimilados em impulsos de curta duração. Na esfera da multiplicidade, estão os abalos corporais assumindo “determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mude de natureza” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 16), começando a circular pelo eixo dorsal e tomando o sentido do braço. A rompante a-significante se configura na

incorporação de gingado no limiar de flutuação e contenção, quando há um certo paralelismo da instituição e do instituído, das leis e da espontaneidade, “saltando de uma linha já diferenciada à outra” e assim “(...) buscar sempre o molecular, ou mesmo a partícula submolecular com a qual fazemos aliança” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 17-18). Como quinto passo coreográfico, a cartografia ocorre quando o corpo alcança novas possibilidades, mas ainda a partir de uma estrutura que sobrecodifica ou de um eixo que suporta. Nesse sentido, a cartografia está sobre o dorso ou sob o dorso? O corpo é suporte do próprio corpo? O que pode um corpo?

Esta pergunta atenta para a afetividade do corpo porque atua no destroncamento da ordem e no deslocamento sobre a borda dele. Por efeito, a decalcomania é a característica gestológica da confusão do eixo lombar e da proposta de ruptura do baço, sendo necessário sempre projetá-la sobre o mapa, mesmo que se corra o risco de organizar, estabilizar e neutralizar as multiplicidades capilares. Os princípios rizomáticos não são simétricos aos acontecimentos, e o processo cartográfico justamente assegura essa descontinuidade, está atento aos novos enunciados do compasso de silêncio suportado pelos pés.

É importante compreender que o acompanhamento processual é uma premissa base da prática investigativa cartográfica e que as perguntas que elaboradas durante seu desenvolvimento não se direcionam ao que emerge do tema, mas a maneira como se dá essa emergência. Fomentar conceitualmente as análises do corpo tem via dupla porque

alimenta corporalmente os conceitos quando se busca, sobretudo, romper a ordem da representação e assumir uma escala diferenciante da experiência que corporifique conceitos. Dentro dessa perspectiva, o corpo *in-fanti* é considerado devir porque se aproxima de sua definição conceitual e gestual, de suas variações contínuas e dimensões molares assimiladas através da representação do real e do possível, além dos escapes que geram o universo molecular, espaço-tempo da criação/*criançação*.

As propostas analíticas da diferença pelos princípios rizomáticos consideram também os seguintes componentes conceituais do gesto: movimento, ação, velocidade e lentidão. Essa consideração se realiza como “atitude mental e corporal dos seres humanos que se encontram sempre no meio, no entre, no *intermezzo* da existência e a acompanham em sua transformação criativa sem princípio nem fim.” (MAGNAVITA, 2016). Há uma provocação intrínseca à ação gestual: desemaranhar-se do pseudo-movimento. A insistência cartográfica sonda *criançasções* que devenham e quais devires são favorecidos ou bloqueados pela urbanidade.

Durante a adoção desse olhar, percebe-se que nem sempre a criança tem conhecimento da sua condição *crianceira*. Ainda que seu propósito desordeiro, ou mesmo fabulador, implique estabelecer discursos de outra ordem, a criança não reconhece sua premissa *in-fanti*, inefável, para apostar nos devires. Na ação corpo a corpo com o território, a cartografia é sobretudo pragmática, estando esta “ligada a um exercício ativo de operação sobre o mundo, não somente de verificação, levantamento ou interpretação de

dados” (BEDIN, 2014). É essa sensação de gerar-se a partir do território criado dentro da problemática que mutuamente gera o itinerário percorrido, no encontro com *métas*, que ocorre a invenção topográfica. Diante disso, cá está uma proposta escrita enunciada nela mesma.

Quando se territorializam circunspecções humanas, anéis ressonam reterritórios e descompassam, emergem dali à rizosfera. Um sujeito oculto que é mais rio que fonte, que cede o uno em favor da multiplicidade que se apresenta no percurso imanente ao tema. Sobrepueram-se questões corpóreas às linguísticas, compreendendo que o gesto é composição discursiva e que apreender quais movimentos o compõem significou adentrar o suor da existência *crianceira*, antes de analisá-lo.

Os gestos foram repetidos sucessivamente até sua desconstrução, o que possibilitou habitá-lo na sua condição discursiva. A resistência epidérmica de cada uma dessas capturas cartográficas (páginas 129, 130, 131 e 132) abriu a brecha para a potência diferenciante entre semântica e semiótica. Tais desenhos, feitos a partir da observação dos playgrounds, evidenciaram uma falsa proposição de libertar a criança, quando o discurso adultocêntrico quer é sentir-se livre.

A exploração territorial não acontece por afirmar a pesquisadora como parte da pesquisa, mas por reconhecer os territórios da vida tomados da rua, da cidade, direcionando o olho ao menor gesto do real devir. Submissa às imposições corporais, a criança que toma seu bloco de devir esgota os lugares para arrebatado de desejo o fluxo em que está inserida. Através desse fluxo de intensidades, o campo explorado preenche o corpo, como território do devir-criança. Não soma ao tema disposições de reordenamento espacial, mas inflama e qualifica o gesto. A cartografia dá vazão para tais contaminações. A compreensão dessa escala é necessária para “estabelecer as latitudes "disformemente disformes", velocidades, lentidões e graus de toda espécie, correspondendo a um corpo ou a um conjunto de corpos tomados como longitude: uma cartografia” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 20).



Figura 9
Esgotamento gestológico 36,
Produção cartográfica
da autora durante
observação de espaço
público infantil.

Playground Centro de Pelotas, 2017

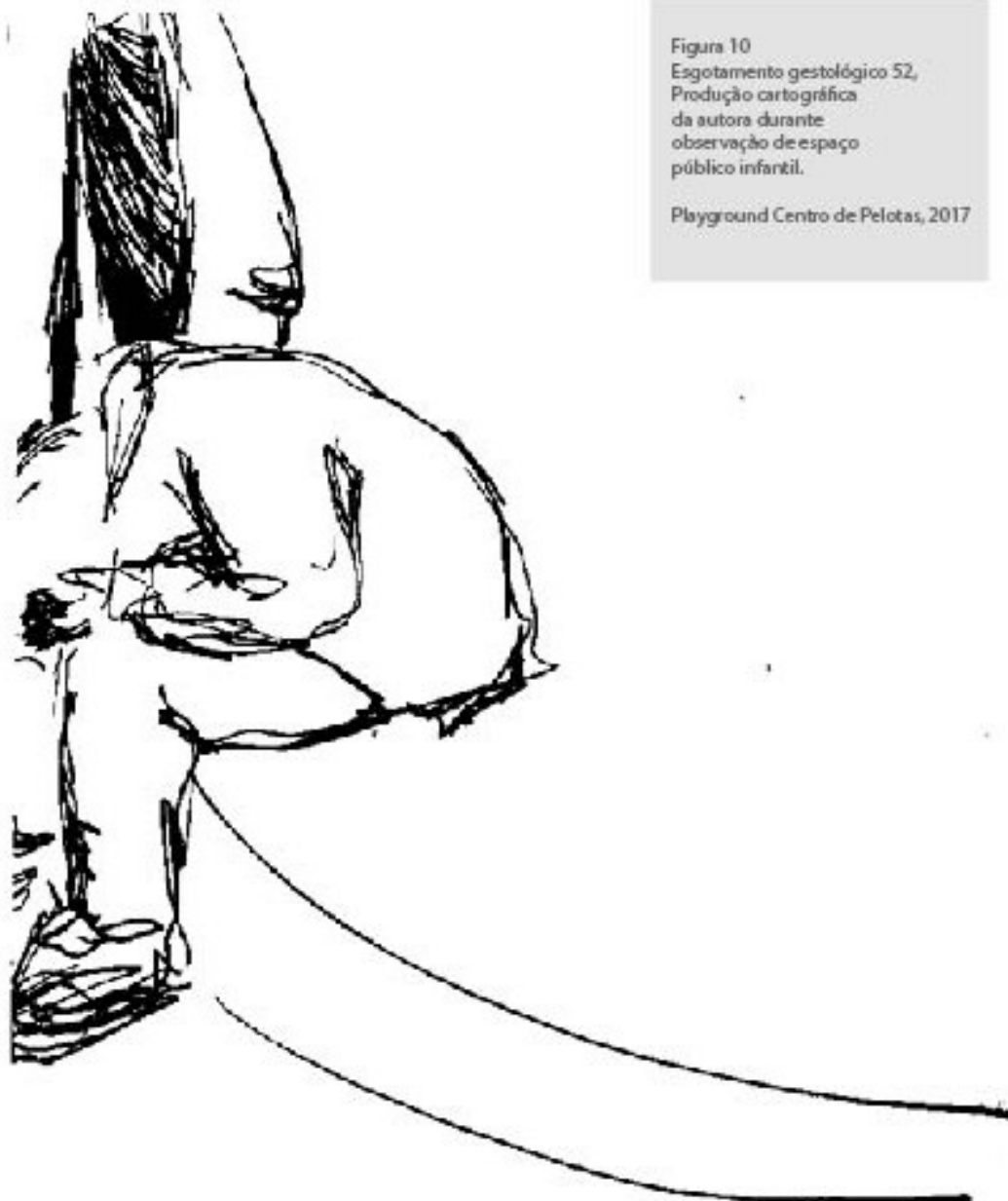


Figura 10
Esgotamento gestológico 52,
Produção cartográfica
da autora durante
observação de espaço
público infantil.

Playground Centro de Pelotas, 2017

Figura 11
Esgotamento gestológico 78,
Produção cartográfica
da autora durante
observação de espaço
público infantil.
Playground Centro de Pelotas, 2017

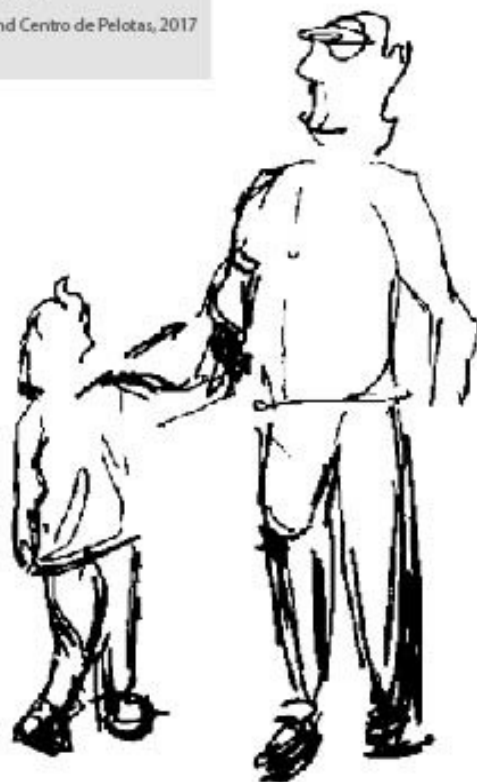




Figura 12
Esgotamento gestológico 90,
Produção cartográfica
da autora durante
observação de espaço
público infantil.

Playground Centro de Pelotas, 2017

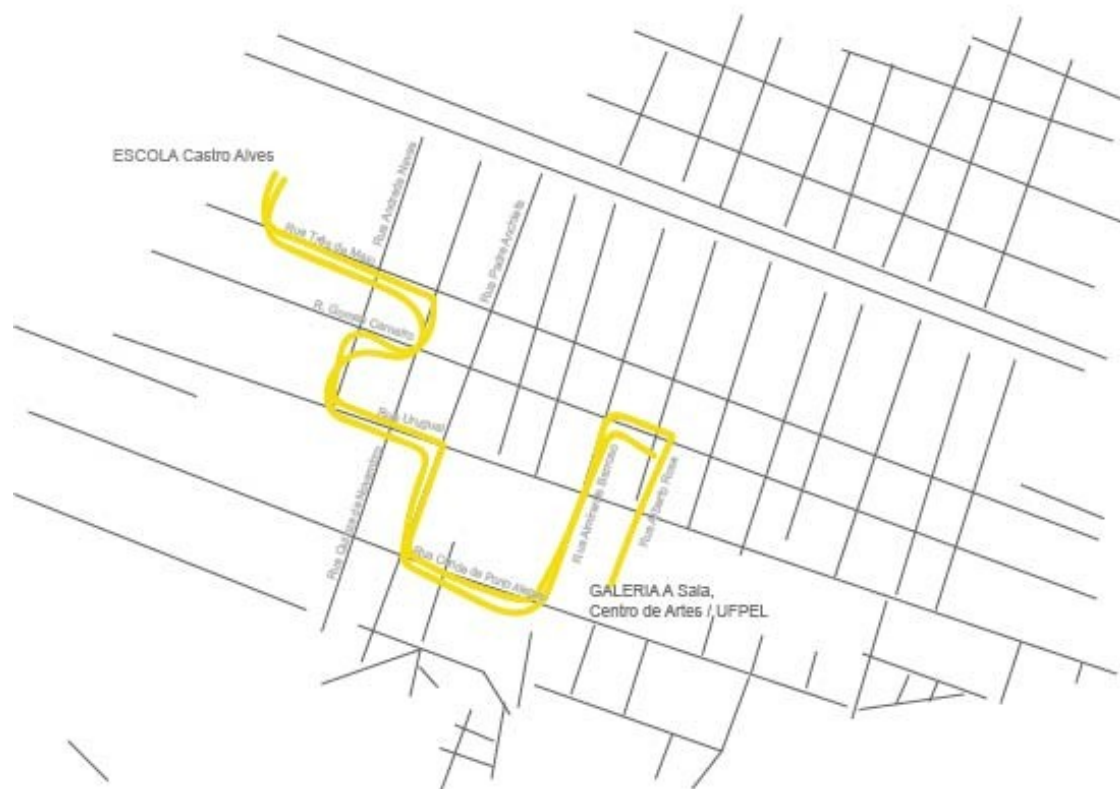


Figura 13
Mapa Trajeto Escola Castro
Alves,

Fonte: da autora, 2018

Escala 1:100



Figura 14
Mapa Trajeto Escola Enst.
Fund. Prof. Ondina Cunha,

Fonte: da autora, 2018

Escala 1:100



GALERIA A Sala,
Centro de Artes, UFPEL

Figura 13
Mapa Trajeto Escola
Municipal Carlos André
Laquintine,

Fonte: da autora, 2018

Escala 1:100



Figura 14
Mapa Trajeto Escola Enst.
Fund. Dr. José Brusque Filho

Fonte: da autora, 2018

Escala 1:100

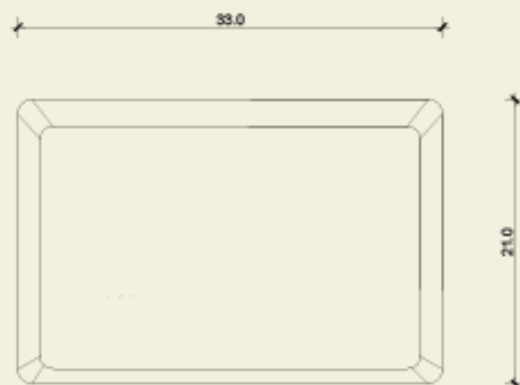


Figura 17
Ilustração DISPOSITIVO 01
Caixa em alumínio com tampa;
papel sulfite A5 148x210mm;
esfera de vidro;
preparado de pigmentação
e atrito do gesto

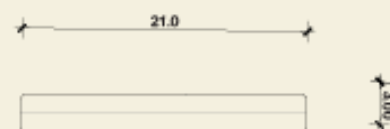
ESCALA 1:25

01 vista superior;
02 vista frontal;
03 vista lateral

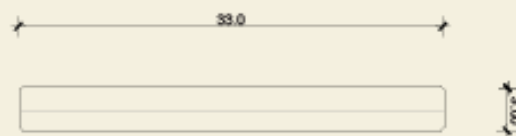
01



02



03



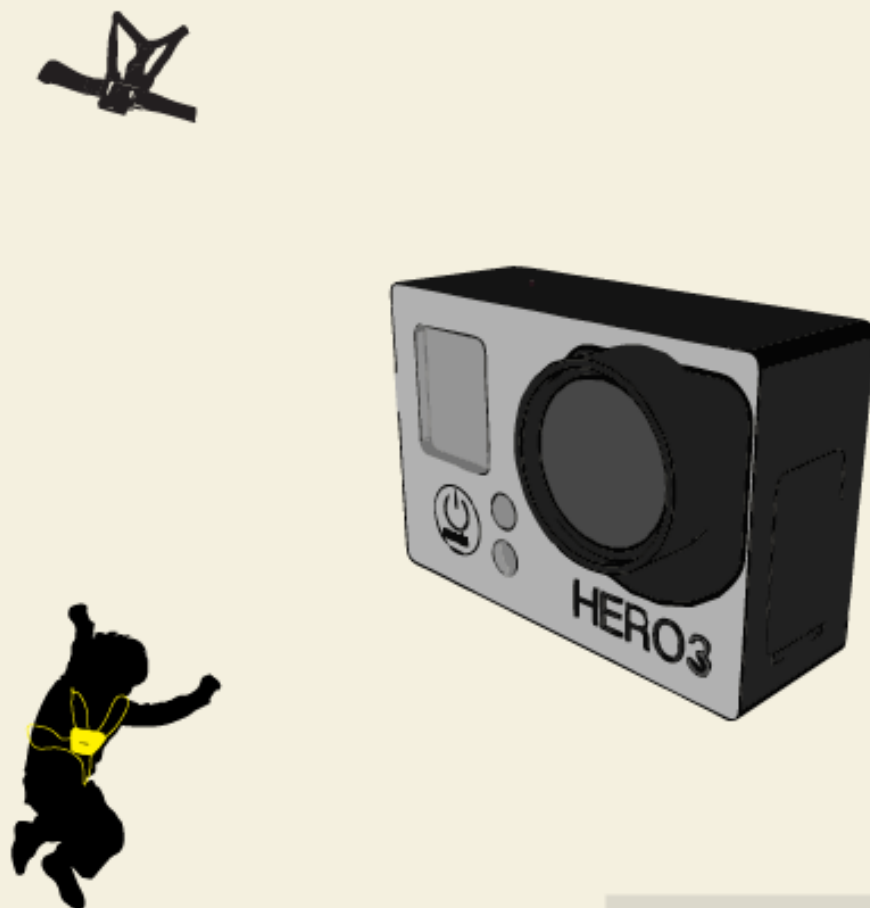


Figura 19
Ilustração DISPOSITIVO 02
Especificações Técnicas da
Câmera GoPro Hero 3+
ajustada ao corpo da criança através
de equipamento específico;
trajetória gestual

01



02



03



Figura 20
ESCALA 1:25

01 vista superior;
02 vista frontal;
03 vista lateral.



Figura 21
Ilustração DISPOSITIVO 03
Conjunto de enunciados
para não-narrativa
traçado afetivo do contexto;
zona Impermanente;
devires;
crianças em bando;
caca

ESCALA
DESMEDIDA

01 vista superior
02 vista frontal
03 vista lateral

01



02



03

afectos narrativa
enunciado
tempo 6 AIL
contemporâneo
perceptos impermanência
micropolítica

Figura 24

Observação
Encontro 2
Joaquim Assumpção, resorte
bairro Centro. Fotografia Liège
Budziarek, Fonte: Acervo do
Grupo Patatônica, 2017





Figura 25

Observação dos fluxos infantis.
Encontro 23 com Escola Dr.
Joaquim Assumpção recorte
Centro, Pelotas. Fotografia Liège
Budziarek,

Acervo do Grupo Patafísica, 2017

Figura 26:
Deslocamento com Escola Castro
Alves, 4ª série Ensino Fundamen-
tal.

Fotografia da autora, Fonte:
Arquivo do Grupo Patafísica, 2016





Figura 27
Deslocamento com Instituto
São Benedito,
3ª série Ensino Fundamental.
Fotografia da autora,

Fonte: Acervo do
Grupo Palafísica, 2016

O ponto fundador da operação cartográfica com os dispositivos foi o questionamento da condição narrativa. Já que a reivindicação da paisagem da multiplicidade como deformadora do direito à cidade passa pela constituição coletiva desse poder transversalmente às questões linguísticas, de apropriação narrativa, foi imprescindível compreender dois momentos: a) quando a fazedura do mapa não quer dar voz às minorias, acreditando em seu poder resistente enquanto recorte minoritário; b) quando a própria condição menor não quer falar à mesma grandeza do opressor.

O que pode o corpo inenarrável? O gesto narra? Como se a premissa para a constituição do devir fosse justamente a incapacidade de descrevê-lo em seus pormenores, essa ultrapassagem das linhas de força é o que desterritorializa a criança sobre si. Em vez de entrar em entrelaço linear, estabelece uma *criançação*.

Existe um desmedido valor na corporificação da não-narrativa, que está mais no desordenamento da apropriação ética que na composição estética. A questão transita sobre as condições da coletivização discursiva, sob enunciação do intervalo, do que está entre o dizível e o não dizível.

Para dar atenção aos ruídos e aos silêncios narradores, aos intervalos entre as falas e aos discursos gestuais, os encontros metodológicos foram numerosos: 43 turmas com, em média, 20 crianças cada. Todas elas estavam vinculadas a escolas públicas e privadas, localizadas a uma distância possível de ser percorrida a pé (mapas de distância nas páginas 133, 134, 135 e 136) até a Galeria A Sala, situada na esquina das ruas Alberto

Rosa e Conde de Porto Alegre, no bairro Porto da cidade de Pelotas. Durante tais encontros, as perguntas iniciais puderam ser renovadas e a problemática desdobrada. Como suporte imagético, tais operações fizeram com que experiências atravessassem a produção de pensamento a fim de ilustrar o movimento de diferenciação, pois a tomada de referências do porvir dá aos deslocamentos, previamente, a condição para que sejam devires históricos para além das rupturas historicizadas já circunstanciadas e discutidas no primeiro momento do percurso teórico.

A ansiedade com que geralmente foram esperados os dias dos encontros marcados para os passeios exprimiu o invólucro onde os estudantes são administrados no espaço escolar. Mais que qualquer dia de coleta de dados para esta pesquisa, a chegada às escolas se fez como uma retomada macropolítica do tema, seja pelo mobiliário que enfileira corpos agitados, seja pela gritaria com que a possibilidade de estar na rua foi recebida. As crianças que participaram dos encontros demonstraram gostar da rua e do encontro com a vida. Essa demonstração possibilitou analisar a expectativa do encontro e a atuação com o acaso. Contudo, logo a barulheira foi advertida pela professora e o frenesi retomou seus alinhamentos. Trazendo à tona questões estruturais relacionadas ao tema desta pesquisa, a posição hierarquicamente superior da professora, que é corriqueira, podava a liberdade das crianças, limitando a incidência desses gestos e, conseqüentemente, prejudicando sua análise.

Essa estruturação sistêmica foi experienciada a partir de uma desconstrução corpórea desses organismos artístico-educativos que possibilitou questionamentos direcionados aos escalonamentos da engrenagem por meio de um processo intrínseco: o ato da criação. Durante o caminho de ida até a exposição, a atenção do público não foi conduzida por legendas ou por escolas de arte, mas se sentiu atraída pela produção de sentido dos próprios espectadores. Esse caminho foi uma espécie de ensaio do que pode acontecer em atravessamentos possíveis com a arte em sua trivialidade, propondo a esse público, ainda distante dos espaços de arte, maior acesso à sua própria experiência e a suas discussões semânticas. A emancipação da interpretação artística através da possibilidade de autorreferenciação para a criação reitera uma postura biopolítica que confronta a expectativa que confronta a expectativa de uso do espaço e de como o corpo se coloca nele.

A caracterização do gesto de que esta pesquisa se vale, então, é sua composição subjetiva do tempo-espaço e objetiva como concretude de um modo de subjetivação. A incorporalidade filosófica, como gesto teórico que movimentou este percurso nos pontos cardeais referenciados por seus próprios movimentos, é a intersecção objetiva-subjetiva que supera a oposição dos termos e se produz como diferenciação. Trata-se, de certa forma, de uma arqueologia de perceptos e afectos reiterando a potência do *intermezzo* corpóreo. O objetivo específico da operação da diferença é o gesto como agenciamento dos territórios espaciais e teóricos percorridos proporcionando uma

disfunção dos lugares e demonstrando um coeficiente de imprevisibilidade e indeterminação. Essa disfunção dá atenção rigorosa ao prefixo dis, que sonda a funcionalidade e acomete uma irradiação interna da função primitiva, desvairando o gesto.

Compreende-se que há uma disfunção no agenciamento porque, na filosofia da diferença, ele opera em zonas de descodificação dos meios (MAGNAVITA, 2015). Reconhecidos como ações, forças, poderes, intensidades, fluxos, esses meios são capazes de extrair a diferenciação através de um duplo movimento teórico-conceitual porque compõem um território potente da criação. Na operação aqui tratada, o território gestual contrai dimensão estética expressando grandezas ético-políticas. Tal expressividade deve ser ponderada como individuação sem sujeito, pois o devir urbano articulado com o devir-criança se manifesta em uma série de acontecimentos que não vigoram em um nicho social representativo. Se assim fosse, esses acontecimentos perderiam sua potência agenciadora coletiva maquínica.

Enquanto a linguística discute assimilação para a sobrevivência, a plasticidade faz o movimento inverso e salta à epiderme.

O primeiro dispositivo que fez parte das experiências mapeadoras, denominado anteriormente de *Dispositivo de Cartografar Estrias Urbanas*, será tratado, em sua ordem de criação, apenas como **Dispositivo I**.

Concebido inicialmente pensando em análise socioeconômica dos territórios transitados, o dispositivo transpõe para a superfície de sulfite a materialidade do espaço, da largura das calçadas e do asfaltamento, para dar alguns exemplos. Isso porque a dimensão do poder a que está sujeito o corpo é apreendida pela fissura enunciada e, inevitavelmente, o movimento é impresso.

A esfera de vidro – comumente conhecida como "bolinha de gude" – embebida em líquido feito à base de óleo de linhaça e tinta acrílica, é colocada em uma caixa com 21 centímetros de comprimento por 29,7 centímetros de largura e 5 centímetros de altura, cujo fundo está depositada uma folha A5. Esta folha é trocada a cada imobilidade imposta pela urbanidade, de forma que o trajeto é disposto em sua reorientação gestológica. Como decalque, movimento cartográfico que cuida de apaziguar o caos gestual visitado, limpa-se o suor e ordenam-se os intervalos de devires percorridos. Embora a experiência com as crianças seja reconduzida à linearidade, a abordagem apresentada da trajetória é potente pela invasão do corpo como mapa, em contato direto com a vida pública, com a rua.

No primeiro momento, guardadas as proporções sonoras, a barulheira ressoa na caixa e as manchas de um primeiro deslocamento apresentam um corpo, ansioso, mas ainda discreto, que quer transvazar o espaço escolar. O asseguramento do corpo da criança foi continuamente confrontado com o deslocamento proposto, com o uso dos dispositivos e com a presença da pesquisadora, pondo em risco a autonomia e a habilidade que a criança tem de colocar-se no fluxo da rua.

O passeio em bando iniciou e ocorreu o contato do dispositivo com uma das crianças. Sem critério de escolha, mas atropelada pela decisão da professora, a criança ficou encarregada de conduzir a caixa sem nenhuma receita de deslocamento ou qualquer caracterização do objeto e da experiência. Por certo, estabeleceu-se certa aura de curiosidade, de mistificação e, sendo uma visita à galeria, de obra de arte.

Cada dispositivo remonta seu regime imbricado à regência da cidade, diante da dedicação com que se invoca uma esfera de vidro no interior de uma caixa. O corpo da criança não deixa de disparar variáveis durante o deslocamento que são ressonâncias do próprio bando de que faz parte. Por exemplo, nos quarteirões em que a rua era asfaltada e o fluxo de carros mais intenso, o corpo ficou anestesiado. Diferentemente, as ruas com paralelepípedos das proximidades da galeria fizeram com que os automóveis transitassem em velocidades menores, e concederam maiores oscilações ao gesto *crianceiro*.

A necessidade que a cidade tem de conter o corpo da criança, percebida durante as observações, reitera os discursos que pretendem assegurar a invenção ou a revolução, como temem os preceitos do arquiteto modernista Le Corbusier. A corporalidade ritmada deslocou a esfera riscando a folha, dando assim nosso primeiro dado cartográfico contraespacial: quanto mais reprimido o corpo, mais liso o risco. A maneira como o dispositivo foi acoplado ao corpo foi determinada por qualquer criança que, voluntariamente, aceitou carregar uma caixa. O voluntário tinha consciência de que estava no jogo, mas não fazia a menor ideia do que estava jogando.

A interrogação dos porquês do gesto formou a heterogênesse dessa proposta operacional e, inevitavelmente, a diferenciação assumiu o procedimento. As intenções processuais se entrelaçaram nos devires urbanos não como síntese, nem foram prioritariamente posicionadas às formas, mas fizeram um plano imantado do sensível, da experiência ética-estética primeira.

Quando Agamben (2008) abre as temporalidades da infância e as chances de destruir uma experiência hegemônica por meio do inefável, enxerga-se o papel do alcance do devir em libertar os pressupostos, inclusive os de si mesmo, já que o devir é o intervalo desejante do próprio desejo: “(...) O que une aos homens entre si não é nem uma natureza nem uma voz divina nem a comum prisão na linguagem significante, mas a visão da linguagem mesma e, portanto, a experiência de seus limites, de seu *fim*” (AGAMBEN, 2008, p. 37, grifo do autor), cuidando de escavar e continuar cavando

da superfície mais funda, limítrofe. Através do inefável, importa o desafio de considerar o duplo do agenciamento gestual da criança como única forma de ruptura do próprio corpo da experiência da *kidslândia* porque “são sempre as crianças as primeiras a aprender” (AGAMBEN, 1999) e a violência da consciência da ruptura gestualizada, ou mesmo a própria docilização está na herança do estrato. Este é o agenciamento gestual, assumindo a escala macro e micropolítica.

O **Dispositivo II** ocorreu através da lente objetiva de uma câmera GoPro Hero3+. Um paralelogramo com dimensões 5,84 x 3,93 x 2 cm pesando 74 gramas foi ajustado ao corpo da criança. A vinculação ao corpo aproximou a captura de uma escala intraurbana infantil. Da mesma forma que o dispositivo anterior, aqui não foram estabelecidas regras de uso, apenas se sugeriu o modo como objeto seria conduzido.

No encontro com a turma, sempre houve o cuidado de pouca exposição às capturas fotográficas. A escolha desse modelo de câmera também se deveu a possibilidade de assimilação a um brinquedo, no caso, a um adereço denominado “detetive”, que não intervinha na lente. Não foi utilizada nenhuma técnica extraordinária, além da câmera para otimizar a apreensão do movimento. O objetivo do dispositivo é esta captação ergonômica. Uma cartografia que apreende a estatura menorizada e torna quase desinteressante a metragem, demonstrando o que de fato significa ser menor na cidade. O desempenho da câmera como dispositivo aqui não quer retratar a abertura da lente, o equilíbrio de cores ou a estabilidade da imagem, mas um sem fim de significantes do espaço público que não faz parte da engenharia topográfica e, contraditoriamente, é sua pressuposição de existência.

Na aquisição do corpo com o dispositivo, é determinante a apreensão de uma função do corpo. A criança indaga, altera seu funcionamento trivial de corpo e assume uma

disfuncionalização do gesto, do corpo-a-corpo com a cidade. Os deslocamentos feitos diante deste dispositivo geraram poucas imagens.

Ainda que a expectativa de sucesso de capturas do ambiente fosse grande, a proximidade entre as crianças (não se permite que elas andem muito distantes umas das outras) não possibilitou enquadramentos abrangentes. Couberam aqui, manchas de corporalidades espremidas junto às marquises num dia de quase chuva, ou ao colega da frente para não se perder. Uma criança perdida é um caos urbano. Gera um colapso no zelo adultocêntrico e na segurança pública. Existe aqui uma lógica invertida. Enquanto o uso do espaço público pelos adultos é cada vez mais individualizado, a diminuta parcela do característico espaço privativo é usada coletivamente pelas crianças.

Cabe aí a antirrelação. A antirrelação é o possível. Uma ruptura a ser lançada na condição limítrofe do corpo biológico através dos enunciados do espaço dominante. Para uma estatura média de quase um metro, a respiração ocorre na altura dos carburadores que se diluem na engrenagem diária. São estes dados que, obviamente, ficam de fora do levantamento tradicional topográfico porque não alcançam elementos linguísticos capazes de reprodução. Essa narrativa é gestual enquanto o próprio gesto é inefável, discutindo a autonomia do movimento em relação à sua legitimidade representativa.

O devir-criança enquadra e é enquadrado em sua inventividade, por isso que não se torna criança, não se imita a infantilidade. É “o próprio devir que é criança. A criança não se torna adulto, assim como a moça não se torna mulher; mas a moça é o devir-mulher de cada sexo, como a criança é o devir-jovem de cada idade” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 61).

Durante os encontros deambulatórios, foram percebidas constantemente reorientações das ações patafísicas através da imanência inefável, quando a ação direta da cidade trouxe às proposições a autorreferência como narrativa. Não há necessidade de sair de si, mas de pôr o pensamento em si mesmo. Na potência de não dizer, fica o que se escolhe dizer e a ansiedade da descoberta, fica o corpo buscando espaço no discurso urbano, fica a vontade de um devaneio apagada pelo ensurdecido barulho da moto ou atravancada pelo cheiro do lixo espalhado na rua. Estas são linhas de força, afectos e perceptos da rua que interpelam, aumentando ou diminuindo a potência de agir do corpo.

Realocam-se os vetores pelos afetos gerados radicalmente partindo da linguagem que formou as experimentações no entorno das escolas, em idas e vindas. Na dimensão limite dos ritornelos estabelecidos nos territórios da cidade, o grupo de mediadores, estudiosos do entre, submergiram em repetições para delinear o que aparenta a confusão urbana, articulando experiência estética com narrativas ético-políticas. As repetições estiveram na ordem do enunciado, percebendo de que maneira as visitas à galeria eram

apreendidas. Revisitando narrativas imagéticas foi possível compreender os limites do espaço público e, sobretudo, as zonas provisórias que se mantinham nos diferentes grupos de crianças duplamente: cidade para criança, criança para cidade. Essa duplicidade agencia, sem dúvida, uma potência que só existe porque é trabalhada em conjunto com o grupo dentro da galeria.

O alargamento compreensivo do empoderamento da língua como apropriação da experiência é percebido no instante entre o que se vivencia como espectador das obras e a condição crítica acerca do vivido. Esse entre, potencializado pelos estudos de ações educativas que se fazem através de interrogações e diálogos, instiga a resposta como possibilidade de atuação direta no espaço. A efemeridade do espaço *entre* dá certa fluidez para a posse desse perímetro designado pela presença dos agentes do encontro; enquanto os espaços condicionados exigem atenção à reprodução desse espaço para a sua manutenção, desvinculando da presença qualquer alteração ou fluidez. Essa diluição da força do corpo no espaço é, para Agamben (2006; 2008), a vontade de poder, na cíclica busca pela potência. O que significa que estamos “[...] destinados e abandonados a ela [*potência*], no sentido de que todo o seu poder de agir é constitutivamente um poder de não agir e todo o seu conhecer, um poder de não conhecer” (AGAMBEN, 2006, p. 20).

O complexo jogo de potências que se configura no plano da presença no espaço atua no coletivo emergindo da esfera discursiva, mas na ambivalência da potência já discutida

aqui a partir de Spinoza. O acesso às dimensões políticas e poéticas se faz sumariamente por meio da linguagem, um alerta gestual quer buscar autonomia na virtualidade do dizer e do não dizer, no sentido de reafirmar a ambivalência das forças potentes quando “o homem é o animal que *pode a própria impotência*. A grandeza de sua potência se mede pelo abismo de sua impotência” (AGAMBEN, 2008, p. 294), entendendo que se reivindique a presença *crianceira* sem que ela seja incumbida, com romantismo, de *criançar* os espaços.

A operação da diferença pressupõe uma movimentação da materialidade do poder transbordando a produção do debate onde foram pontuadas propostas de rupturas. Então, este é um acontecimento teórico que dá tratamento de protagonismo para o instante de colapso em potencial do discurso. Assim, a narrativa que caracterizava os processos históricos dos homens falantes e sedentários sugere que o tempo linear dê espaço para a possibilidade de não falar, admitindo as discordâncias do tempo presentes no espaço.

Para que esta pesquisa não se apresente como autodestruição dos processos que vem sendo desenvolvidos, mas permita planejar outras materialidades aqui e agora, sobre as já sobrepostas camadas teóricas. Sem cair no otimismo utópico, há que se compreender o percurso de obra a obra. Caminhar como num jogo, com os acasos das brincadeiras, atentando para os desvios. A rua interpõe-se constantemente entre uma criança e outra no deslocamento. Quanto o corpo se afeta diante dessa interposição?

Há a presunção de que seja afetado por completo, mas quanto dessa afetação recai sobre a consciência do novo gesto? A ordem das palavras foi utilizada para composição imersiva do quarteirão. Uma frase indicou atenção para descrição urbana, provocando imediatamente alteração de fluxo durante os deslocamentos. Em trecho escolhido, caminhou-se no movimento contrário ao fluxo maior da cidade.

O **Dispositivo III** apurou a desordem e a partir dela se deu a apropriação do seu fluxo, pelo corpo que corre para chegar mais perto do objeto que será descrito. A cada canto da rua, uma característica reinventou a denominação espacial. Porém, esta foi efêmera para não perder seu espaço potente criado, mantendo colapsos de ação sem correr o risco de normatizações da exterioridade.

Dessa vez, houve a preocupação do registro do instante percorrido, sem usar os coronéis do discurso historicista hegemônico. Acreditando que este dispositivo poderia mostrar o que há de mais interessante que o nome de um barão do século passado. O comando discursivo mapeia as características dominantes da rua sem lhe exigir imagens, mas parte de afetações. A cartografia sensível remonta o espaço a partir de lapsos nos corpos escolarizados, como expurgação do que não os acolhe, do que não acolhe seus processos inventivos. Como afecções suspensas no urbano, com todo romantismo que cabe, um corpo infantil que sorri carrega e altera fluxos consigo.

Num dado momento, o desprezo pela representação colocou em jogo também como seriam partilhadas as imagens produzidas durante a pesquisa. A necessidade de abreviar os territórios dissidentes do urbano e reinventar perambulações intraurbanas não deveria

ser suprida por imagens da opressão, menos ainda de corpos libertos, pois este seria o caminho analítico de empobrecimento das questões. Indubitavelmente, a demonstração de mapas e quantidades não alcança a potência de transvaloração urbana desejante.

Tais operações se deram na ordem gestológica, na tentativa de assumir o imperativo sobre os deslocamentos, captando os mecanismos de dominação a partir do seu antagônico – desterritórios. Retomando a definição de sua função metodológica, o dispositivo foi compreendido como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como operação principal responder a uma urgência. O que reafirma sua insurgência na medida em que as contradições do espaço público se acirram e obrigam a assumir novas perspectivas das relações entre materialismo e sujeito. De alguma maneira, propôs-se a retirada desse corpo de um território de enunciações e proibições criado, tirando o sujeito do terreno do cogito e da consciência de forma que “ele estabelece suas raízes no terreno da vida, mas de uma vida que enquanto essencialmente errância, vai além do vivido e da intencionalidade da fenomenologia” (AGAMBEN, 2015, p. 332).

Corriqueiramente, os primeiros momentos de encontro com os grupos ocorreram como um arrastão ao regime educativo vigente. A intenção de dispor um objeto a uma criança, como pedem os Dispositivos I e II, desorganizou a hierarquia existente entre as crianças e as figuras da professora e da pesquisadora, porque disponibilizou para a infância a bússola da experiência do espaço deslocado.

Os territórios mencionados durante o percurso se originaram da desterritorialização do pensamento e foram reterritorializados através de projeções, desenhos e delírios, como sugestão de operação subjetiva. Isso proporcionou o desejoso agenciamento estético do bloco de sensações e, assim, intentou os outros dois movimentos de Ciência e Filosofia, na esteira desta virada de página que se remonta. Parece que a dissolução das formas de representação a que se submete o pensamento dualista exige um esforço em ressaltar o movimento da criação das pesquisas cartográficas. Comumente são compartilhados os diários de bordo dos pesquisadores. Esta partilha é a da velocidade gestual da pesquisa, nunca o diário será uma ilustração do pensamento, mas uma alusão aos seus acenos filosóficos. Os atributos cartográficos dispensam qualquer descrição, muito embora haja certo esforço em narrar para contagiar os devires processuais das experiências. A implicância dessa narrativa se faz como “alguma coisa que violenta o pensamento, que o tira de seu natural estupor, de suas possibilidades apenas abstratas” (DELEUZE, 1998, p. 56). As descrições são quase vagas, a quantidade de imagens que compõe a escrita passa distante do anseio de um leitor *criançado*.

Estas foram as recomendações seguidas para uma escrita que gestualiza e é gestada, congestionada pelo pensamento que a decompõe. Este percurso arregala ou interdita as pestanas de quem o toca. Os desenhos partilhados são corpos transgressores da relação estabelecida com o imaginário como objeto mistificado, fazendo com que deixe de ser manipulado com responsabilidade apreensiva e apreenda o corpo, surpreenda-o. A cartografia requer e toma para si o corpo que se compartilha. Acoplar às escritas e aos gestos de pensamento a mobilidade acartonada de possíveis devaneios *crianceiros* (ver página 169) acarreta num mapa que apela para o gesto do outro. Foram sugeridos estes quatro momentos da criança “mais secreta, mais subterrânea: o feiticeiro e os devires, que se exprimem nos contos e não mais nos mitos ou nos ritos?” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 14) para trazer ao instante da virada da página uma reivindicação da paisagem literária, reiventando sua borda.

Se a involução é um movimento de progresso entre heterogêneos (DELEUZE; GUATTARI, 1997), o devir é involutivo e a involução criadora – ou seja, o jogo dos devires – faz parte da recriação da criança, ou ainda, da recreação dos desejos. Este seria um movimento do pensamento e de modo de vida. Em seu quarto aforismo, “Posições Situacionistas a respeito do trânsito”, Debord fala que a proposta hegemônica de criação em arquitetura e urbanismo em função de uma existência maciça e parasitária é um simples deslocamento dos problemas de forma que não se lida diretamente com a realidade. De acordo com este autor: “É preciso refazer a arquitetura em função de todo o movimento a sociedade, criticando todos os valores efêmeros, ligados a formas de relações sociais condenadas” (DEBORD apud JACQUES, 2003, p. 62)

Quando se aposta no devir-criança como ruptura propositiva, se desconstrói a pureza da criança como viés da profanação. Livre dos nomes sagrados, a amoralidade da criança consagra o que há de genuíno no corpo e no desejo, assumindo o porvir.

A disposição dos corpos nesse movimento imanente retoma a operação da diferença a partir da carne. Incorpora a produção de diferença no alargamento de uma nova
p r o d u ç ã o t e ó r i c a

As intenções gestuais desestabilizam corporalidades padronizadas, mas entende-se que, justamente pela proposição da análise por meio de ações patafísicas para grupos em deslocamento, mesmo que haja o imperativo tempo de retorno à escola, as condições são diferenciadoras em uma cidade experimentada cotidianamente, com as noções de mercado afirmando itinerários constantemente. Afinar a potência *crianceira* para além dos limites da experiência da criança na cidade é geratriz operacional como indício de mudança comportamental e possível transvaloração do espaço público, e suscitando questões que indicam dessemelhanças. Por isso, quando tratamos metodologicamente o *éthos méta*, as hipóteses se apoiam na intuição, não na dedução. Se há uma chance de comprovar algo ou presumir aproximação aos objetivos iniciais da pesquisa, ela está baseada na vacância, na resposta vaga, na pergunta vagabunda.

Entretanto, a vagação se depara com o plano imanente constantemente. Emerge e insiste nele. Ainda que os dispositivos persistissem em reformular os trajetos a partir de novos questionamentos, manteve-se a matriz inicialmente detectada com assertivas repetidas

acerca da aceleração do tempo e da compressão do espaço (SANTOS, 1996; HARVEY, 1992). Por exemplo, quando ao final de cada caminhada, os determinantes modernos eram fenômenos constituintes das transformações socioespaciais das últimas décadas de modernização. Para consolidar a caracterização do instante, as repetições retificam as relações estabelecidas em tempo linear através da memória e do apego às relações com o passado, dificultando que a tentativa de acesso à vontade de potência constitua devir. É, no ciclo de diferenciação, que o tempo se desfaz em acontecimento. Assim, a busca pela vivência do invisível tempo urbano contemporâneo, imprevisível, foi fracassada como rompante histórica. Retomam-se as questões da vontade de potência, abordadas por Nietzsche (1989), nas quais a experiência destrutiva arrebenta dimensões subjetivas regendo intervalos. É no seu momento de consolidação, que é possível olhar para essa disfunção. No instante em que ocorre, ainda está como acontecimento e pode ser vivido – ou mesmo disfuncionalizado dadas as condições narrativas.

Por exemplo, o deslocamento como troca e o encontro como necessidade colocam a experiência urbana como pressuposto de um modo de vida que tem intrínseco a ele o direito à cidade como direito ao território que ocupa, que transita, que configura e é p a r t e .

O reconhecimento do movimento subjetivo dos devires deu ao corpo potência de questionamento. A saber, a proposição patafísica esteve nesse contato do corpo e seus devires, possibilitando apropriação crítica, da autorreferência como instrumento da crítica estética. Foi diante disso que, comumente, as mediações começaram quando

terminaram. O tempo da visita ficou extenso para a obra, para mediadores e visitantes. Não eram grupos separados, senão justapostos às questões que a vida pública impõe, que reelaboravam interrogações aos imperativos urbanos naturalizados. O encontro e/ou a relação de termos heterogêneos que se desterritorializam mutuamente foram os motes para as discussões da ação educativa do grupo. Isso não quer dizer abandonar o que se é para devir outra coisa (imitação, identificação), mas criar para outros modos de sentir que envolvem e colocam o corpo em fuga.

O urbano, protagonista do *intermezzo*, está devir urbano. O espaço transvalorado de si se estabelece como matéria para o plano imanente, a fim de perceber a escolarização corpórea homogeneizante dos espaços como materializantes discursivos. A cartografia invoca um corpo que intraurbanamente atua no limiar da estrutura, na linha que circunscreve as reivindicações modernas abstratas de igualdade e cidadania, inventando uma narrativa para essa cidadania à borda. A escolarização dos sujeitos contemporâneos está alicerçada sobre o modernismo nas mais diferentes esferas. É desonesto desvincular a educação dos atores políticos, já que, desde a sua publicização, a intenção é treinar para um modo de vida.

A função, na ciência, determina um estado de coisas, uma coisa ou um corpo que atualizam o virtual sobre um plano de referência e num sistema de coordenadas; o conceito, na filosofia, exprime um acontecimento que dá ao virtual uma consistência sobre um plano de imanência e numa forma ordenada. O campo de criação respectivo se encontra, pois, balizado por entidades muito diferentes nos dois casos,

mas que não deixam de apresentar uma certa analogia em suas tarefas: um problema, em ciência ou em filosofia, não consiste em responder a uma questão, mas em adaptar, coadaptar, com um "gosto" superior, como faculdade problemática, os elementos correspondentes em curso de determinação (...) (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 172)

A enunciação da materialidade de um sistema no qual não couberam vinte e três corpos do ensino fundamental dá referência para o plano de imanência (DELEUZE, 1996) que se enuncia aqui como consistência ou composição. Não cabe um desses vinte e três em uma sala. Porque o que não cabe não são as mesas e cadeiras nas devidas proporções, os diferentes pesos e alturas. O que não cabe são as pulsações em oposição aos planos de organização e desenvolvimento. O plano insiste constantemente na pesquisa como imagem de pensamento para a localização do estado de devir, para outras condições de desejo que aceitem um fluxo incessante de pontualidades de todas as ordens (perceptivas, afetivas, intelectuais), onde a única característica comum é a de serem aleatórias e não ligadas. No encontro quase político entre os corpos e a rua, a professora busca o itinerário do entre-lugar (GUATELLI, 2009) como procedimento para ensinar e aprender. Isso se trata de uma experiência neoconcreta, que se dá independentemente de um roteiro elaborado por afinidades. Na poesia neoconcreta, a página é a espacialização do tempo verbal: é pausa, silêncio, tempo. O que não significa um discurso a depender, que ordena unidade, mas, assim como a rua do percurso, um plano comum para a experiência coletiva em sua individuação (DELEUZE, 2002), abarcado por procedimentos metodológicos do instante, do que acontece entre, que se dá no encontro dos corpos, dos pensamentos, no habitar dos espaços, na resistência criadora do caos.

Corpo 1 - corpo humano. Corpo 2 - organismo. Corpo 3 - solidez, consistência. O critério para a definição desses três corpos está em sua causa, produção ou funcionamento que magnetizam objetos – extensões, corporalidades. Isso nos diz que o corpo existe só, mas principalmente em seus desdobramentos. Desdobra-se, redobra-se o que está em relação e contato com sua exterioridade, além de produzir de dentro para fora. A condição de um corpo não está em um órgão, não está em células, mas na relação imediata de si. As corporalidades escolarizadas dos alunos que participaram dos encontros são suporte simultâneo do que se produz para educar, reprimir e conter as dobras corporais. Nada menos que expressar seu suor *crianceiro* e profanar duas vezes: para produzir essa subjetividade e para expurgá-la. O que não significa a simples abolição e o cancelamento das operações, mas fazer delas um uso novo, brincar com elas (AGAMBEN, 2007).

Brincar com o pensamento foi indispensável para discutir nesta escrita a construção de uma perspectiva urbanística diferente, uma vez que é difícil romper o ciclo dos modos de subjetivação a que estamos imersos. Por isso, foi indispensável transgredir a materialidade para dar pulso às apropriações e gerar outras reações, outros contextos. As formas de apropriação do espaço público não serão projetadas enquanto esses lugares de criação forem contaminados com os mesmos processos de subjetivação de uma sociedade pós-industrial (PELBART, 2000). É disso que o planejamento urbano se alimenta, em uma atualização da máquina desejante (DELEUZE, 1995), não dos desejos, da vontade de potência das corporalidades transeuntes. Com isso, para essa

movimentação entre a materialidade, os sistemas de encontro estão para além de uma estrutura, mas não apenas. Muito embora a operação seja como imposição dominante ao sistema hegemônico e produza diluições e apropriações, o seu modo excludente significa a permanência de articulações colaterais com produção e reprodução social. Instalam-se formas *patafísicas*, ressignificadas socialmente a partir da borda, da referência do que sobra e está incluído criticamente na perspectiva convencional; não se sabe que lugar se deseja formar, qual tempo. Por isso, tomar o espaço da cidade torna tais desajustes um movimento de dupla articulação, já que esse grande espaço possibilita o acúmulo de temporalidades (SANTOS, 1996), de divergentes contemporâneos.

Muito diferentes são as funções criativas, usos não conformes do tipo rizoma e já não árvore, que procedem por intersecções, cruzamentos de linhas, pontos de encontro no meio: não há um sujeito, mas agenciamentos coletivos de enunciação; não há especificidades, mas populações, música-escrita-ciências audiovisual, com as suas permutas, os seus ecos, as suas interferências de trabalho. O que um músico faz num lugar servirá a um escritor noutra lugar, um cientista movimenta domínios bem diferentes, um pintor sobressalta-se com uma percussão; não são encontros entre domínios, porque cada domínio é já feito em si próprio desses encontros. Há apenas intermezzos, intermezzzi, como focos de criação. [...] Acima de tudo, não se trata de falar para os infelizes, falar em nome das vítimas, dos supliciados e dos oprimidos, mas de traçar uma linha viva, uma linha quebrada. A vantagem consistiria, pelo menos no mundo intelectual e por mais pequeno que seja, em separar aqueles que se pretendem "autores", escola ou marketing, com os seus filmes narcísicos, as suas emissões e os seus estados de alma, isto é, a vergonha actual, daqueles que sonham com outra coisa - não sonham, isso faz-se por si.

Diálogos, Gilles Deleuze e Claire Parnet

Inventividades estruturadas dão suporte para que as brechas de apropriação do espaço público sejam questionadas. Na temporalidade mercadológica, será que o corpo consegue não produzir nada no meio da calçada? A intenção não é responder, não é sobre o nada, mas sobre o vazio, o oco. O que o invólucro corpo, epiderme, projeta como ocupação de um espaço? Gesto, dança, errância, contato e improvisação são sinais de um caminhante dispositivo que produz disfunção em seu deslocamento. Para adicionar carne ao corpo textual, retoma-se aqui dois instantes capturados.

A discussão percorreu a necessidade da tomada do corpo como dispositivo, mais do que como instrumento, como operador de uma estrutura rígida que está na relação entre as pessoas para propor uma nova abordagem do espaço público que destitua a autorregulamentação. Além das leituras nos autores aqui apresentados criticamente, a proposta teórica insurgiu da experiência que rompeu com o limite geográfico e histórico dos territórios públicos. Percebeu-se uma cidade em devir que se atualiza nos corpos em a c o n t e c i m e n t o .

Necessário para viabilizar um modo de vida, o espaço urbano assume uma função paradoxal na contemporaneidade no sentido de que: é projetado e não tem projeto. Orientar de outra forma a descontinuidade desses gestos, assumindo suas descontinuidades, é abrir o jogo da racionalidade a partir de ordem adversa. Da borda

de. Do corpo, do público, da cidade. Interrelações desses elementos que estabelecem um jogo de gestos modificam funções, mudam suas posições e cá está a operação do dispositivo.

São indispensáveis gestos dispostos a dispositivos: corpos para corpus. Um corpo que é humano, outro que é organismo e uma terceira possibilidade que é diretamente da matéria: solidez, consistência. A causa é vetor para a produção de cada um em seus funcionamentos extensivos a materialidades outras. Isso para dizer que o corpo existe em relação, em causa e funcionamento, dobrado. A condição de um corpo não está em um órgão, não está em células, mas na relação imediata de si. Essas corporalidades escolarizadas são suporte simultâneos do que se produz para educar, reprimir e conter as dobras corporais. Gerar antirrelações e compor contraespacialidades é nada menos que expressar seu escopo e profanar duas vezes: para produzir essa subjetividade e para expurgá-la. O que não significa simplesmente abolir e cancelar as operações, mas dar a elas um novo uso, brincar com elas através da gestologia como dispositivo.

Segundo Foucault e Agamben, filósofos que serviram como base para esta discussão, o dispositivo pode atuar em três níveis: i) validando a instituição de forma direta; ii) assegurando valores e anulando corporalidades outras e iii) alargando as frestas dos próprios valores da instituição. O corpo, em sua força de profanação e reinvenção, é o

lugar onde reside a potência ativadora do devir urbano na reiteração de sua própria condição operatória como dispositivo e da ação do dispositivo.

Se hoje em dia o pensamento anda incômodo é porque, sob o nome de modernismo, há um retorno às abstrações, reencontra-se o problema das origens, tudo. De pronto, são bloqueadas todas as análises em termos de movimentos, de vetores (...). No entanto, a filosofia acreditava ter acabado com o problema das origens.

Não se tratava mais de partir nem de chegar. A questão era antes: o que se passa “entre”? (DELEUZE, 1992, p. 151)

Há relações entre as artes, a ciência e a filosofia. Não há nenhum privilégio de uma dessas disciplinas em relação à outra. Cada uma delas é criadora. O verdadeiro objeto das ciências é criar funções, o verdadeiro objeto da arte é criar agregados sensíveis e o objeto da filosofia, criar conceitos. A partir daí, são dadas grandes rubricas, por mais sumárias que sejam – função, agregado, conceito –, que possibilitam formular a questão dos ecos e das ressonâncias entre elas. Sobre linhas completamente diferentes, com ritmos e movimentos de produção inteiramente diversos – como é possível que um conceito, um agregado e uma função se encontrem? (DELEUZE, 1992, p. 154)

O caminho percorrido descrito até aqui pretendeu manifestar o que incide sobre a condição da criança numa esfera social exposta às questões determinantes para

compreensão da formação desse corpo em *criançação*. O esforço da operação está em aproximar e pontuar os intercessores entre a filosofia e a sociologia urbana, tentando compreender os modos de subjetivação de uma economia que se sustenta em sua invisibilidade e atua diretamente da experiência da rua. Para tanto, são necessárias apreensões de sentido em diferentes aportes gestuais capturados, inclusive como contraponto do discurso aqui construído, no sentido de que ele atua sobre si mesmo, travando ponderações na intenção de contribuir e transbordar os limites do que tem sido produzido de forma tão fragmentada a respeito dos espaços e da criança.

“A cidade está dentro de um copo e é feita de pessoas sentadas. Todas as pessoas estão sentadas, apertadinhas dentro de um copo de vidro”. Difícil não atentar para a preocupação da Maria Francisca com as coisas celestes e subterrâneas e, sobretudo, à condição corpórea descrita. Sentadas, apertadinhas. Não se trata de significar, a preocupação não está a "fazer sentido para"; sugere-se aqui uma condição de cidade invisível (CALVINO, 1990).

Esse outro modo não é um espaço autônomo fechado em si mesmo, mas práticas de experimentação política, que da ordem gestual são vistas como impulso à fala, à narrativa, havendo mudanças na percepção, já que se propõe outra conduta. Uma escola pública localizada próxima à galeria propunha encontros assíduos com o calendário de exposições de arte. O que singularizou esses grupos, quando em comparação com outros tantos em trânsito, foi o quanto eles se compuseram de maneira própria, heterogênea e

coletiva. Cabe grifar a experiência do grupo dessa escola porque ela devolveu à convivência da instituição o confronto enquanto força de um bando, retomado de si para si na frequência dos deslocamentos e das experiências com a galeria. Retomando não só a força ética desvelada no Dispositivo III, nas afetações imediatas e reconfiguração do espaço, mas também o questionamento histórico da composição do espaço urbano.

Essa composição não cabe na moralidade educativa porque é transitória e constantemente renegociada: quais artifícios diferenciadores? A repetição?

As práticas *patafísicas* – como *mouvance*, movimento de colocar-se em órbita – instruem o tempo da contemporaneidade compositor de partituras de movimentos em colapsos, armadilhas criativas para a vida urbana que transbordam a área transitada e apropriam-se, confrontando através de novos usos o discurso hegemônico do mapa que controla e distorce. Quando a ordem discursiva é colocada no jogo, a coreografia gestual é o ponto de partida para a narração, e a invenção se dá sob outro pano de fundo, não só o da autorreferência, mas o da fabulação na circunvizinhança urbana.

A fabulação é sempre a construção de um povo, diz Deleuze em sua obra *Crítica e Clínica* (1997), de um povo menor, colocando para o pensamento a sua potência política. Pensar é inventar outras formas de vida e modos de existência e isso requer o u t r a e s c r i t a e l i n g u a g e m .

A potência do falsário não quer dizer que um pensamento criado, produzido, esteja na ordem do falso ou verdadeiro, pois não é isso que importa para a filosofia da diferença. O que importa é a força que ele produz, o que ele faz desmontar, rasgar, arrastar na estruturação das formas. Muito embora a forma importe menos, a repetição de uma dada postura gestual ratifica a capacidade do dominante.

Algumas linhas de força tramaram a recuperação de uma das perguntas iniciais: Como processos variáveis e singulares em sua gênese poderiam gerar materialidades homogêneas? Esse questionamento é retomado justamente porque a potência prevalece e subjuga constantemente os afetos, a singularidade. Dadas estas forças a operação da diferença se faz como transbordamento, não apresenta novas respostas, retoma perguntas e envolve-se no vazio, na vagueação.

Há, na gênese dos procedimentos cartográficos, o colapso de modos de subjetivação. O devir, intervalo do desejo que se constitui, não aspira a explicação das formas. Ele é justamente um movimento de dissolução das formas criadas.

Essas alterações estruturais de flexão e curvaturas estão transformando o plano intensivo (DELEUZE, 1995) desses passantes, acima de tudo das relações consigo e com o mundo para configurar outra ordem relacional. Durante a caminhada, cada desenho curvilíneo urbano compõe o movimento coletivo, aglutinado ao concreto armado. Assume-se a coexistência em afetação. Essas configurações do caminho

trazem, para o olhar metodológico *patafísico*, possibilidades que não surgem em espaços religiosamente delimitados, mas nas urbanidades passíveis de acasos.

Porém, essas estruturas são o fruto e a própria dobra, o que torna corruptíveis esses delineamentos de um processo de pensamento, já que ele está em constante negociação. Alterações nos enunciados geram a desconstrução de uma hierarquia sugerida por espaços expositivos com corpos que estão aglutinados, mas não sobrepostos, aos processos de subjetivação da obra. A ruptura necessária do acontecimento – da ordem linguística – trata das formas que compõem as relações, norteando o tempo e proximidade para estar com o outro.

Como possibilidade de cognição criadora fora das regras, das formas, não há um regime específico. Atua-se sob outro plano de funcionamento. É nesse momento que as categorias de representação se revelam inoperantes: sujeito, objeto, leis, formas, (KASTRUP, 2000). Isso se reforça na condição inventariante de devir-criança, que está no plano de consistência ou de composição ([1980]1997). Esse plano, por definição, não é habitado por formas, mas por forças, movimentos. O que reafirma a necessidade criadora a partir de relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, entre afecções onde não há desenvolvimentos para formação, mas agenciamentos e ligações que dão consistência às formas que não param de se transformar.

Logo, do ponto de vista do devir-criança assumido por esta pesquisa cartográfica, a diferenciação (DELEUZE, 1996) importante não é entre o invariante e o histórico, pois estes estão na ordem organizacional desenvolvimentista que trouxe Piaget em um progresso efetivo no desenvolvimento da criança e o processo de assimilação-acomodação (KASTRUP, 2000). A necessidade de intervenção da imaginação só poderia ser experimentada pelas faculdades de sentir e desejar, ligadas a uma racionalidade outra, a estético-expressiva (DELEUZE, 2009, p. 46). Inventar a invenção é então, tocar nos processos de criação a partir de outras orientações de referência de processual. A delineação cartográfica para a problemática do tema coloca, no meio do trajeto, perguntas que não são acessíveis para os planos de ação dentro dos limites dos espaços.

Há também o entre-dois. A afecção é aquilo que ocupa o intervalo, aquilo que o ocupa sem o encher ou o tapar. Ela surge no centro da indeterminação, isto é, no sujeito, entre uma percepção sob certos aspectos perturbantes e uma ação hesitante. (DELEUZE, 2009, p. 106)

Com isso, o devir-criança é um conceito sobre coexistência de durações muito diferentes. Deleuze e Guattari se referem a uma espessura temporal onde cabem variantes cronológicas como referência da subjetividade. Não é através de formas e estruturas cognitivas e lineares – que comportam a submissão da criança pelo adulto num bloco de devir – que uma criança coexiste numa linha de desterritorialização que arrasta tanto ela quanto o bloco – contrariamente à criança que o adulto já foi, da qual se

lembra ou que fantasma, à criança molar da qual o adulto é o futuro (DELEUZE; GUATTARI, 1997). Por isso, as apreensões éticas, as diferenciantes, e, antes disso, as dimensões que a criança inaugura na cidade são acessíveis na produção de sentido de lugar, no acirramento de uma proposta de cidade zoneada, mas não cabem na representação da experiência. O devir urbano não interessa como desafio teórico, mas como um ataque à vida pública que se coloca em posição de escapamento. É importante compreender a extensão desse corporalidade.

Outrem [que] surge neste caso como a expressão de um mundo possível. Outrem é um mundo possível, tal como existe num rosto que exprime, e se efetua numa linguagem que lhe dá realidade. (...) Outrem é sempre percebido como um outro, mas, em seu conceito, ele é a condição de toda percepção, para os outros como para nós. É a condição sob a qual passamos de um mundo a outro. (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 29-30)

A filosofia, a ciência e a arte querem que se rasgue o firmamento e se mergulhe no caos.

A filosofia anuncia variações “(...) que traçam um plano de imanência secante (...)” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 240), enquanto o cientista traz as variáveis desse mesmo recorte caótico dando “(...) coordenadas finitas sobre o plano secante de referência, que vai das probabilidades locais a uma cosmologia global.” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 240). Na terceira caóide, o artista traz variedades, suores de um

ser sensível, “(...) sobre um plano de composição, anorgânica, capaz de restituir o infinito.” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 240).

Isto posto, a arte, os desenhos, as ações performáticas geradas como dado do caos partilham o sensível constituindo “a variabilidade caótica em variedade caóide” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 243) desligando a escala majoritária das condições da infância na articulação do gesto *crianceiro* como caça.

Na proposição da operação dos dispositivos, a gestologia do devir-criança foi composta “segundo zonas de vizinhança ou de indiscernibilidade: elas deixam então de ser associáveis, segundo os caprichos da imaginação, ou discerníveis e ordenáveis segundo as exigências da razão, para formar verdadeiros blocos conceituais.” (DELEUZE; 1997, p. 11)

O corpo faz força e abre espaço, ocupa. O corpo estanca. Demora-se nos movimentos da respiração. Não expira e inspira apenas. Não é sístole e diástole. O corpo está em devir rua. Por isso, a importância de habitar um intervalo e dilatar o espaço-tempo. Abandona-se. Se devir forma um bloco de dois ou mais termos heterogêneos que se desterritorializam mutuamente, entende-se que não é no sentido de evolução de um sujeito que esse devir passa aos corpos que disfuncionalizam a publicidade do espaço. Não é um movimento de tornar-se outra coisa, senão o de devir outro. Não se abandona o próprio corpo. A intenção do agenciamento é para propor a possibilidade de um corpo

que se configura com devires. Que faz fugir a imposição imóvel. Que coloca em crise o corpo que se desloca buscando linearidade em lugares que se dispõem na tentativa asséptica e organizadora mas, sobretudo, em um sem fim de atravessamentos e t r a n s u r b â n c i a s .

O devir está como um dispositivo do organismo corporal em seus limiares afetivos u r b a n o s .

Acima de tudo, precisamos refletir: de que criança estamos falando? Daquela que depende do adulto para decodificar todo e qualquer detalhe do mundo, ou daquela que é plenamente dona de suas capacidades intelectuais, mesmo as mais incipientes? Neste momento, é importante retomar a condição sensível do gesto da criança. Corporalidades urbanóides que fazem e desfazem ritornelos experimentam pulsões para a compreensão do poder constituído entre arquitetura, arte e território. Essa questão, tratada por Foucault, coloca em contato mecanismos e funções em sua gestologia cotidiana. Experimentações do espaço público institucionalizado e os modos de vida operados por meio dele se configuram através da criação de dispositivos operacionais. Essa criação parte da apropriação do território através da experiência de deslocamento de um grupo, tomando essa apropriação como medida estratégica para a discussão de possíveis d e v i r e s e s t r u t u r a i s .

O dispositivo é a rede que pode ser estabelecida entre esses elementos (FOUCAULT, 2009, p. 244).

O poder que produz indivíduos, agindo na produção de subjetividade e dos corpos, está operacionalizando ações de separação, codificação, posicionamento, organização, acúmulo, composição e prescrição. A anatomia corresponde a enunciados espaciais, sendo a escola o principal espaço da crítica da produção do corpo, mas muito como órgão que condensa a constituição do que é público através do controle de modos de vida que violenta os corpos a conta gotas, a cada sinalização de tráfego, homeopaticamente no cotidiano das cidades. Na intenção de discutir e alargar as brechas no poder instituído através da materialidade urbana, são necessários mapeamentos do sensível e a discussão emergente de uma escamoteação fenomenológica através dos discursos das teorias das cidades.

Na pretensão de reelaborar o percurso metodológico e a construção poética a partir do corpo da arquitetura, da arte e do território, a espacialidade é fragmento da totalidade, é complemento para reafirmar a importância desse corpo – que é propulsor das brechas, mas não configura uma nova materialidade de imediato, senão uma nova objetividade³⁰ para a experiência do espaço.

³⁰ Nova Objetividade seria a formulação de um estado da arte brasileira de vanguarda atual, cujas principais características são: 1: vontade construtiva geral; 2: tendência para o objeto ao ser negado e superado o quadro do cavalete; 3: participação do espectador (corporal, tátil, visual, semântica etc.); 4: abordagem e tomada de posição em relação a problemas políticos, sociais e éticos; 5: tendência para proposições coletivas e consequente abolição dos "ismos"

Foi também a abordagem cartográfica que enunciou a intenção de compreender as condições de possibilidades para apreensão do que torna possível a intersecção das áreas arte/educação e urbanismo. Para isso, foram abandonados os universais e contrastadas as diferenças. Os modos de subjetivação produzidos em dispositivos de práticas hegemônicas foram vazados pela gestologia da criança, composta pela a cartografia gerada em encontros entre a pesquisadora e grupos de crianças durante deslocamentos a pé entre instituições de ensino e galerias de arte contemporânea para realização de visitas pré-agendadas. Compreende-se a potencialidade da cartografia não apenas para produzir dados para a esfera analítica a partir de outros referenciais, mas de desviar as condutas éticas do espaço público. Gerar tais relações através do deslocamento coletivo e compor dadas situações e espacialidades é, nada menos que, expressar seu escopo do devir-público e profanar duas vezes: para produzir esta subjetividade e para expurgá-la. Isso não significa simplesmente abolir e cancelar as operações, mas dar-lhes um uso novo, brincar com elas (AGAMBEN, 2007). No desenvolvimento das cartografias, não são os sentidos dos corpos que se inserem no espaço público que se busca evidenciar “mas a função que se pode atribuir” (FOUCAULT, 2006) a esta corporalidade como operador material de poder (FOUCAULT, 2005).

característicos da primeira metade do século na arte de hoje (tendência esta que pode ser englobada no conceito de "arte pós-moderna" de Mário Pedrosa); 6: ressurgimento e novas formulações do conceito de antiarte.

A *criançação* configura-se então como atravessamento para relações instantâneas, como pulsões de desordenamento temporal, a fim de constituir outra experiência de alteridade. O prefixo deforma a relação no sentido de desobedecer a urbanidade interposta nos deslocamentos. Velocidade e lugar são pressupostos do corpo, invertidos em partido para dar subsídio a uma nova ordem, a do acontecimento. Quando se é mulher, criança, animal, perambula-se até constituir-se no direito de homem. Essa ruptura tem alguns percursos, colapsos e uma porta – de entrada ou saída – como condição complementar às transformações em seus modos de subjetivação, antes das operacionalizações idiossincráticas. E isso não acaba nunca.

No direcionamento para ações, as metas de percurso são escanteadas dando condições de acontecimento, de vontade de poder. Consolidando tais práticas na cidade vista em escala 1:1, a proporção de projetos que não sejam vistos apenas de cima ou de levantamentos que cambiam a caminhada no território por um levantamento logarítmico precisa estar acompanhando em alguma medida este movimento. Pois operacionalizar uma escala *crianceira*, quando não necessariamente se produz representação, requer uma brincadeira política de reterritorialização dos dados com devido respeito ético, estético e político. Dito isso, o que se propõe é que mesmo sem gerar novidades para o urbanismo, é importante consolidar uma relação de apreensão e compreensão da cidade que se faça por si só como crítica, que faça operações e produza pensamento, que não movimento diagnósticos gere dados estatísticos.

S e n ã o s e m o n t a r u m a
m á q u i n a r e v o l u c i o n á r i a
c a p a z d e s e f a z e r c a r g o d o
d e s e j o e d o s f e n ô m e n o s d e
d e s e j o , o d e s e j o
c o n t i n u a r á s e n d o
m a n i p u l a d o p e l a s f o r ç a s d e
o p r e s s ã o e r e p r e s s ã o ,
a m e a ç a n d o , m e s m o p o r
d e n t r o , a s m á q u i n a s
r e v o l u c i o n á r i a s .
G I L L E S D E L E U Z E

e e s t r a t é g i a s d e C o n s i d e r a ç õ e s d i f e r e n c i a ç ã o

O itinerário da pesquisa pressupõe uma paisagem urbana que se fez repetidamente sob modo de vida capitalista, intentando uma abordagem que desse conta de uma corporalidade reconfigurada na contemporaneidade para além do padrão adultocêntrico. Para isso, Oiticica, Lefebvre e van Eyck, cada um na sua época, produziram desterritorializações e diferenças, dando partida para a busca da *criança* da cidade.

Corpo e gesto da criança, além da invenção *crianceira*, foram imprescindíveis para o convite de zanzar pelos territórios conceituais a que a filosofia da diferença, a sociologia urbana e a arte/educação pressupunham na valoração das relações, onde a atenção de uma possível infância da rua deu conta de novas variantes urbanas.

Dito isso, no meio do caminho dos deslocamentos em bando, as concepções de infância precisaram ser estudadas para entender o que a sociologia da infância enunciava como *crianceiro* na potência das interlocuções de uma esfera filosófica e, sobretudo, como atuação estética. Através de variadas concepções de infância, atreladas às relações da criação, da narrativa e do pensamento filosófico, com o auxílio dos autores Agamben, Lyotard e Larrosa, questionamentos foram disparados acerca da lógica regente das cidades, incitando uma microrrevolta do corpo a corpo, já que a criança invoca uma condição primeira que é gestual, antes de discursiva. Durante os percursos dos grupos, foi possível compreender uma microtransgressão que não confronta em dimensão a sistematização dos espaços. Por esse motivo, a atuação da criança não deve ser romantizada como linha de frente de uma nova ordem urbana, mas admitida na potência da escala dessa experiência menor.

A submissão do campo da arquitetura e do urbanismo às relações capitalísticas desmantela a criação de uma estatura urbana popular em um projeto que possa conferir

às cidades a multiplicidade como efeito do contexto em que se insere. Foi a partir daí que se inauguraram questões introdutórias às abrangências e às inserções críticas das cidades contemporâneas.

Com bandos de crianças na garupa da concepção dos espaços, de uma maneira geral, facilmente recai-se na ludicidade e na cromatização do lugar. Isso não configura, de maneira alguma, modificação na hegemonia, mas reitera sua limitação. Apesar de pesquisas que discutem o uso e a concepção de espaços para o usuário destinarem amplo levantamento das formas de apropriação, a criação dos ambientes está ligada ao percurso do fluxo de trabalho e da produção. Não é uma premissa das pesquisas da área temática que se sature de crianças e que se estilhace a *criançação* em questão. Sem embargo, não era dos encargos mais singelos da pesquisa. Porém, por não ter acesso direto aos acasos do corpo de estatura *crianceira*, a produção teórica não pôde assumir o asseguramento do recorte etário com pré-definições, já que é justamente nesse momento onde o corpo e o pensamento estiveram mais dispostos a reinventar as regras a que estão sujeitos. Foi o impulso desejante que resgatou contradições do espaço público e suas determinações que foram transpostas de diferentes maneiras às discussões do tempo-espaço infantilizado. Analogamente, está predisposta, no discurso teórico predominante, uma cidade que acolhe a criança. Não coube aqui negar diretamente tais questões, pois o tratamento tríade atestou o estado de devir-criança que funda a condição de impermanência do tema, instituindo direções opostas aos polos de urbanidade e infância. Acolhimento e hostilidade são movimentos duplos e incessantes na cidade,

condição que se direciona exclusivamente à criança. O estado *crianceiro* não acolhe nem é acolhido; ele está acolhimento.

Na reelaboração do urbano em devir, o debate não escapou da acessibilidade à cidade, que tampouco contempla grupos minoritários de adultos. O movimento operatório que se debruçou principalmente sobre o tema da circulação, com o Dispositivo II, por exemplo, trouxe à tona gestos contidos em calçadas estreitas que configuraram agravante para o deslocamento de grandes grupos. Além disso, com o Dispositivo III, foi possível perceber, através da narrativa desordeira instantânea, a exigência imposta pelo intervalo dos semáforos, que não tem em conta o tempo das pernas das crianças, tampouco da sua vagueação. A necessidade de tempo de espera, de demora, não é acatada por nenhum componente urbano, senão em perímetros que configuram praça. É o corpo cansado do Olavo, com 7 anos, que lembra esse fator: *Até chegar na escola só tem um banco, então eu sento aqui sempre que eu chego porque depois não tem onde sentar*. Quando questionado se há problema em descansar na calçada, a resposta da criança sobre espaço que cabe o descanso: *só se for nesse cantinho, se não me passam por cima!*

Portanto, a necessidade de uma cidade que se faça pela multiplicidade ativadora de devires urbanos está intimamente ligada ao tempo de uso dela, da mobilidade, como conexão e reinvenção em sua heterogeneidade.

Para *criançar* o pensamento, o momento de observação esgotou lugares estratégicos onde se percebeu grande fluxo *crianceiro*. Desenhando o recorte do gesto que sinaliza o controle (apresentados nas páginas 129, 130, 131 e 132), as inquietudes do organismo assegurado pelo racionalismo adulto retomaram uma totalidade coerente com o tráfego da modernidade, porém no seu devir-menor. Como se o corpo enunciasse resistência e quase fugisse dobrando a esquina numa súplica à liberdade corriqueira. Essa condição de devir traz a terceira característica do que é menor para Deleuze e Guattari, quando o aspecto coletivo se sobrepõe ao individual: instante minoritário e extenso em que a retomada da criança constituiu monumentais eventos citadinos, na dimensão da sua presença resistente entre cidade-criança-contemporaneidade.

A duração de um tempo-espço que se emaranha no obscuro, ou seja, o contemporâneo, atrapalha uma identidade. O representativo playground é percebido, em diferentes contextos, como lugar que não atrai a brincadeira, mas como uma distração regrada e altamente balizada por cerceamentos e sinalizações com receita de uso.

Isso demonstra que o que se apresenta como circunstância de proteção, cuidado e segurança afirma uma perspectiva adultocêntrica temerosa às *crianças* espaciais e à desestabilização. O imprevisto vindo das condições estabelecidas pela infância intimida a vida pública.

O movimento de traçar, inventar e criar estabeleceu, à exploração do plano de pesquisa, esquemas que concederam tempo para o esgotamento do parquinho, da observação de

suas diferentes maneiras e, inclusive, do corpo indiferente à esfera recreativa da agenda da cidade e das crianças. Nesse sentido, dados comportamentais não foram levantados com precisão, já que logo, na largada dos percursos, tal possibilidade foi descartada. Mas a atenção aos bandos sugeriu um medo e uma preocupação com a rua, diretamente relacionados com as recomendações e hierarquização correspondente aos tutores.

Da imanência à consistência, o movimento tríplice filosófico contornou um percurso imantado do gesto da criança e permitiu que a articulação conceitual tensionasse – a produção da cidade em devir. Isso se percebe na compreensão das próprias denominações acerca do recorte etário, dos modos de subjetivação e das multiplicidades dos territórios visitados, e da configuração dos corpos em transurbância. Na perspectiva das experiências, múltiplas escalas espaciais permitiram revisitar práticas deambulatórias, derivas, situações, errâncias e observações nômades que reinventaram a prática projetual na escala do gesto em dados momentos históricos e ainda reverberam na produção do urbanismo contemporâneo, destituindo a centralidade da discussão acerca do volume.

O direito à cidade foi tangenciado pela experienciação da diferença e pela busca pela heterogeneidade da vida pública. Por isso, a cada movimento o gesto que justapõe os vetores da tríade cidade-criança-contemporaneidade enunciou estratégias de apreensão da experiência urbana que operam em sua diferenciação, não apenas na diferença da escala de uso do espaço. Isso configura a potência perguntadora da cidade

contemporânea no amparo dos desejos do corpo *crianceiro*, não um modelo inovador de cidade para crianças, como propagamas discussões de cidades educadoras.

Há incisiva potência pedagógica expressa pela relação direta da criança com a cidade e, sobretudo, da cidade com a criança, responsável por emergir territorialidades das instituições públicas que são apaziguadas. Um exemplo disso é o deslocamento como preceito educativo que indica a exploração do contexto comunitário tensionada pela presença ética, estética e, por que não, política.

Destituídos do compromisso inovador científico, liberdade concedida pelo método de pesquisa eleito, foram os desvios e as quedas corpóreas que conformaram um poder coletivo como enunciação dos territórios aqui apresentados. Dentro dos buracos, entre os becos e brechas urbanas, parado entre as luzes amarela e vermelha do semáforo, o devir-criança reivindicou constantemente esses espaços na constituição do comum e estimulou desdobras do poder coletivo como deformador da cidade, reelaborando o que lhe é de direito a partir do contato com seus devires. À medida que a criança tomou frente e assumiu ela mesma ser um ponto cardeal do desdobramento cartográfico, foi necessário um hiato analítico.

Pois, como exigência do exercício de *criançar* a cidade, a infância exprimiu uma presença de lugar e criação, devolvendo aos percursos traçados o inefável como potência de atuação do corpo. Felizmente a infância não narra!

Expostos os limites narrativos prescritos para um recorte etário e a constatação deles, o retorno às escritas de Agamben possibilitou um salto inenarrável por uma destruição da experiência e das concepções da historicidade cronológica. É justamente a “impalpabilidade e a insubstancialidade deste *ego*” (AGAMBEN, 2005, p. 32, grifo do autor) que reside na inefável experiência in-fanti que traem as condições de empobrecimento da experiência moderna. Pois a experiência não tem seu indispensável correlato na ciência, mas na autoridade do conhecimento (AGAMBEN, 2005, p. 25), ou seja, na palavra e no conto.

A *criançação* recusa as razões da experiência, destrói o espaço cientificista da experienciación e o refunda a partir do corpo, não da linguagem. A estratégia de diferenciação *crianceira* é o próprio suor, é o que o corpo exala. Não se abandona o corpo organizado, não é necessário expropriar a organização do organismo, mas há que espremer a pele como premissa para um pensamento *crianceiro* sobre as cidades. Na contradição do urbanismo contemporâneo, há a necessidade de contemporaneizar suas concepções assumindo que “desse *spatium*, saem ao mesmo tempo, a *extensia* e o *extensum*, a *qualitas* e o *quale*.” (DELEUZE, 2006, p. 375), encarnando e se realizando nos devires. É importante sinalizar que, através do tempo *crianceiro*, a cidade foi esmiuçada no que se estabeleceu como multiplicidade, sublinhando a

potência da diferença na escala da experiência como pulsão de experimentos que alinhavam os desvios às verificações da vida pública latentes. É nesse sentido que a pesquisa se reafirma, no grifo de um devir urbano que acontece na multiplicidade da rua, reiterando as contradições urbanas e, sobretudo, esgotando-as. Portanto, o estudo disponibiliza ao campo o embate molar e molecular, no direito ao devir urbano através da inevitável mobilidade despretensiosa, vagante como coletivo que se faz deformador e *crianceiro*.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **A potência do pensamento**, Revista do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, Niterói: v. 18, n. 1, Jan./ Jun. 2006.

_____. **Infância e história**: destruição da experiência e origem da história. Belo Horizonte: Editora UFMG; 2005

_____. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, editora da Unochapecó, 2009.

ADORNO, Theodor Wiesengrund-Adorno. **Educação e Emancipação**. 4º edição. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

AGUIAR, Douglas; NETTO, Vinicius. **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.

BENJAMIN, Walter. **Reflections: Essays, Aphorisms, Autobiographical Writings, Translation** by Edmund Jephcott. Schocken Books Inc, : 1986
ca Editora, 2009.

CARERI, Francesco. Constant: **Pasear y detenerse**. São Paulo: Gustavo Gilli, 2017

_____. **New Babylon**, una città nomade. Torino: Testo & Immagine, 2001

_____. **Walkscapes**: O caminhar como prática estética. Tradução. São Paulo: Gustavo Gilli, 2002.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O poder do corpo no espaço público**: o urbano como privação e o direito à cidade. GEOUSP –Espaço e Tempo São Paulo v. 18 n. 2 p. 472-486, 2014.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015

COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Escola básica na virada do século**: cultura, política e currículo. São Paulo: Cortez, 2002

DELEUZE, Gilles. **O que as crianças dizem?** In: G. Deleuze (Org.). Crítica e clínica (pp. 73-79). Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997

_____. **A Imanência: uma vida**, in Philosophie, n. 47 1995, p. 3-7.

_____. **Espinosa**. Filosofia prática. São Paulo: Escuta, 2002.

_____. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

_____. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **O abecedário de Gilles Deleuze**. Entrevista com G. Deleuze. Editoração: Brasil, Ministério da Educação, TV Escola, 2001. Paris: Éditions Montparnasse, 1997, VHS, 459min.

_____. **A ilha deserta e outros textos**. Organização de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Iluminuras, 2006.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil platôs** - capitalismo e esquizofrenia, vol. 1 / Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. 1 ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. 94 p. (Coleção TRANS).

_____. **Mil platôs** - capitalismo e esquizofrenia, vol. 2 / de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. 96 p. (Coleção TRANS).

_____. **Mil Platôs-** capitalismo e esquizofrenia, vol. 4. Trad. Suely Rolnik. São Paulo: Ed.34, 1997.

_____. **O que é a Filosofia?**. Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonzo Muñoz. Rio de Janeiro: Ed.34, 1992.

_____. **Kafka:** Por uma literatura menor. Trad. Cíntia Vieira da Silva. Edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998

DERRIDA, Jacques. **Margens da Filosofia**. Campinas: Papius, 1991.

FAVARETTO, Celso Fernando. **A Invenção de Hélio Oiticica**. São Paulo: EdUSP, 1992.

FAVARETTO, Celso Fernando. **Tropicália:** Alegoria, Alegria. São Paulo: Kairós, 1979.

FRAMPTON, Kenneth. **História Crítica da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FERNANDES, Renata Sieiro – **A cidade educativa como espaço de educação não formal, as crianças e os jovens**. Revista Eletrônica de Educação. São Carlos, SP: UFSCar, v.3, no. 1, p. 58-74, mai. 2009. Disponível em <http://www.reveduc.ufscar.br>.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 38 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010

_____. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. **Nascimento da Biopolítica**. Curso no College de France (1978-1979). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012

GIROTTTO, Eduardo. **Do direito à educação ao direito à cidade**: limites e possibilidades no interior da escola pública. In: Infância, Sociedade e Educação. Cascavel, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo, Cortez, 1999.

_____. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**: Coleções Questões da Nossa Época; v.84. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2007

GOITIA, Fernando Chueca. **Breve historia del Urbanismo**. Alianza Editorial, Madrid, 2014

GUATELLI, Igor. **Arquitetura dos entre-lugares**: sobre a importância do trabalho conceitual. São Paulo: Ed. Senac, 2012.

GUATTARI, Félix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. Tradução Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 1992

_____. **As três ecologias**. São Paulo: Papyrus, 1992

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986

HARVEY, David. **The right to the city**. *New Left Review*, v.53, pp.23-40; 2008.

GADOTTI, Moacir; PADILHA Paulo Roberto; CABEZUDO, Alicia. **Cidade educadora**: princípios e experiências. São Paulo: Cortez/ IPF, 2004.

IUNES, Nailê Pinto. **Gestão democrática da educação na Rede Pública Municipal de Pelotas**: experiências de democracia participativa. 2009. 128f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014

JACQUES, Paola. **Elogio aos errantes**. Paola Berenstein Jacques – Salvador: EDUFBA, 2012.

JACQUES, Paola; ABREU Estela dos Santos. **Apologia da deriva**: escritos situacionistas sobre a cidade / Internacional Situacionista; Paola Berenstein

Jacques; Estela dos Santos Abreu, tradução – Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003

KASTRUP, Virgínia. **O devir-criança e a cognição contemporânea**. Psicol. Reflex. Crit., Porto Alegre , v. 13, n. 3, p. 373-382, 2000 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722000000300006&lng=en&nrm=iso>. access on 25 Dec. 2016.

KASTRUP. Virginia. PASSOS, Eduardo. ESCÓSSIA, Liliana. **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.

KOHAN, Walter Omar. **Visões de filosofia: infância**. Alea, Rio de Janeiro , v. 17, n. 2, p. 216-226, Dec. 2015 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2015000200216&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Feb. 2018.

| LARROSA, Jorge. Nietzsche e a educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original). Le production de le'space, 4ª Ed. Paris Editions. Anthropos, 2000

_____. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.

_____. **A vida cotidiana do mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Mayumi Souza. **A cidade e a criança**. São Paulo: Nobel, 1989.

LYOTARD, Jean-François. **O inumano: considerações sobre o tempo**. Lisboa: Estampa, 1989.

_____. **Lecturas de infancia**. Buenos Aires: EUDEBA, 1997.

MAYORAL CAMPA, Esther. **Pensamientos compartidos**. Aldo van Eyck, el grupo cobra y el arte / Shared thoughts. Aldo van Eyck, the COBRA group, and art. **Proyecto, Progreso, Arquitectura**, Disponible en: <<https://revistascientificas.us.es/index.php/ppa/article/view/33>>. Fecha de acceso: 11 jan. 2018

MARICATO, Erminia. 2000. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. In: ARANTES, O. et al. (orgs.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes.

MITCHELL, Don. **The right to the city**: social justice and the fight for public space. New York: Guilford, 2003

NITZSCHE, Friedrich. **Assim falava Zaratustra**. Trad. José Mendes Souza; Edição Especial – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

_____. **Genealogia da Moral**: Uma polêmica. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Humano, demasiado humano**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

OITICICA, H. **Aspiro ao Grande Labirinto**, Rio de Janeiro, Rocco, 1986.

OITICICA, Hélio et al. **Hélio Oiticica**. Rio de Janeiro: Centro de Arte Hélio Oiticica, 1992

OITICICA, Hélio; CARDOSO, Ivan **HO. Depoimento especial para o filme HO**
In Oiticica Filho, Cesar; Vieira, Ingrid. Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Beco do
Azougue, 1989

PALLAMIN, Vera. (org.). **Cidade e Cultura**: esfera pública e transformação
urbana; (coord.) Marina Ludemann. - São Paulo : Estação Liberdade, 2002.
Paulo: Cortez, 1999. p. 73-106.

PELBART, Peter Pál. **Vertigem por um fio**: políticas da subjetividade
contemporânea. São Paulo: Iluminuras, 2000.

PUPPO, Maria Lúcia de Souza Barros. **Mediação artística**, uma tessitura em
processo. Revista Urdimento. Florianópolis: UDESC, 2011.

PURCELL, Mark. **Citizenship and the right to the global city**: reimagining the
capitalist world order. International Journal of Urban and Regional Research,
v.27, n.3, pp.1564-90, 2003

QUARONI, Ludovico. **Proyectar un Edificio** - ocho lecciones de arquitectura.
Madrid: Xarait Ediciones, 1980.

RIBEIRO; Luiz César; KAZTMAN, Ruben (org.). **A cidade contra a escola?** :
segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da
América Latina; [tradução de Jacob J. Pierce e João Vicente Ganzarolli de
Oliveira]. - Rio de Janeiro : Letra Capital : FAPERJ ; Montevideu, Uruguai :
IPPES, 2008

ROLNIK, Suely. (2006). **Cartografia sentimental**: transformações
contemporâneas do desejo. Sulina: Porto Alegre.

SALOMÃO, Wally. **Hélio Oiticica**: qual é o parangolé? Rio de Janeiro: Relume
Dumará, 1996

SANTOS, Boaventura S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez; 2011

SECCHI, Bernardo. **Primeira Lição de Urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. **Diferencias**. Topografía de la Arquitectura Contemporánea. Barcelona: Gustavo Gilli, 1996.

SOLIS, Dirce Eleonora Nigro. **Desconstrução e Arquitetura**: uma abordagem a partir de Jacques Derrida. - Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes. 2004. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

SPINOZA, Baruch. **Ética**. Tradução de Tomaz Tadeu, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

SPÓSITO, Marília Pontes . **O Povo vai à escola**. São Paulo: Loyola, 1984.

STRAUVEN, Francis. **Aldo van Eyck**: The shape of Relativity. Publisher Architectuta & Natura: 1998.

VARELA, Julia. **Categorias espaço-temporais e socialização escolar**: do individualismo ao narcisismo. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). Escola básica na virada do século: cultura, política e currículo. São Paulo: Cortez, 1999. p. 73-106.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo, Studio Nobel/Fapesp, 1998

ZOURABICHVILI, François. **O vocabulário de Deleuze**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2004.